

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**

Período de Análise: 01 a 31 de Dezembro de 2008

Área Temática: Questão Fundiária – Movimentos Sociais

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto É Dinheiro Rural

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Índice

Amazônia Legal concentra assentados – Estado de São Paulo – Nacional – 02/12/2008..	6
Patrimônio inacessível – Folha de São Paulo – Opinião – 03/12/2008.....	6
Governo vai afastar Incra de ação sobre terras da Amazônia – João Domingos – Estado de São Paulo – Nacional – 04/12/2008.....	7
Governo ignora índios em seu plano de defesa, afirma Funai – Claudio Dantas e Sequeira – Folha de São Paulo – Brasil – 04/12/2008	8
ONGs saem de debate sobre Código Florestal – Herton Escobar e João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 05/12/2008.....	9
STF decide sobre reserva com foco na soberania – Mariângela Gallucci – Estado de São Paulo – Nacional – 07/12/2008	9
Disputa na Bahia dura 26 anos – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 07/12/2008.....	11
Polêmica agrava tensões pelo País – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 07/12/2008.....	12
Regularização fundiária – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 08/12/2008.....	14
Decreto restringe entrada de ONGs e missionários em terras indígenas – Felipe Recondo – Estado de São Paulo – Nacional – 08/12/2008.....	15
'Cientista não é nosso inimigo', diz Minc – Felipe Recondo – Estado de São Paulo – Nacional – 08/12/2008	16
'Quem vai julgar qual organização poderá atuar?' – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 08/12/2008	17
Pesquisas realizadas pelo MDS vão avaliar Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) – Sítio Eletrônico do MDS – 08/12/2008	18
STF deve pôr em xeque critérios da Funai ao decidir sobre reserva – Mariângela Gallucci – Estado de São Paulo – Nacional – 09/12/2008	19
ONG ataca projeto do governo – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Nacional – 09/12/2008.....	21
Em Brasília, índios tentam preservar demarcação atual – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 09/12/2008	21
Governador apóia exclusão de áreas de fronteira – Felipe Recondo – Estado de São Paulo – Nacional – 09/12/2008	22
Grupo acampa na frente de fazenda de líder arrozeiro – Loide Gomes – Estado de São Paulo – Nacional – 09/12/2008	22
MST abre novo centro de formação – Estado de São Paulo – Nacional – 09/12/2008	23
Incra tenta retomar lotes em Iperó – Estado de São Paulo – Nacional – 09/12/2008	23
Pará se prepara para receber Fórum Social Mundial - Maurício Thuswohl – Agência Carta Maior – 10/12/2008	23
STF deve manter reserva contínua em Roraima, mas enquadrar Funai – Felipe Recondo e Mariângela Gallucci – Estado de São Paulo – Nacional – 10/12/2008.....	25
Índios fazem manifestação para pressionar Supremo – Mariângela Gallucci – Estado de São Paulo – Nacional – 10/12/2008	26
A demarcação deve ser em área contínua? – Estado de São Paulo – Nacional – 10/12/2008.....	28

Quilombolas podem mudar de área no PA – Estado de São Paulo – Nacional – 10/12/2008	29
Regra para paz - O Globo – Opinião – Editorial – 10/09/2008	30
Na véspera do julgamento, declarações de guerra – Evandro Éboli e Maria Lima – O Globo – O País – 10/12/2008	31
Governo quer rever índices de produtividade – Sítio Eletrônico do MST – 10/12/2008	32
Supremo manda tirar arroteiros de reserva em RR – Felipe Recondo e Mariângela Gallucci – Estado de São Paulo – Nacional – 11/12/2008	32
Autor do pedido de vista tem projeto para reduzi-lo – Estado de São Paulo – Nacional – 11/12/2008	34
Provável único voto vencido, Marco Aurélio adia desfecho - Felipe Recondo, Mariângela Gallucci e Vannildo Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 11/12/2008	34
Índios comemoram com dança da vitória – Roldão Arruda e Loide Gomes – Estado de São Paulo – Nacional – 11/12/2008	35
Governador vê 'equivoco' em decisão do Supremo – Loide Gomes – Estado de São Paulo – Nacional – 11/12/2008	36
Maioria do STF vota para tirar arroteiros de reserva – Felipe Seligman e Hudson Corrêa – Folha de São Paulo – Brasil - 11/12/2008	36
STF: terra é de índios, sem fazendeiros – O Globo – Capa – 11/12/2008	38
Placar do STF é favorável a índios - Carolina Brígido e Jailton de Carvalho – O Globo – O País – 11/12/2008	38
Arroteiros dizem que vão recorrer para contestar valor de indenizações - Carolina Brígido e Gerson Camarotti – O Globo – O País – 11/12/2008	39
Na reserva, índios mantêm apreensão - Evandro Éboli – O Globo – O País – 11/12/2008	41
Movimentos sociais e governo discutem agenda comum para FSM – Agência Carta Maior – 12/12/2008	41
A sensata decisão do Supremo – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 12/12/2008	43
Decisão do STF deve acelerar demarcação de mais 4 reservas – Felipe Recondo – Estado de São Paulo – Nacional – 12/12/2008	45
ONU comemora, mas pede qualidade de vida para índios – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Nacional – 12/12/2008	45
Lula promete doar terras da União para Roraima – Leonencio Nossa – Estado de São Paulo – Nacional – 12/12/2008	46
Após decisão do STF, índios mudam de comportamento – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 12/12/2008	47
'Sem a terra não há possibilidade de sobrevivência' – Felipe Recondo – Estado de São Paulo – Nacional – 12/12/2008	48
'Vou continuar plantando e produzindo' – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 12/12/2008	49
Voz vencida – Dora Kramer – Estado de São Paulo – Nacional – 12/12/2008	50
Paz em Roraima – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial - 12/12/2008	51
Arroteiros vão manter plantações em reserva – Sílvia Freire e João Carlos Magalhães - Folha de São Paulo – Brasil - 12/12/2008	52
PF suspeita de mineração ilegal na área – João Carlos Magalhães e Marlene Bergamo – Folha de São Paulo – Brasil - 12/12/2008	53

Raposa: arrozeiros ainda colherão nova safra - Evandro Éboli – O Globo – O País – 12/12/2008.....	55
Avança desapropriação inédita de terra por interesse social – Sítio Eletrônico do MST – 12/12/2008.....	55
Índios isolados apóiam saída de arrozeiros – João Carlos Magalhães e Marlene Bergamo – Folha de São Paulo – Brasil - 14/12/2008.....	59
Vila dentro de reserva está "uma tristeza só" com saída de fazendeiros, diz índia – Folha de São Paulo – Brasil - 14/12/2008.....	60
Garimpo é antigo dentro de terra, dizem indígenas – Folha de São Paulo – Brasil - 14/12/2008.....	60
Raposa: índios pretendem eliminar plantações de arroz - Evandro Éboli – O Globo – O País – 14/12/2008.....	61
Grupo se recusa a aceitar propostas de indenização – O Globo – O País – 14/02/2008.....	62
Sem mudar leis, regularização de lotes no AM levará mais de mil anos – João Domingos – Estado de São Paulo – Nacional – 15/12/2008.....	64
Busca de solução acaba em disputa entre ministros – João Domingos – Estado de São Paulo – Nacional – 15/12/2008.....	65
Busca de solução acaba em disputa entre ministros – João Domingos – Estado de São Paulo – Nacional – 15/12/2008.....	66
Em RR, problema é queda-de-braço com União – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 15/12/2008.....	66
Regras ambientais atrasam assentamentos – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil - 15/12/2008.....	68
Incrá diz que licença "trava" reforma agrária – Folha de São Paulo – Brasil - 15/12/2008.....	69
Antropólogo vê Raposa como marco político – Folha de São Paulo – Brasil - 15/12/2008.....	69
Para ruralista, reserva deixa fronteira frágil – Folha de São Paulo – Brasil - 15/12/2008.....	70
"Amazônia é vulnerável com ou sem índio", diz professora – Breno Costa – Folha de São Paulo – Brasil - 15/12/2008.....	71
Carta dos Povos e Comunidades Tradicionais do Semi-Árido – Sítio Eletrônico da CPT – 15/12/2008.....	72

Segunda Quinzena

Justiça manda Funai proteger índios juma – Estado de São Paulo – Nacional – 17/12/2008.....	75
Sem-terra invadem sede da Petrobrás no Rio - Kelly Lima, Nicola Pamplona e Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 18/12/2008.....	75
Mais dinheiro para o crédito – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 19/12/2008.....	76
Em um ano, avança 66% área de floresta amazônica degradada - Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 19/12/2008.....	77
Incrá desapropria 1ª fazenda por escravidão – Thiago Reis e João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 18/12/2008.....	78

Para família, valor de indenização é "ridículo" – Folha de São Paulo – Brasil – 18/12/2008	79
Crédito Fundiário é consolidado como política de acesso a terra – Sítio Eletrônico do MDA – 18/12/2008.....	80
“Frente à crise, nós vamos mostrar o novo modelo de desenvolvimento da Amazônia” – Agência Carta Maior – 19/12/2008	81
Sob fogo amigo e inimigo, Incra perde poder - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 21/12/2008	84
Chico Mendes – Marina Silva - Folha de São Paulo – Opinião – 21/12/2008.....	85
Filha de Chico Mendes vê vitória de desmatadores – Matheus Pichonelli e João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 21/12/2008	86
Condenado por assassinato de Mendes vive drama, diz advogado – Folha de São Paulo – Brasil – 21/12/2008	87
Ruralistas negam escravidão e criticam governo - Ricardo Brandt – Estado de São Paulo – Nacional – 22/12/2008	89
Sem punição a infratores, situação não irá melhorar, apontam especialistas – Ricardo Brandt – Estado de São Paulo – Nacional – 22/12/2008.....	89
Pará tem maior número de casos no País desde 95 – Ricardo Brandt – Estado de São Paulo – Nacional – 22/12/2008	90
Assentamento toma lugar de trabalho escravo no Pará – Sítio Eletrônico do MDA – 22/12/2008.....	91
Trabalho escravo resiste e Brasil liberta 4.418 pessoas – Sítio Eletrônico do MST – 22/12/2008.....	92
Sem-terra deixam fazenda em Serrana – Estado de São Paulo – Nacional – 23/12/2008	93
Trabalho escravo – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 26/12/2008	94
Uma revolução no campo – Edison Lobão – Folha de São Paulo – Opinião – 26/12/2008	95
Acusado de matar freira é preso sob suspeita de grilagem no Pará – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 27/12/2008/.....	97
Obama e as Américas – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 27/12/2008.....	97

Amazônia Legal concentra assentados – Estado de São Paulo – Nacional –
02/12/2008

Entre 2003 e 2007, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) assentou quase 449 mil famílias no País. Desse total, 307 mil (68%) receberam terras na Amazônia Legal - de acordo com levantamento feito pelo professor Ariovaldo Umbelino, da USP. Em artigo divulgado ontem pelo Boletim Dataluta, da Unesp, ele afirma que essa distribuição mostra que o governo evita assentar famílias nas áreas onde estão os acampamentos de sem-terra para não enfrentar o agronegócio e nem os parlamentares que o defendem - e que fazem parte de sua base de apoio.

Patrimônio inacessível – Folha de São Paulo – Opinião – 03/12/2008

A MINERAÇÃO em terras indígenas, autorizada pela Constituição de 1988, prossegue sem a necessária regulamentação para que se torne realidade. Parte significativa do patrimônio nacional -são mais de 600 terras indígenas, em cerca de 13% do território brasileiro- permanece indisponível para o desenvolvimento do país. Presta-se, contudo, a um sem-número de atividades ilegais, como o garimpo clandestino. O governo Lula prometera em 2004 acelerar a regulamentação, se preciso por medida provisória. O compromisso, descumprido, foi anunciado após o massacre de 29 garimpeiros na terra indígena Roosevelt, em Rondônia. O Congresso Nacional tem a oportunidade agora de pôr um ponto final nessa crônica de procrastinação. Tramita pelas duas Casas -há mais de 12 anos- o projeto de lei nº 1610/1996, já aprovado no Senado. A matéria se encontra numa comissão especial da Câmara, que deveria ter deliberado ontem, em caráter terminativo -ou seja, sem necessidade de votação no plenário. A discussão, no entanto, foi adiada por cinco sessões. Assim que houver decisão dos deputados, o projeto volta ao Senado. Pela proposta, a exploração mineral seria feita por licitação, desde que haja anuência dos povos indígenas envolvidos, em cada caso, como manda a Constituição. Em debate está o percentual de remuneração devida a essas comunidades, se 4% (versão atual) ou 2% (proposta original) do faturamento. Também se discute se os pedidos de pesquisa e lavra anteriores a 1988 terão prioridade, algo difícil de conciliar com a exigência de licitação.

O adiamento pode ser usado para obter consenso na comissão e evitar, assim, um pedido de votação no plenário. Se for esse o preço a pagar por uma decisão, parece aceitável. Afinal, ela já tarda demais.

Governo vai afastar Incra de ação sobre terras da Amazônia – João Domingos –
Estado de São Paulo – Nacional – 04/12/2008

O governo já tem pronto o texto de uma medida provisória que afasta o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) do processo de regularização de terras na Amazônia Legal. Ao mesmo tempo, a MP cria a Agência Executiva de Regularização Fundiária da Amazônia (Aerfa), que será vinculada à Presidência e deverá normatizar, organizar e coordenar a implementação do processo de regularização de terras na região, o primeiro passo do Plano Amazônia Sustentável (PAS).

A Aerfa ficará investida dos poderes da União para, em substituição ao Incra, promover a discriminação das terras devolutas federais na Amazônia Legal, com autoridade para reconhecer as posses legítimas, bem como para incorporar ao patrimônio público as terras devolutas federais ilegalmente ocupadas e as que se encontrarem desocupadas. A MP deverá transferir do Incra para a Aerfa a gestão do patrimônio fundiário da União. “A insegurança jurídica causada pela desordem fundiária é obstáculo fundamental ao desenvolvimento da Amazônia. Por isso, a regularização fundiária é hoje a prioridade absoluta de todos os governadores e consenso na sociedade civil da região”, disse ao Estado o ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, que coordena o PAS. Ele não quis entrar em nenhuma polêmica com o Incra. Mas, nos bastidores, a informação é de que o afastamento do órgão que até agora cuidou das questões fundiárias deverá ocorrer porque o governo considera que o Incra costuma tomar decisões mais políticas do que técnicas.

“A Aerfa será uma autarquia leve e flexível, voltada ao planejamento, condução estratégica e monitoramento das ações de regularização fundiária executadas pelos institutos estaduais de terra conveniados”, afirmou Mangabeira. “Porque não há como resolver o problema fundiário da Amazônia sem colaboração entre a União, os Estados e os municípios.”

De acordo com Mangabeira, com a nova agência, será possível fazer com que a federação de fato resolva problemas como o da regularização fundiária da Amazônia, que dizem respeito a todos. “Estima-se que hoje de 400 mil a 500 mil posses - cerca de 90% dos estabelecimentos rurais da Amazônia - sejam irregulares. E, a cada ano, formam-se novas 10 mil posses. Então, é um problema que o governo federal, sozinho, jamais vai resolver”, argumentou Mangabeira, que antes de ter cargo na Esplanada classificou o governo Lula como “o mais corrupto da história”.

Governo ignora índios em seu plano de defesa, afirma Funai – Claudio Dantas e Sequeira – Folha de São Paulo – Brasil – 04/12/2008

Com foco na proteção das fronteiras da Amazônia, a minuta da Estratégia Nacional de Defesa não aborda a questão indígena ao prever a instalação de aeroportos e novos pelotões do Exército na região. Para o presidente da Funai, Márcio Meira, o erro poderá provocar atritos entre índios e militares.

Meira diz que não foi consultado sobre o novo plano de defesa, que será divulgado no dia 11, e nunca se reuniu com o ministro Mangabeira Unger. "Não me chamaram nem sequer para uma consulta informal." Procurado pela **Folha**, Mangabeira não quis se pronunciar. Já o Ministério da Defesa, também responsável pelo documento, informou que "todo cidadão brasileiro, por intermédio do Congresso, terá a oportunidade de contribuir para o aperfeiçoamento da Estratégia Nacional de Defesa quando forem debatidos os projetos que a implementarão". Como a reportagem revelou no último domingo, a Amazônia é um dos palcos principais das hipóteses de emprego das Forças Armadas. Para aumentar a presença militar na região, deverão ser instalados mais 28 pelotões de fronteira. "Eles vão instalar isso tudo onde? No meio de uma aldeia, perto de uma cachoeira considerada sagrada pelos índios?", questiona Meira. Para ele, é preciso "um pacto prévio" com as lideranças indígenas.

"Sem um acordo sobre como isso vai ser feito é um absurdo. O Exército sempre colocou [os pelotões de fronteira] onde quis, porque queria controlar os índios", afirma.

Índios-soldados - O presidente da Funai avalia ainda que os militares, em sua formação acadêmica, carecem de um "aparato científico-contemporâneo" sobre a realidade indígena. "Vivemos uma situação anacrônica. Os índios estão no século 21 e os soldados, no século 19. Essa visão genérica perpassa a maioria da sociedade", diz. Meira afirma que boa parte dos pelotões de fronteira é formada por índios-soldados, que poderiam se ressentir com eventuais efeitos negativos da ação militar em suas comunidades. "Os índios são os melhores defensores da Amazônia." Para Saulo Feitosa, do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), o projeto "desacredita o governo Lula em sua política indigenista". "O Mangabeira não sabe nada de índio nem de Amazônia", diz.

ONGs saem de debate sobre Código Florestal – Herton Escobar e João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 05/12/2008

ONGs que participavam das discussões de projeto de lei para modificar o Código Florestal desistiram de negociar com o governo. O racha foi comunicado via e-mail conjunto, depois que foram impedidas de participar de reunião na terça em que o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, propôs anistia a quem desmatou áreas de preservação permanente (APPs).

“A proposta apresentada pelo (ministério) e pela Frente Parlamentar da Agropecuária é uma verdadeira bomba-relógio para fomentar novas situações como aquelas de Santa Catarina, legalizando e incentivando a ocupação de áreas ambientalmente vulneráveis”, afirmam as ONGs Amigos da Terra, Conservação Internacional, Greenpeace, Imazon, Instituto Centro de Vida, ISA, Ipam, TNC e WWF.

Segundo as ONGs, a proposta de Stephanes contraria o Plano Nacional de Mudanças Climáticas, apresentado um dia antes. Além da anistia à destruição de APPs, a proposta reduziria as áreas de reserva legal na Amazônia e no cerrado. “Com essa proposta não há diálogo”, disse Raul Telles, do Instituto Socioambiental. “O que estão propondo é inacreditável”, disse Paulo Prado, da Conservação Internacional.

Em nota, o Ministério da Agricultura afirma defender o desmatamento zero e que seu trabalho quer impedir ações predatórias. Ainda segundo o ministério, o debate está em fase de apresentação de sugestões. “O debate no momento é de propostas. Nenhuma decisão foi tomada”, afirma a nota, que prossegue: “O Ministério da Agricultura não apresentou, tampouco apóia, a anistia para os desmatadores.”

O ministério diz compreender que a defesa ambiental exija posição protecionista mais rígida. Mas afirma que não se pode ignorar as áreas agrícolas consolidadas nem deixar de buscar formas de flexibilização do uso do solo.

STF decide sobre reserva com foco na soberania – Mariângela Gallucci – Estado de São Paulo – Nacional – 07/12/2008

O Supremo Tribunal Federal (STF) retomará na quarta-feira o julgamento de um dos processos mais difíceis sob sua análise até hoje. Os ministros vão decidir o futuro da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima. O julgamento será subdividido em pelo menos seis temas principais e, ao final, deverá ser costurado um voto médio que reconhecerá o direito dos índios à reserva, mas imporá uma série de medidas para garantir a segurança da área e das fronteiras do Brasil com a Venezuela e a Guiana.

Há muitas incertezas e uma única segurança sobre o que poderá ocorrer no julgamento: a maioria do tribunal não deverá seguir de forma integral o voto dado em agosto pelo relator do caso, Carlos Ayres Britto, que reconheceu amplamente o direito dos índios à área.

Após o voto de Ayres Britto, o julgamento foi interrompido por um pedido de vista do ministro Carlos Alberto Menezes Direito e será retomado na quarta.

Ministros do STF disseram na semana passada que pretendem votar a favor da demarcação contínua da reserva, mas vão propor que o tribunal tome medidas de precaução que permitam o acesso de agentes do Estado ao local e até de não-índios. De acordo com a interpretação desses ministros, apenas os índios não aculturados devem ser protegidos em áreas impenetráveis, o que não seria o caso dos indígenas da Raposa.

Para os ministros consultados pelo Estado, a decisão deverá incluir cautelas para que não seja proibida a entrada na reserva de autoridades civis e militares. Um dos problemas mais sérios a serem resolvidos, avaliam, é o da fronteira. Alguns cogitam incluir na decisão a previsão para que sejam instalados pelotões na região fronteiriça.

SOBERANIA - Outros cinco temas deverão ser debatidos amplamente pelos ministros: soberania nacional, princípio federativo, economia, interesses indígenas versus livre iniciativa e infra-estrutura. Eles vão discutir se há riscos de os índios criarem um Estado independente, o que teria repercussões negativas na soberania nacional. Quanto ao problema local, a reserva está localizada no Estado de Roraima, mas, com a demarcação, passa para o domínio da União. Há quem argumente que isso mutilará parte significativa do Estado.

Também estarão em debate os riscos de a demarcação trazer prejuízos para a economia de Roraima. Além disso, deve ser discutido se a demarcação pode privilegiar os interesses dos índios em detrimento da livre iniciativa. Por último, o STF deverá definir a quem caberá a tarefa de cuidar da infra-estrutura da região. Devem assistir ao julgamento índios, autoridades e fazendeiros da região.

QUESTÕES POLÊMICAS

Os julgamentos dentro do julgamento

Soberania nacional - Ao determinar que as terras da Raposa Serra do Sol são dos índios o STF estará pondo em risco a soberania nacional já que a área é extensa, os índios falam uma língua própria e poderiam tentar criar um estado independente?

Segurança nacional - A área da reserva se estende até a zona de fronteira. Deixar essas terras fronteiriças na mão dos índios pode colocar a segurança nacional em risco?

Federação - A área indígena demarcada está dentro do Estado de RR, mas passará para o domínio da União. Isso significará uma mutilação de parte do território do Estado, causando um desequilíbrio no princípio federativo?

Economia - A demarcação de uma grande área pode trazer prejuízos para a economia do Estado de Roraima?

Interesses - A demarcação ofenderia o princípio da razoabilidade, ao privilegiar os interesses dos índios em detrimento da livre iniciativa?

Infra-estrutura - A quem caberá a tarefa de cuidar da infra-estrutura da região se for confirmada a demarcação de forma contínua?

Disputa na Bahia dura 26 anos – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 07/12/2008

A Raposa Serra do Sol não é o único alvo de demanda indígena no STF. Também tramita ali um processo envolvendo índios pataxós hã-hã-hãe, da Bahia. Ele aportou lá em 1982 e até hoje, passados 26 anos, aguarda solução.

Trata-se da disputa por uma área de 54 mil hectares. De um lado estão os pataxós, que teriam recebido a área do governo federal em 1936; e, do outro, 396 produtores rurais, que vivem no interior da área. Também está envolvido na ação o governo da Bahia, que concedeu os títulos de propriedade aos produtores.

Uma das partes mais demoradas do processo foi a citação dos 396 réus: levou dez anos. A história ainda envolve o nome do índio Galdino dos Santos, queimado vivo enquanto dormia num abrigo de ônibus, em Brasília, em 1997. Ele estava na capital federal para tratar do processo.

O relator, ministro Eros Grau, deu parecer favorável aos índios. Mas o caso parou porque o ministro Carlos Alberto Menezes Direito pediu mais prazo para examiná-lo.

“Desde a Constituinte de 1988 o Brasil não vivia uma onda racista tão virulenta e disseminada.” Essa afirmação, feita pelo educador Paulo Maldos, assessor político do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ligado à Igreja Católica, figura no relatório Direitos Humanos no Brasil - 2008, que acaba de ser divulgado pela organização Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Na opinião de Maldos, o que deu origem a essa onda, que teria os índios como vítimas, foi o debate em torno da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, cujo desfecho pode acontecer esta semana, no STF.

A afirmação do assessor do Cimi pode conter exageros. É inegável, porém, que os processos de demarcação de terras indígenas em curso no País estão causando um nível de tensões que não se via desde 1992, quando o então presidente Fernando Collor criou a Terra Indígena Ianomâmi - que se estende entre os Estados de Roraima e Amazonas.

Os sinais de tensão estão por toda parte. Dias atrás, durante discurso na Assembléia de Mato Grosso do Sul, a produtora rural Roseli Silva, coordenadora da organização Recovê, que combate a política de demarcação da Fundação Nacional do Índio (Funai), foi enfática ao se referir ao propósito dos fazendeiros de não cederem terras: “Vamos derramar até o último sangue, mas vamos defender o que é nosso.”

A Raposa é apenas parte da polêmica. Neste momento podem ser apontados com facilidade mais três focos de tensões: um na Bahia e outros dois em Mato Grosso do Sul - Estado que registra os índices mais elevados de violência contra indígenas. Segundo o relatório da Rede Social, dos 43 casos de assassinatos de indígenas ocorridos entre janeiro e outubro deste ano, 32 ocorreram naquele Estado.

A questão baiana envolve uma área de 54 mil hectares, na região de Itabuna, que teria sido demarcada e entregue ao povo pataxó hã-hã-hãe em 1936. Hoje eles ocupam apenas 18 mil hectares da área original: os outros 36 mil estão nas mãos de 396 fazendeiros, plantadores de cacau e pecuaristas.

Os índios querem a terra. O problema é que os fazendeiros têm títulos de propriedade, concedidos a eles pelo governo da Bahia, e se recusam a sair. O caso também está no STF.

Em Mato Grosso do Sul, um dos focos de tensões localiza-se em Antonio João, município na fronteira com Paraguai, onde fica a terra indígena Ñanderu Marangatu, com 9.316 hectares. Ela foi criada em 2005 e já deveria ter sido entregue aos guaranis-caiuás. Mas - assim como na Bahia - quase toda a área é ocupada por produtores rurais, que se recusam a deixá-la. A disputa, marcada por invasões, expulsões, ameaças e até morte, também foi desaguar no STF.

MORTALIDADE - O segundo foco sul-mato-grossense fica na região de Dourados, a pior do País em termos de violência, suicídio e mortalidade infantil entre índios. Uma situação tão grave, que levou o Ministério Público Federal a exigir da

Funai, em 2007, uma solução para o problema dos indígenas, também pertencentes ao grupo guarani-caiuá.

A Funai respondeu com a criação de grupos de trabalho, com antropólogos à frente, para estudar a ampliação das terras indígenas numa área de 26 municípios. Hoje o clima na região é marcado por insegurança, ameaças e mobilizações.

Diante desse cenário, as federações rurais articulam uma frente nacional para frear as demarcações, previstas na Constituição de 1988. Informalmente, um dos membros honorários da frente é o arroteiro Paulo César Quartiero, líder do grupo de arroteiros de Roraima que desejam ver as áreas que cultivam fora da reserva da Raposa.

Após perder a eleição de outubro, quando tentou se reeleger para a Prefeitura de Pacaraima, e no aguardo do STF, ele diz que muitos ruralistas hoje gastam mais com advogados do que com agrônomos: “No meio de uma crise mundial, lutando para não falir, ainda temos de nos defender dos exageros das políticas ambientalista e indigenista. Só nos resta reagir, como fizeram nossos hermanos da Argentina.”

Do outro lado, Quartiero é considerado um invasor de terras indígenas. Para Maldos, do Cimi, teriam sido os invasores, aliados a empresas do agronegócio, os desencadeadores do chamado “processo restaurador da intolerância e do racismo em larga escala”.

FRASES

Paulo Maldos - Assessor político do Cimi - “Desde a Constituinte de 1988 o Brasil não vivia uma onda racista tão virulenta e disseminada”

Paulo César Quartiero - Líder dos arroteiros - “No meio de uma crise mundial, lutando para não falir, ainda temos de nos defender dos exageros das políticas ambientalista e indigenista. Só nos resta reagir, como fizeram nossos hermanos da Argentina”

Regularização fundiária – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 08/12/2008

Pode ser uma boa notícia, desde que não signifique a simples troca de seis por meia dúzia. O governo federal já elaborou o texto de medida provisória que tira do Incra a função de regularizar as terras na Amazônia Legal. Quem passará a exercer tal função será um órgão a ser criado: a Agência Executiva de Regularização Fundiária da Amazônia (Aerfa), vinculada diretamente à Presidência da República. Essa agência deverá normatizar, organizar e coordenar a implementação do processo de regularização de terras da região, considerado o primeiro passo para a concretização do chamado Plano Amazônia Sustentável (PAS).

Diz o simples bom senso - com base em princípio elementar da racionalidade administrativa - que, se um órgão público não está funcionando a contento, o certo é adotar providências saneadoras para fazê-lo funcionar, e não criar outro para exercer suas funções e mantê-lo em estado de sobrevida vegetativa - já que isso implicaria desperdício ostensivo de dinheiro público. Era de supor que um órgão que já tem em sua denominação a função de “colonização” - discutível que seja a permanência atual do sentido histórico do termo - e de “reforma agrária” tivesse, como principal acervo, conhecimentos técnicos de natureza fundiária. E esta é uma área de complexidade compatível com a multiplicidade de conflitos envolvendo posses, terras devolutas, indígenas, conflitos judiciais, produtividade rural, situação dos trabalhadores do campo, questões ambientais e mais um sem-número de problemas de relevante interesse social. Mas o Incra enveredou pelo viés político-ideológico.

Foi no primeiro mandato do presidente Lula que as superintendências regionais do Incra foram “aparelhadas” - vale dizer, integradas por pessoas cujo melhor conhecimento “técnico” é a militância política. Tolerantes (para não dizer reverentes) aos movimentos ditos sociais - mesmo quando estes se mobilizavam em esbulhos e vandalismos notoriamente contra a lei -, os agentes do Incra nunca promoveram a pacificação no campo - independentemente de considerar se lograram fazer avançar ou não o programa de reforma agrária. Pelo que se sabe - nos bastidores - a transferência das questões fundiárias do Incra para a Aerfa será feita porque “o Incra costuma tomar decisões mais políticas do que técnicas”. Pois não era isso o que queria o governo petista ao aparelhar o órgão?

Disse o ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, o coordenador do PAS: “A insegurança jurídica causada pela desordem fundiária é obstáculo fundamental ao desenvolvimento da Amazônia. Por isso, a regularização fundiária é hoje a prioridade absoluta de todos os governadores e consenso na sociedade civil da região.” E, procurando dar uma abrangência maior à questão, envolvendo os interesses das regiões, acrescentou o ministro: “A Aerfa será uma autarquia leve e flexível, voltada ao planejamento, condução estratégica e monitoramento das ações de regularização fundiária executadas pelos institutos estaduais de terra conveniados (...) porque não há como resolver o problema fundiário da Amazônia sem colaboração entre a União, os Estados e os municípios.” Vê-se, assim, que pelo menos na intenção o objetivo estratégico do governo passou a ser o de dar à questão fundiária um tratamento mais técnico do que político.

Resta esperar que a Aerfa não venha a significar mais um espaço “aparelhável” da administração pública federal. E que venha a conseguir, de fato, com a parceria das instituições regionais, resolver o complicado problema da regularização fundiária da Amazônia. Afinal, como explicou o ministro Unger, “Estima-se que hoje de 400 mil a 500 mil posses - cerca de 90% dos estabelecimentos rurais da Amazônia - sejam irregulares. E, a cada ano, formam-se novas 10 mil posses.”

A questão da regularização fundiária no País também se despolitiza - no bom sentido - quando a Advocacia-Geral da União (AGU) se dispõe a rever o problema da demarcação de terras de remanescentes de quilombos, determinando que só as efetivamente ocupadas pelas comunidades são passíveis de titulação.

Decreto restringe entrada de ONGs e missionários em terras indígenas – Felipe Recondo – Estado de São Paulo – Nacional – 08/12/2008

Um decreto à espera da assinatura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva criará restrições para a entrada de pesquisadores, missionários e organizações não-governamentais em terras indígenas. O texto obriga os religiosos, cientistas e ONGs a submeterem seus projetos à prévia análise do Ministério da Justiça. Se a reserva estiver próxima à faixa de fronteira ou na Amazônia Legal, a autorização dependerá ainda da avaliação do Ministério da Defesa e do Conselho de Defesa Nacional.

O decreto é parte da estratégia do governo para controlar a ação das organizações não-governamentais e coibir a biopirataria e a exploração ilegal de recursos no Brasil, especialmente por estrangeiros. O documento chegou à Casa Civil uma semana antes do julgamento da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol (RR) pelo Supremo Tribunal Federal (STF), marcado para a próxima quarta-feira.

O texto obriga que pessoas físicas e jurídicas que queiram desenvolver atividades nas reservas entreguem ao Ministério da Justiça um plano de trabalho que especifique o objetivo do projeto, o prazo necessário para sua execução, as estimativas de gastos e as fontes de financiamento. Além disso, as ONGs precisam ter cadastro no Ministério da Justiça.

Caso o pesquisador seja estrangeiro, precisará de visto específico e deverá indicar o percurso a ser feito na terra indígena e as datas previstas para o início e término dos estudos. Ele não poderá, portanto, valer-se do visto de turista para entrar na reserva. No caso de ONG estrangeira, os responsáveis deverão apresentar o comprovante de autorização para funcionamento no Brasil e certidão de regularidade emitida pelo ministério.

A licença para entrar na reserva será cancelada se o objeto do estudo for alterado sem a autorização do Ministério da Justiça. Os pesquisadores deverão, nesta hipótese, deixar imediatamente a região. O estrangeiro poderá ser deportado se não tiver visto específico para a atividade que for desenvolver.

O pesquisador, missionário ou ONG que estiver em terra indígena quando o decreto for publicado terá 180 dias para pedir autorização do Ministério da Justiça, preenchendo todos os requisitos previstos no texto.

FISCALIZAÇÃO - Atualmente, a entrada em terras indígenas é regulada por uma portaria da Fundação Nacional do Índio (Funai), destinada a proteger especificamente direitos sobre “as manifestações, reproduções e criações estéticas, artísticas, literárias e científicas” dos índios.

Porém, por falta de estrutura e fiscalização, missionários ou pesquisadores podem burlar essa barreira. “Hoje o controle, quando feito, acaba sendo muito frouxo. Além do que, não há qualquer acompanhamento da atividade de quem entra na reserva”, afirmou o secretário de Assuntos Legislativos do ministério, Pedro Abramovay.

Em alguns casos, índios que pouco tiveram contato com o homem branco são abordados por religiosos interessados em catequizá-los. Depois de feita a aproximação, o processo para a retirada desses missionários das aldeias torna-se complicado, até porque os índios acabam aderindo à religião.

A edição do decreto é a segunda iniciativa do governo no controle, especialmente, das ONGs estrangeiras. A primeira foi obrigá-las a renovar o registro no Cadastro Nacional de Entidades (CNEs), da Secretaria Nacional de Justiça. Para garantir o respeito a essas regras, admitem integrantes do governo, é preciso, além da legislação, estabelecer a presença do Estado com o aumento da fiscalização nas terras indígenas.

AS REGRAS - O que diz o texto do decreto - O decreto vale para pessoas físicas e jurídicas, nacionais ou estrangeiras, que queiram desenvolver atividades nas reservas indígenas. O texto exclui as organizações dirigidas exclusivamente por índios ou comunidades indígenas sem vínculo com pessoas jurídicas: Para entrar na reserva e desenvolver as atividades será necessária autorização do Ministério da Justiça; Se a terra estiver na Amazônia Legal ou na faixa de fronteira, a autorização dependerá da Defesa e do Conselho de Segurança; Deverão constar nos pedidos de autorização o plano de trabalho, estimativa de gastos e indicação das fontes de financiamento; No caso de estrangeiros, será preciso ainda indicar o percurso a ser feito na região e as datas para início e término do trabalho; O estrangeiro precisará de visto de pesquisador para desenvolver suas atividades em terras indígenas; As ONGs precisam estar cadastradas no Ministério da Justiça e devem apresentar anualmente a Certidão de Regularidade; Se a ONG for estrangeira, precisará ainda apresentar comprovante de autorização para funcionamento no País; Quem estiver trabalhando em terra indígena na data em que o decreto entrar em vigor terá 180 dias para solicitar a autorização; O estrangeiro que exercer as atividades indicadas no decreto com visto de turista poderá ser deportado; A autorização para ingresso na terra indígena terá prazo determinado e o pedido de prorrogação precisa do aval do ministério; Se houver desvio de atividade durante o trabalho, a autorização da ONG para funcionar no País poderá ser cassada.

'Cientista não é nosso inimigo' , diz Minc – Felipe Recondo – Estado de São Paulo – Nacional – 08/12/2008

A proposta inicial do governo era controlar o ingresso de pesquisadores e ONGs nas unidades de conservação, em especial na Amazônia. Porém, foi obrigado a recuar diante da resistência do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, de acordo com relatos de assessores do Palácio do Planalto.

Em entrevista ao Estado, o ministro confirmou ser contrário à edição de um decreto para controlar a entrada das organizações em unidades de conservação e disse que o ministério está recadastrando as ONGs que atuam no setor como forma de evitar a biopirataria e o desmatamento. “No cadastro, estamos tirando as ONGs ecopicaretas. Se tem safadeza na economia, na política, em tudo que é lado, por que não imaginar que tem ecopicaretagem no meio ambiente? É claro que tem. Por isso, estamos refazendo o cadastro. Mas não vejo que tenhamos de fazer um decreto para dizer como deve ser o acesso das ONGs nas unidades de conservação. Temos norma para o turista, o cientista, o seringueiro e várias coisas.”

Minc defende o acesso de pesquisadores. Para ele, o aumento das pesquisas é uma forma de proteger o meio ambiente. “Consideramos que o cientista não é nosso inimigo. Considerar que todo cientista é um biopirata é um atraso, até porque você pode usar a ciência dele para conhecer melhor. Quem conhece melhor, mais defende”, disse o ministro do Meio Ambiente. “Essa tese de que a unidade deve ser uma fortaleza está ultrapassada. Minha tese é a seguinte: a melhor defesa não é o não-uso; a melhor defesa é o bom uso.”

'Quem vai julgar qual organização poderá atuar?' – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 08/12/2008

Quem vai definir qual pesquisador, missionário ou organização poderá entrar em terras indígenas? Essa é a preocupação do bispo d. Tomás Balduino, assessor do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organização vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e que ele ajudou a fundar, no ano de 1972 - em plena ditadura militar.

“Sabemos que existem ONGs e ONGs e que a Amazônia, com suas riquezas minerais, sua biodiversidade, envolve muitos interesses além daqueles relacionados diretamente aos indígenas que ali vivem”, diz ele. “Mas quem vai julgar qual pessoa ou organização poderá atuar ali? A Funai? Algum funcionário com direitos policiais do Ministério da Justiça? Algum técnico? Não acho que nenhuma dessas instâncias tenha autoridade moral para fazer isso.”

Na opinião do bispo, o melhor caminho seria delegar as decisões a um conselho, com ampla participação indígena: “Não se trata de questão técnica. É preciso muito discernimento, conhecimento da cultura indígena. Nós, missionários católicos, já fomos proibidos de entrar em determinadas áreas indígenas, nos anos da ditadura militar, por questões ideológicas. Vetavam nossa entrada, mas permitiam a presença de determinados missionários americanos, evangélicos, considerados mais confiáveis do ponto de vista ideológico.”

Para o fundador do Cimi, organizações que atuam com os povos indígenas deveriam acima de tudo propiciar condições para que aprendessem a caminhar com as próprias pernas. “Qualquer missão deve ajudar o índio a ser ele mesmo, em vez de transformá-lo em pau mandado dessa ou daquela organização ou missão”, afirma. “No caso da Raposa Serra do Sol, em Roraima, tivemos casos de índios que foram cooptados e hoje se opõem ao seu próprio povo.”

O bispo se refere aos índios contrários à demarcação da terra indígena de forma contínua - para permitir a presença de não-indígenas naquela área.

POLÊMICA - A discussão sobre a presença de ONGs em áreas indígenas intensificou-se nos últimos meses entre entidades que representam os índios e também entre especialistas. Num recente debate em Brasília, a socióloga indígena Azelene Kaingang afirmou que a Comissão Nacional de Política Indigenista - apontada pelo governo como conquista dos índios - não teria legitimidade porque seus integrantes seriam indicados por ONGs e não por suas comunidades.

A partir do blog que mantém na internet, o antropólogo Mércio Pereira Gomes, ex-presidente da Funai, é hoje um dos críticos mais ácidos da ação das ONGs entre índios. “A maioria das ONGs só tem deixado os índios mais dependentes, seja delas próprias, seja da Funai”, afirmou ele num dos textos do site. “Às vezes essa dependência é financeira, pois as ONGs neoliberais saem à frente e conseguem recursos para as organizações indígenas. Às vezes a dependência é ideológica, quando as ONGs neoliberais ditam o modo das organizações indígenas pensarem e atuarem.”

Pesquisas realizadas pelo MDS vão avaliar Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) – Sítio Eletrônico do MDS – Júnia Almeida - 08/12/2008

Duas pesquisas de avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) estão sendo realizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por meio da secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). Cada estudo adotará abordagens metodológicas distintas, de acordo com suas respectivas denominações. São elas: *Estudo Quantitativo para Avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)* e *Estudo Qualitativo para Avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)*.

A amostra contemplará 120 municípios, terá representatividade nacional e regional e abrangerá áreas urbanas e rurais. O trabalho de campo totalizará aproximadamente 2.400 entrevistas.

Serão investigados aspectos características socioeconômicas das famílias; valores, atitudes e comportamentos sobre o trabalho infantil; processo de acesso e inserção no PETI; desenvolvimento das atividades do serviço socioeducativo; progressão escolar e o impacto do programa no desenvolvimento das crianças e adolescentes, bem como na vida das famílias; avanços e desafios na implementação e gestão do programa; acesso a serviços públicos e a outros programas federais.

A coordenadora-geral de Avaliação e Monitoramento da SAGI, Júnia Quiroga, ressalta a importância da pesquisa: “Essas pesquisas nos ajudarão a compreender mais esses importantes programas do ponto de vista de diversos atores, que envolvem gestores, técnicos e público atendido. Destaco que os estudos oferecerão insumos importantes para o aprimoramento da execução do serviço socioeducativo”.

O estudo qualitativo realizará diagnóstico das atividades socioeducativas do PETI para identificação de dificuldades na implantação. Também serão identificadas as melhores práticas do programa. Neste caso, a amostra contemplará 40 municípios selecionados dentre os participantes da amostra do estudo quantitativo.

Entre outros aspectos, o estudo promovido pelo MDS pretende estabelecer parâmetros definidores dos “padrões mínimos de qualidade” referentes à execução das ações do serviço socioeducativo e, ainda, levantar informações a respeito de experiências bem sucedidas e de articulações políticas, competências gerenciais e apoio operacional que as possibilitaram. Ao final, entre outras coisas, prevê-se um documento com orientações e diretrizes pedagógicas para o desenvolvimento do serviço socioeducativo do programa, respeitando as peculiaridades regionais e locais.

A expectativa é que o resultado da pesquisa quantitativa seja divulgado em meados de março de 2009. Quanto à pesquisa qualitativa, os resultados deverão estar disponíveis em fins de abril de 2009.

STF deve pôr em xeque critérios da Funai ao decidir sobre reserva – Mariângela Gallucci – Estado de São Paulo – Nacional – 09/12/2008

A retomada no Supremo Tribunal Federal (STF), amanhã, do julgamento sobre a reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, vai abrir uma discussão constitucional sobre os conceitos que a Fundação Nacional do Índio (Funai) usa para fazer as demarcações das terras indígenas. Os 11 ministros vão discutir se índios comprovadamente aculturados precisam de reservas para caçar e praticar a agricultura como se fossem tribos nômades. Podem emergir do julgamento, portanto, novos conceitos jurídicos e sociais para a demarcação de reservas indígenas.

“É natural que se tenha uma discussão além do caso concreto”, admitiu ontem o presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, durante viagem a Montes Claros (MG) e Teresina (PI), onde lançou um programa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) denominado Casas de Justiça e Cidadania - cujo objetivo é prestar assistência social e jurídica à população.

Há quase um consenso entre os ministros do STF de que a demarcação da Raposa Serra do Sol tem uma série de erros e exageros na maneira como trata os índios, mas não existe disposição de anular todo o processo. A direção da Funai, por meio de sua assessoria de imprensa, disse ontem que “segue e faz o que manda fazer a Constituição”. E a Constituição, acrescentou a assessoria, “diz que a demarcação de terras indígenas é uma política do Poder Executivo”.

Segundo ministros ouvidos na semana passada pelo Estado, é possível que o Supremo construa uma saída para o caso da reserva em Roraima e oriente as demarcações futuras - o que interessa especialmente a Mato Grosso do Sul. Vai ser discutido, também, o poder da Funai para decidir sozinha as demarcações que envolvam direitos federativos de Estados e municípios. O governador de Roraima, José de Anchieta Júnior (PSDB), diz que “é preciso fazer mudanças, porque não se pode deixar esse poder nas mãos de uma pessoa só”. Anchieta sugere que os processos de demarcação de terras tramitem no Congresso como projeto de lei e sejam votados por deputados e senadores.

Um ministro do Supremo chegou a dizer ao Estado que a Funai se recusa a levar em conta a relação dos índios com os não-índios e encara a demarcação “como se estivesse apenas criando cercas de proteção, como se estivesse implantando zoológicos de preservação, uma política que os índios rejeitam”. O pior, na visão desse ministro, é que a Funai “faz as cercas, fica em paz com as organizações não-governamentais, mas depois abandona os índios e oferece uma assistência precária”.

“É a primeira vez que o STF se debruça, pós-1988, com profundidade sobre esse assunto (demarcação de terras)”, disse o presidente do Supremo. Segundo ele, a decisão do tribunal será cumprida. “Não haverá resistência à decisão. Podemos ter aqui ou acolá críticas à decisão, mas, certamente, ela será cumprida.”

Há ainda grande preocupação com o fato de a reserva se estender à zona de fronteira do Brasil com a Venezuela e a Guiana. Também é criticada constantemente pelos ministros a atuação de muitas ONGs na área. Os ministros do STF avaliam que o julgamento deve servir de parâmetro para uma nova disputa em curso envolvendo índios guaranis-caiuás e fazendeiros de Dourados, Miranda, Naviraí, Rio Brillante e Maracaju, todos em Mato Grosso do Sul. A repórter viajou a convite do STF

ONG ataca projeto do governo – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Nacional – 09/12/2008

O projeto de lei que restringirá acesso a terras indígenas por parte de ONGs e missionários é atacado por ativistas estrangeiros. A organização não-governamental Survival International anunciou que há o risco de que povos indígenas ameaçados não tenham acesso à ajuda de organizações internacionais contra fazendeiros e mineradores.

O Estado revelou ontem que um decreto está à espera da assinatura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para criar restrições à entrada de pesquisadores, missionários e organizações não-governamentais em terras indígenas. O texto os obriga a submeterem seus projetos à prévia análise do Ministério da Justiça.

Para Stephan Corry, diretor-geral da Survival, com sede em Londres, o Estado brasileiro tem o direito e o dever de proteger os povos indígenas de “interferências indesejadas e destrutivas”. Mas ele alerta que o primeiro passo teria de ser “a remoção de madeireiros, mineradores, fazendeiros e grileiros das terras dos indígenas”.

Em Brasília, índios tentam preservar demarcação atual – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 09/12/2008

Os índios de Roraima deram início ontem a uma série de manifestações a favor da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol na forma como foi homologada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2005, ou seja: na forma de território contínuo. Num ato no Salão Negro do Ministério da Justiça, em Brasília, eles reuniram cerca de 150 pessoas no evento O Grito de Macunaíma - numa referência ao mito indígena que, segundo especialistas, surgiu entre os índios de Roraima. Hoje devem realizar uma manifestação diante da sede do Supremo Tribunal Federal (STF).

Cerca de 40 índios que vivem na região da Raposa estão em Brasília. Eles são acompanhados por representantes do Conselho Nacional de Política Indigenista e por dois prefeitos indígenas eleitos em outubro. No evento de ontem, no Ministério da Justiça, a senadora Marina Silva (PT-AC) disse que o Supremo Tribunal Federal (STF) vai aviltar a Constituição caso não vote pela demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol na forma de área contínua. Ela também disse que as pessoas que lutam pela demarcação da Raposa e de outras terras indígenas não defendem apenas um grupo étnico. Segundo a senadora e ex-ministra do Meio Ambiente, o que está em jogo é a questão da cultura nacional, marcada pela diversidade.

Não são apenas os índios de Roraima que estão mobilizados. O julgamento no STF provoca interesse em todas as comunidades indígenas do País envolvidas com problemas de demarcação de terras. Acredita-se que a definição do Supremo - favorável ou não à área contínua - poderá pôr um fim ao impasse em que se encontra hoje a questão da demarcação de terras. Os principais processos estão parados, à espera do STF.

Um sinal do impasse é o fato de o atual presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Márcio Meira, não ter obtido nenhuma demarcação de terra indígena

desde que assumiu, no início do ano passado. Até agora conduziu processos iniciados pelo antecessor. Amanhã, os índios de Roraima pretendem acompanhar os debates no plenário do STF. Os que não puderem entrar farão uma vigília em frente à sede do tribunal. Também viajou ontem para Brasília o líder do pequeno grupo de arroteiros que se recusa a sair das terras demarcadas, o fazendeiro Paulo César Quartiero. Ele também deve ir amanhã ao STF.

Antes de viajar, ele se reuniu com seus funcionários na fazenda que possui na região da Vila Surumu, no interior da terra demarcada. “Disse a eles que devem resistir a qualquer tentativa de invasão de minhas terras”, contou ao Estado, referindo-se ao acampamento que os índios montaram diante da cerca da fazenda. “Também avisei à Polícia Federal: vou resistir.”

Governador apóia exclusão de áreas de fronteira – Felipe Recondo – Estado de São Paulo – Nacional – 09/12/2008

A busca de uma solução intermediária para a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol é vista ao mesmo tempo com desconfiança e como alento pelo governador do Estado, José de Anchieta Júnior (PSDB). Na sua avaliação, a indicação de que prevalecerá um voto médio entre os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) pode atenuar os efeitos da demarcação em área contínua, mas o formato a ser adotado é que gera polêmica.

O Supremo deverá manter a demarcação ininterrupta da reserva, como quer a União, mas imporá restrições para garantir a soberania do País e o princípio federativo. Uma das possibilidades em estudo, conforme um dos ministros da corte, seria a de excluir as áreas de fronteira da reserva. “Dependendo da extensão dessa área, pode melhorar e muito a situação”, afirmou o governador, em entrevista concedida ontem em Brasília. Outra proposta em avaliação é a de manter a ocupação dos índios na fronteira, mas obrigar o Exército a instalar pelotões na região. Essa alternativa é vista com ressalvas pelo governador, já que o custo se tornaria exorbitante. “Para garantir a segurança, seria preciso ter um pelotão a cada 400 quilômetros de fronteira. O Exército não tem estrutura nem orçamento para isso”, advertiu Anchieta.

A terceira proposta aventada por ministros do Supremo, mas prontamente contestada pelo governador, seria a de diminuir a área da reserva, que ocupa de 1,76 milhão de hectares. “Ficaria muito difícil chegar a um consenso. Tiraria só a terra da fronteira ou tiraria uma borda? É muito complicado”, declarou.

Anchieta defende a demarcação da Serra do Sol em ilhas, deixando espaço menor para os índios e mantendo os arroteiros na região. “Essa proposta atende a todos os interesses do povo de Roraima.”

Grupo acampa na frente de fazenda de líder arroteiro – Loide Gomes – Estado de São Paulo – Nacional – 09/12/2008

Em Roraima, a tensão marca a véspera da retomada do julgamento sobre a legalidade da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol.

No vilarejo de Surumu, a 190 quilômetros de Boa Vista, o Conselho Indígena de Roraima (CIR) está reunindo cerca de 1.500 índios para assistir ao julgamento e participar de uma feira cultural. Desde sábado, um grupo de 300 indígenas acampa em frente à Fazenda Depósito, do líder arroteiro e prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero (DEM), para pressioná-lo a deixar a área.

O acampamento fica na comunidade 10 Irmãos, a cerca de oito quilômetros de Surumu. Em abril, o local foi palco de um dos mais sérios confrontos entre índios e não-índios na região, depois que indígenas invadiram a fazenda e foram recebidos a bala por funcionários de Quartiero.

O macuxi Dionito José de Sousa, coordenador do CIR, garante que não haverá ocupação da fazenda até a conclusão do processo de retirada dos não-índios. “Embora a terra seja nossa, vamos aguardar o processo de retirada dos habitantes não-índios, que será feito pelas autoridades competentes.”

MST abre novo centro de formação – Estado de São Paulo – Nacional – 09/12/2008

O Movimento dos Sem-Terra inaugurou ontem mais um centro de formação de quadros: a Escola Estadual de Educação Popular Rosa Luxemburgo, localizada em Agudos, no interior de São Paulo. Instalada na sede da antiga Fazenda Agrocentro, que tinha piscina e heliporto, a escola tem capacidade para receber até 100 estudantes. Começa a funcionar em janeiro, com um curso de agronomia, em parceria com a Universidade Federal de São Carlos e o Incra.

Incra tenta retomar lotes em Iperó – Estado de São Paulo – Nacional – 09/12/2008

O Incra entrou com ações na Justiça para retomar cerca de 10% dos lotes do Assentamento Fazenda Ipanema, em Iperó (SP). Segundo o órgão, os lotes foram ocupados irregularmente por famílias não cadastradas no programa de reforma agrária ou estão sendo objeto de arrendamento ilegal. A área, pertencente ao Ministério da Agricultura, está ocupada desde 1992, quando integrantes do MST invadiram a fazenda.

Pará se prepara para receber Fórum Social Mundial - Maurício Thuswohl – Agência Carta Maior – 10/12/2008

A pouco mais de um mês do início da próxima edição do Fórum Social Mundial, prioridades do governo estadual são o estabelecimento de uma agenda comum com os

movimentos sociais e a adequação logística de Belém para receber cerca de 100 mil pessoas. Evento ocorrerá de 27 de janeiro a 1º de fevereiro de 2009.

BELÉM - A pouco mais de um mês do início da próxima edição do Fórum Social Mundial, o Governo do Pará finaliza os preparativos para criar as condições políticas e de infra-estrutura necessárias para receber as 100 mil pessoas que devem chegar a Belém para o evento, que acontecerá de 27 de janeiro a 1º de fevereiro. Entre os principais desafios colocados para a organização do FSM estão o estabelecimento de uma efetiva parceria entre o poder público e os movimentos sociais na construção de uma agenda política comum e a adequação logística de Belém para receber o maior evento político mundial da esquerda.

Designada pela governadora Ana Júlia Carepa para coordenar a organização do FSM 2009, a secretária de Governo, Ana Cláudia Cardoso, afirma que a maior aproximação entre o governo estadual e as organizações do movimento social nacionais e paraenses já é uma conquista provocada pelo Fórum: "Quando iniciamos as discussões sobre o FSM, há um ano, tivemos alguns problemas porque o governo apresentou uma pauta e os movimentos entenderam que a gente estava, de alguma maneira, querendo competir com eles. Naquele ponto ficou claro para nós do governo qual é o papel do Estado: o movimento social é protagonista e nós somos apoiadores", diz.

A partir daí, conta Ana Cláudia, foram organizadas diversas reuniões durante as quais os movimentos colocaram suas necessidades e prioridades políticas: "Percebemos que havia uma tarefa muito clara a ser cumprida pelo governo, que era articular as demandas e tentar mediar a relação dessas demandas com quem pudesse atendê-las. O Governo do Pará contribuiu num aspecto: em nenhuma outra edição do Fórum houve esse nível de organização em termos de concentrar as demandas e fazer com que elas fossem trabalhadas pelo governo e pelos entes federais".

Ana Cláudia afirma que o governo estadual pretende realizar, durante o FSM, um balanço de suas ações em relação às pautas apresentadas pelos movimentos: "Essa foi uma demanda dos movimentos que a gente assumiu. O governo estará colocando com muita transparência suas ações e mostrando que estão sendo conquistados avanços no sentido de atender concepções e pressupostos dos movimentos em diversos pontos que serão debatidos no Fórum, como meio ambiente, direitos humanos, mineração, etc".

O movimento social paraense, segundo Ana Cláudia, poderá dar um salto organizativo após o FSM: "Queremos que no Fórum sejam articuladas redes entre as organizações. Vivemos um momento de cisão na economia mundial, estamos caminhando para um outro paradigma e o Fórum vai viabilizar para o movimento social do Pará a discussão sobre como a sociedade se insere nessa nova dinâmica que será estabelecida", diz.

Hospedagem solidária - O Governo do Pará quer garantir a infra-estrutura adequada à realização do FSM em quesitos como hospedagem, transporte, saúde e segurança pública. Uma das iniciativas a serem adotadas é a hospedagem solidária, conceito utilizado nas edições anteriores do Fórum: "Belém só tem oito mil leitos na rede hoteleira, mas a gente sabe que a população que está vindo para o Fórum talvez ficasse fora desse mercado de qualquer maneira. Então, com a iniciativa da hospedagem

solidária, através da qual moradores da cidade cederão cômodos, conseguimos uma ampliação para 30 mil leitos", revela Ana Cláudia Cardoso.

Outras alternativas de hospedagem também serão utilizadas: "Casas de veraneio em áreas como a Ilha do Mosqueiro serão alocadas, e estamos apostando nos alojamentos que estão programados para dentro do fórum, como os acampamentos que serão feitos pela juventude, pelos quilombolas, pelos indígenas e pelas comunidades rurais", diz a secretária de Governo. Também haverá alojamentos nas universidades e em diversas escolas: "O Colégio Nazaré, por exemplo, reservou mil lugares para receber integrantes de colégios maristas de todo o Brasil".

Transporte alternativo - Em termos de transporte, afirma Ana Cláudia, a ordem é utilizar as potencialidades de Belém: "Estamos estimulando algumas estratégias. Houve toda uma articulação com a Capitania dos Portos e a Marinha do Brasil para viabilizarmos o fundeamento de embarcações e aproveitarmos a orla de Belém tanto para garantir soluções de mobilidade com rotas alternativas quanto para poder fazer atracação. Estamos trabalhando isso do ponto de vista da segurança e também da logística", diz. "Vamos dinamizar os pontos de acesso rodoviário, aeroviário e hidroviário e estabelecer rotas para esses pontos se comunicarem. Além disso, estamos recapeando e dando uma arrumada na principal via de Belém, que é a Avenida Perimetral, e viabilizando a rota alternativa hidroviária da Universidade Federal do Pará até Mosqueiro. O governo tem a expectativa de que isso possa absorver esse contingente de pessoas que chegará à cidade", diz a secretária. As coisas teriam sido mais fáceis, no que se refere aos transportes, se tivesse ocorrido parceria entre os governos estadual e municipal: "A relação com a Prefeitura de Belém não foi muito fácil. O ideal, por exemplo, seria que tivéssemos uma linha de ônibus especial para atender aos participantes do Fórum, mas isso é uma prerrogativa do município, que deve dar a concessão, e não está resolvido", diz Ana Cláudia.

Segurança e saúde - Para garantir a segurança do FSM, o governo estadual conta com o apoio do Ministério da Justiça: "O ministério alocou recursos para trabalhar comunicação, inteligência, defesa civil, etc. Isso traz para o Pará novos equipamentos como ambulâncias, lanchas, carros e instrumentos de proteção dos policiais. Todo esse equipamento permanecerá aqui após o Fórum. Também foram alocados recursos para a preparação dos policiais em termos de relações públicas, para que eles possam receber o público do Fórum", diz Ana Cláudia. O Ministério da Saúde também enviou recursos ao governo paraense: "Solicitamos ajuda para o setor de saúde porque aqui existe o risco de endemias como dengue e malária. Os recursos serviram também para viabilizarmos o atendimento a eventuais emergências durante o Fórum. O governo estadual está entrando com a parte de investimentos - reformando unidades de atendimento e um hospital - e o Ministério da Saúde está entrando com toda parte de custeio, como medicamentos, recursos para pagamento de pessoal, etc.", diz a secretária.

STF deve manter reserva contínua em Roraima, mas enquadrar Funai – Felipe Recondo e Mariângela Gallucci – Estado de São Paulo – Nacional – 10/12/2008

O Supremo Tribunal Federal (STF) deve manter, no julgamento de hoje, a demarcação contínua da reserva indígena Raposa Serra do Sol (RR) nos mesmos termos do que foi definido pelo governo, mas afirmará que a Fundação Nacional do Índio (Funai) não pode funcionar como porteiro das terras indígenas. A preocupação dos

ministros, que prevalecerá ao fim do julgamento, é garantir que os órgãos do Estado, como Exército e Polícia Federal, tenham livre acesso às reservas para garantir, especialmente, a soberania nacional, como determina a Constituição. Além disso, determinará que os arroteiros que estão hoje na região devem deixar as terras.

Do julgamento, não deverá sair, portanto, uma decisão que possa criar embaraços à política indigenista do governo e às demarcações anteriormente feitas em outros Estados. Essa afirmação do Supremo valerá para todas as reservas já definidas e para as próximas homologações. E servirá de indicação para as 106 ações que tramitam no STF sobre a legalidade das demarcações.

Uma decisão diferente desta poderia provocar nova leva de ações judiciais para contestar as demarcações já feitas nas mais de 630 áreas, principalmente em terras contínuas, que são maioria. A preocupação maior era com a possibilidade de os ministros obrigarem a Funai a fazer a demarcação em ilhas, como defende o governador de Roraima, José de Anchieta Júnior. Diante dessa possibilidade, descartada pela quase totalidade dos ministros, o presidente da Funai, Márcio Meira, fez ontem um último esforço para preservar a demarcação da reserva. Meira esteve no Supremo acompanhado de índios e da senadora Marina Silva (PT-AC) para mostrar os riscos que uma decisão distinta poderia gerar. “Uma decisão com alguma brecha pode causar prejuízo porque pode levar ao questionamento de outras áreas”, afirmou Meira.

Como exemplo desse possível impacto, o presidente da Funai afirmou que a demarcação em ilhas da reserva dos índios guaranis, em Mato Grosso do Sul, hoje é revista pelo governo a pedido dos próprios índios. “A demarcação em forma de ilha dilapidou o modo de vida tradicional dos guaranis”, disse. Para ele, já ficou provado que a demarcação descontínua provoca conflitos entre índios e não-índios. Outro receio do governo era a possibilidade de recuar a reserva indígena para deixar as fronteiras livres para o Exército. O governador de Roraima defendia o recuo para que a área - de 2.000 km de extensão - pudesse ser livremente habitada. “Não tem sentido recortar a terra indígena para fins de segurança nacional”, afirmou Meira. Com a reafirmação de que o Exército e a Polícia Federal podem entrar livremente nas reservas, o STF tenta superar essa discussão.

O Supremo vai retomar hoje um julgamento iniciado em agosto, quando o relator, ministro Carlos Ayres Britto, votou favoravelmente à demarcação contínua da reserva. Mas a discussão foi interrompida por um pedido de vista do ministro Carlos Alberto Direito. Antes de agosto, pontos da demarcação já tinham sido analisados por ministros do tribunal.

Índios fazem manifestação para pressionar Supremo – Mariângela Gallucci – Estado de São Paulo – Nacional – 10/12/2008

Com faixas de protesto e entoando palavras de ordem, 42 índios que vivem na região da reserva Raposa Serra do Sol estiveram ontem em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF), na Praça dos Três Poderes. A mobilização pediu que a corte mantenha na íntegra a demarcação da reserva, localizada no Estado de Roraima. “Estamos confiantes. Na Constituição tem o artigo 231, que defende o povo indígena. Com certeza, o STF vai

decidir por nós”, disse o cacique Djacir Melchior da Silva. O cacique reclamou que de 1977 até hoje 21 índios foram mortos na região da reserva. Ele disse que alguns indígenas foram acusados por parte dessas mortes nesse período, mas contestou: “Nunca fizemos justiça com as próprias mãos.” Enquanto o cacique dava entrevista, a maioria dos índios dançava, cantava e carregava faixas com frases sobre o julgamento de hoje.

“Eu não sou grileiro, eu sou índio brasileiro”, “Terra indígena Raposa Serra do Sol, contínua e constitucional” e “Supremo, preserve a Constituição, mantenha os direitos constitucionais dos índios brasileiros” eram algumas das frases escritas nas faixas. Nenhum dos 11 ministros do STF apareceu na praça para ver a manifestação.

Apenas simpatizantes, turistas que passeavam pela Praça dos Três Poderes e principalmente jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas assistiram à dança. Poucos índios usavam trajes típicos. A maioria vestia bermudas ou calças jeans e usava cocares. Parte usava tênis. Alguns índios fotografavam o ato.

Antes do início da manifestação, os índios se protegeram do forte sol que fazia em Brasília em uma área com sombra que existe na Praça dos Três Poderes. Alguns aproveitaram para falar ao celular e um vendedor ambulante mostrava relógios a um casal de índios. O vendedor chegou a mergulhar um dos relógios na água, para provar que ele era resistente.

Do lado de dentro do STF, os ministros Marco Aurélio Mello e Carlos Alberto Direito receberam uma comissão de índios, que foi acompanhada pela senadora Marina Silva (PT-AC) e pelo presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Márcio Meira.

Hoje, durante o julgamento, a entrada no plenário do STF deverá ser controlada por forte esquema de segurança. Assim como ocorreu na primeira fase, em agosto, os índios poderão assistir à sessão, mesmo usando trajes típicos. As outras pessoas terão de se submeter às rígidas regras de cerimonial e vestimenta da corte: “Terno e gravata, para homens, e vestidos, tailleurs (saia abaixo do joelho e blazer), ou ternos (calça e blazer de manga comprida), para mulheres.”

A demarcação deve ser em área contínua? – Estado de São Paulo – Nacional – 10/12/2008

SIM: Lucia Helena Rangela (* Doutora em antropologia pela PUC-SP e assessora do Cimi).

O conflito em torno da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol deveria ser um assunto superado desde que o presidente assinou a homologação em área contínua, conforme os estudos e procedimentos legais que normalizam as demarcações no Brasil. Mesmo assim, o STF acatou ação contestando o ato presidencial, o que desencadeou um debate nacional e internacional, mobilizando indígenas e todos aqueles que apóiam sua causa. Mobilizou também aqueles que desprezam a população indígena, aguçou o racismo e fez retornar o velho e desgastado ideário de que a presença indígena é estorvo ao desenvolvimento econômico. Acrescentou-se ao debate a ameaça à soberania porque a terra localiza-se em área de fronteira e, segundo os mais irados radicais, os indígenas poderiam formar uma nação independente, insurgente contra o Estado brasileiro.

Ora, se as terras indígenas pertencem legalmente à União, como pode o Estado ficar ameaçado? Como pode ser estorvo a produção familiar de alimentos, num mundo que carece disso? A produção das famílias indígenas, num estado como o de Roraima, representa movimentação comercial, abastecimento alimentar, além da subsistência de 20.000 pessoas que vivem na área. Como pode ser contestada a preservação ambiental conseqüente da demarcação contínua? A terra em questão é rica em biodiversidade, além de possuir as maiores jazidas de cassiterita e nióbio do Brasil, mais ouro, urânio, tântalo e até diamantes. Com a terra demarcada será muito mais exequível a proteção dessas riquezas.

Estorvo provocaram garimpeiros ilegais, madeireiros, criadores de gado e produtores agrícolas que molestaram os índios durante décadas, como fazem até hoje. A luta pela demarcação trouxe dignidade, organização social e política, prosperidade, orgulho e auto-estima aos indivíduos, famílias e povos.

O voto do ministro Carlos Ayres Britto levou em consideração todos os fatores envolvidos e foi considerado por alguns juristas como um dos mais brilhantes em toda história do STF. Antropólogos, juristas, indigenistas e cidadãos conscientes, ao lado dos povos indígenas que estão atentos ao julgamento de hoje, não têm dúvidas a respeito da demarcação contínua. Esperamos que a Constituição seja respeitada, que a sociedade compreenda que o melhor é existir a diversidade cultural e natural e que a pluralidade de necessidades concorra para a construção de uma ética no sentido de preservar a teia da vida. Vida natural e social que incluirá a todos e, em especial, os cidadãos indígenas, a quem devemos importantes aspectos de nossas raízes e com os quais possuímos uma dívida histórica, para cessar a violência de 500 anos. A demarcação contínua será o aceno de paz.

NÃO: Salvador Raza (* Fundador do Cetriz - Centro de Tecnologia, Relações Internacionais e Segurança; especialista em defesa e estratégia).

A decisão pelo Supremo sobre a Raposa Serra do Sol enfrenta quatro condições: (1) assegurar a integridade territorial frente a ameaças externas nascidas de vulnerabilidade que a demarcação contínua cria; (2) assegurar a exploração sustentada de riquezas naturais; (3) proteger a biodiversidade e o equilíbrio ambiental; (4) preservar a cultura, a estrutura social e os mecanismos primários de subsistência de povos indígenas de acordo com regras criadas pela política indigenista nacional.

Essas condições estão alinhadas com legítimos interesses de segurança nacional, com interesses empresariais que fomentam o desenvolvimento regional, com interesses de preservação ambiental, que protege nosso patrimônio, e com interesse de caráter civilizatório dos indigenistas. O problema aloja-se na mútua exclusividade desses interesses, quando eles são alimentados por radicalismos nascidos de necessidades operacionais de cada alternativa. Há exageros nos requisitos operacionais militares pautados em cenários catastróficos e há exigências operacionais descabidas feitas pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR) para a saída de todos os não-índios da região, dando a apenas 17 mil índios a propriedade de 1,7 milhão de hectares, comprometendo a existência de Roraima como Estado, pois, com a demarcação, 46% de suas terras serão reservas indígenas.

A situação agrava-se quando esses radicalismos são fomentados por ONGs como a The Nature Conservancy (TNC), que alegadamente recebe dinheiro dos governos dos Estados Unidos, Reino Unido e França para financiar a identificação de áreas para exploração comercial por estrangeiros.

Na ausência de critérios que justifiquem consistentemente a demarcação contínua, apela-se para princípios genéricos e ameaça-se o uso da força para assegurar a alguns poucos indígenas prerrogativas desmedidas e descabidas frente aos interesses das outras partes.

O Supremo não deve intimidar-se nem por essas ameaças nem pela possibilidade de sua decisão poder levar à revisão de outras reservas erroneamente dimensionadas. Ao decidir pela demarcação por ilhas, o Supremo estará desenhando um ponto de equilíbrio e compromisso entre as quatro alternativas, enquanto protege aos indígenas dentro da condição civilizatória aonde eles se alojam, tenha sido essa condição alcançada por contingência ou por opção, integrando-os na modernidade enquanto respeita sua cultura. Se o Supremo não temer tomar as decisões que lhe cabem, então o Estado não poderá ter receio de exercer o legítimo uso da força para evitar que a força da arrogância ideológica seja substituída da lei.

O Ministério Público Federal e o Incra pediram à Justiça que autorize a comunidade quilombola do Arapemã, em Santarém (PA), a mudar para uma área mais central na ilha onde vive. A alegação é que a estação das cheias - dezembro a março - pode tornar insustentável a vida da comunidade. O Ministério Público afirma que o deslocamento dos quilombolas é medida de emergência necessária até que seja feita a regularização dos títulos da terra.

Regra para paz - O Globo – Opinião – Editorial – 10/09/2008

Aretomada do julgamento prevista para hoje, no Supremo Tribunal Federal, do modelo de demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, orientará — deseja o presidente da Corte, ministro Gilmar Mendes — o encaminhamento de outros processos sobre conflitos de terra deflagrados a partir da definição de áreas para tribos.

A grande confusão que reina em torno do assunto semeia violência e afeta até mesmo a segurança nacional em algumas fronteiras. Há mais de cem litígios nos tribunais, o que aumenta a importância da decisão do STF.

Os trabalhos foram suspensos em agosto, por um pedido de vista do ministro Carlos Alberto Direito, depois de o relator do caso, Carlos Ayres Britto, proferir voto pela demarcação da reserva em terras contínuas, contra a posição do governo de Roraima, de produtores locais de arroz e de uma parcela da própria comunidade indígena. Será frustrante se a posição do ministro Ayres Britto for vencedora — e por vários motivos. Como há muita manipulação quando se discute a questão do índio, por causa de movimentos ditos sociais, missionários e de outros interesses, a discussão tende a ser maniqueísta.

Um erro é imaginar que a criação dessas reservas, desproporcionais à população indígena — elas respondem por 10% do território nacional, para abrigar menos de 500 mil pessoas —, serve para a preservação do “bom selvagem”. Ora, não é incomum encontrarem-se reservas que funcionam como biombo para a exploração ilegal de madeira e minério, por meio de sociedades de que participam índios e a banda podre dos órgãos do Estado que deveriam zelar pelas reservas naturais e comunidades. No caso da Raposa Serra do Sol, se a intenção da Funai e de grupos de pressão que atuam dentro do próprio governo for aceita pela maioria do Supremo, o cultivo do arroz, atividade que representa 6% do PIB de Roraima, terá de desaparecer.

Entende-se por que haja índios favoráveis à demarcação descontinuada da reserva.

As reservas Ianomâmi e Raposa Serra do Sol representam, juntas, cerca da metade da área do estado.

Assim, o futuro de Roraima também está em jogo: definida a reserva em terras contínuas, o estado terá de voltar a ser território, dependente em tudo do Executivo federal.

Também está em questão se o melhor caminho é dificultar a integração do índio à sociedade, com o risco de se dar espaço a projetos inaceitáveis de criação de nações autônomas, e, pior, em regiões de fronteira. Defende-se no STF a saída de um “voto

médio”, para contemplar as duas posições. Pode ser uma alternativa, pois nada pior que a proposta aceita pelo ministro Ayres Britto.

Na véspera do julgamento, declarações de guerra – Evandro Éboli e Maria Lima – O Globo – O País – 10/12/2008

BOA VISTA e BRASÍLIA. Na véspera do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), sobre a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, as duas partes em conflito deram declarações de guerra ontem, mostrando como o clima está acirrado.

De plantão em Brasília para acompanhar o julgamento, o líder dos produtores de arroz Paulo César Quartiero advertiu que haverá um conflito sangrento na reserva se a decisão do STF for desfavorável aos arroteiros e a Polícia Federal decidir tirá-los “na marra”. — O governo sempre tentou nos tirar na marra. Mas na marra não vai dar não! A decisão do Supremo só define se a demarcação é legal ou não. Não discutirão como vão retirar as pessoas do local. Se o governo quer nos tocar na marra, vai ter que passar por cima de nós — disse.

Em Boa Vista, os índios ligados ao Conselho Indigenista de Roraima (CIR) advertiram que não pretendem esperar muito tempo para que os arroteiros deixem a reserva, caso o STF decida pela demarcação contínua.

O coordenador-geral do CIR, Dionito de Souza, disse que o prazo para a saída dos fazendeiros será de 60 dias.

— É tempo suficiente para que todos esses invasores deixem a reserva. Eles têm carros, têm máquinas e têm muitos empregados. Podem sair de lá rapidinho — disse Dionito.

Quartiero disse que o governo federal está instalando em Roraima o “terrorismo de estado”, e que os arroteiros não vão abrir mão de lutar contra a demarcação contínua. Afirmou ainda que não teme ser chamado de terrorista por defender a permanência dos agricultores.

— Se defender o interesse pessoal, o patrimônio, o suor de seu trabalho, o estado de Roraima é ser terrorista, então eu sou terrorista — disse Quartiero, que se reuniu com o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDBRR), o líder do PR na Câmara, Luciano Castro (RR), e outros parlamentares do seu estado.

Dionito disse que os índios não deixarão a reserva se a decisão do STF for contrária: — Nosso povo está lá há muitos anos. Não vamos sair de uma terra que é nossa.

Governo quer rever índices de produtividade – Sítio Eletrônico do MST –
10/12/2008

Na semana passada, o Ministério da Agricultura e o Ministério do Desenvolvimento Agrário concluíram mais uma versão de ato administrativo que visa a atualização dos índices de produtividade no campo. Esta atualização é um compromisso do Governo Federal, expresso no II PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária). Desde 1975, os índices não são revisados, embora haja a lei de nº 8929 de 1993 que estabelece que estes devem ser atualizados periodicamente.

A proposta deve ser apresentada no Conselho Nacional de Política Agrícola, mas a Bancada Ruralista já se articula para acabar com a proposta. Ameaça paralisar os trabalhos na Câmara dos Deputados se o Governo Federal não desistir da revisão dos números.

Os novos índices, se aprovados, ficarão bem mais próximos da média de produtividade medida nos anos anteriores à Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, realizada em 2004. Em sua versão anterior, o governo queria aplicar a propriedades com área acima de 15 módulos fiscais. Por outro lado, o deputado federal Adão Pretto (PT/RS) apresentou o PL 5946/05, desarquivado, que estabelece um período menor para atualização dos índices: não superior a 5 anos. “Os ruralistas dizem que a agricultura se modernizou, que agora têm tecnologia. Nós estamos com índices do tempo dos militares. Isso é vergonhoso. O Lula está com o projeto, está pronto!”, disse o petista.

Supremo manda tirar arrozeiros de reserva em RR – Felipe Recondo e Mariângela Gallucci – Estado de São Paulo – Nacional – 11/12/2008

O Supremo Tribunal Federal (STF) já decidiu: a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, deve ser contínua, os arrozeiros que ocupam a região terão de deixá-la, mas os índios ou a Fundação Nacional do Índio (Funai) não podem impedir que a União entre nas terras para defender as fronteiras ou construir escolas e hospitais. Apesar da decisão antecipada de 8 dos 11 ministros, um novo pedido de vista, desta vez do ministro Marco Aurélio Mello, deixa suspensa a solução do conflito em torno da demarcação, que já dura 31 anos. Também está pendente a decisão do tribunal sobre cassar ou não uma liminar que mantém os arrozeiros na reserva.

A retomada do julgamento dependerá apenas de Marco Aurélio e deverá ficar para 2009, pois o Judiciário entra em recesso na próxima semana. Enquanto o julgamento não é concluído, os arrozeiros poderão permanecer na área. A tensão na região, portanto, não deve se dissipar antes da decisão final do STF.

A sessão de ontem começou com o voto do ministro Carlos Alberto Direito, praticamente três meses depois de suspenso o julgamento. Em agosto, depois do voto de Carlos Ayres Britto, relator da ação, favorável aos índios, Direito pediu vista. Por isso, o governo esperava dele um voto divergente, contrário à demarcação contínua.

Ocorreu o contrário. Direito decidiu manter a demarcação contínua nos moldes definidos pelo governo, mas estabeleceu 18 ressalvas à atuação dos índios na região. Praticamente todas foram confirmadas pelos ministros. Entre elas está a afirmação de

que o Exército e a Polícia Federal podem adentrar a região para defender as fronteiras sem depender da autorização dos índios ou da Funai.

“As tarefas de segurança nacional não podem ficar a cargo de populações que não têm capacidade nem equipamentos”, afirmou o ministro Cezar Peluso. O livre ingresso de militares e policiais federais evita a exclusão da faixa de fronteira da reserva, como defendia o governador de Roraima, José de Anchieta Júnior.

Também na lista das ressalvas está a restrição ao uso dos recursos naturais do Parque Nacional do Monte Roraima, que representa 6,72% da terra indígena. Os ministros propuseram que os índios só poderão caçar, pescar e extrair produtos vegetais se tiverem autorização do Instituto Chico Mendes.

“Considerando que o meio ambiente é um bem de todos os brasileiros e toda a humanidade, a área do parque deve ser administrada por um órgão do meio ambiente, com a participação das comunidades indígenas, que poderão circular por ali livremente”, afirmou Direito, autor do voto que recebeu o apoio da maioria dos integrantes do STF.

GARIMPO - Das restrições praticamente acertadas estão o impedimento de os índios cobrarem pedágio nas estradas que cortam a reserva, de explorarem recursos hídricos e potenciais energéticos e de garimparem o subsolo.

Para as próximas demarcações, os ministros fizeram recomendações para evitar que todo o processo fique nas mãos da Funai. Direito sugeriu que os laudos de avaliação das áreas sejam feitos por pelo menos três antropólogos e uma equipe multidisciplinar. Além disso, autoridades estaduais e municipais deveriam ser previamente ouvidas sobre a demarcação. Como são apenas sugestões, a Funai não será obrigada a segui-las.

O presidente da Funai, Márcio Meira, avaliou que o julgamento de ontem foi uma grande vitória. “O STF sacramentou que a terra contínua é a forma correta, que não afeta a segurança nacional e o princípio federativo”, disse. Após a entrevista, Meira foi abordado pelo índio Sílvio da Silva, que fez duras críticas à atuação da Funai na região.

ILHAS - A decisão do Supremo representou a vitória da União e uma derrota do governador de Roraima. Nenhum dos oito ministros cogitou a possibilidade da demarcação em ilhas e da manutenção dos fazendeiros na região. “A demarcação por ilhas, realizada em Mato Grosso do Sul, resultou em grave situação, que ameaça a preservação dos indígenas”, exemplificou Joaquim Barbosa.

Autor do pedido de vista tem projeto para reduzi-lo – Estado de São Paulo –
Nacional – 11/12/2008

Autor do polêmico pedido de vista que paralisou pela segunda vez o julgamento do futuro da reserva Raposa Serra do Sol, o ministro Marco Aurélio Mello apresentou recentemente uma proposta oficial para tentar reduzir os pedidos de vista.

Ele sugeriu que o Supremo Tribunal Federal modifique o seu regimento, alterando a ordem de votação dos ministros. Se a mudança for aprovada, os integrantes mais antigos votarão antes dos novatos.

Atualmente, o ministro mais novo no STF é o primeiro a votar, depois do relator. Como teoricamente tem menos experiência de atuação na corte, ele tem mais chances de pedir vista e paralisar julgamentos. A proposta ainda não foi votada.

Na composição atual, o mais novo ministro é Carlos Alberto Direito, autor do voto que conduziu o julgamento de ontem. Em agosto, depois que o relator Carlos Ayres Britto divulgou o seu voto, Direito pediu vista, adiando o julgamento.

No STF desde o ano passado, Direito atuou por 11 anos no Superior Tribunal de Justiça (STJ). No Supremo, ele paralisou julgamentos importantes, como o que reconheceu a validade das pesquisas com células-tronco embrionárias. Foi também dele o pedido de vista na ação que questiona o monopólio estatal dos serviços postais pelos Correios.

Provável único voto vencido, Marco Aurélio adia desfecho - Felipe Recondo,
Mariângela Gallucci e Vannildo Mendes – Estado de São Paulo – Nacional –
11/12/2008

No julgamento em que seria coadjuvante e provavelmente o único voto vencido, o ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Mello se destacou. Três meses depois de suspenso o julgamento sobre a demarcação da reserva Raposa Serra do Sol, por pedido de vista de Carlos Menezes Direito, Marco Aurélio conseguiu adiar a decisão do caso até o ano que vem.

O pedido de vista, logo depois do voto que abriu a sessão, surpreendeu os colegas, que esperavam concluir o assunto. Assim que Marco Aurélio terminou de falar, os ministros começaram a cochichar. Cármen Lúcia procurou Eros Grau e manifestou sua preocupação quanto ao julgamento. Do outro lado da bancada, Cezar Peluso chamava Ricardo Lewandowski para conversar sobre a possibilidade de antecipar o voto. A sessão acabou suspensa por quase três horas.

Nesse meio tempo, houve novas conversas e veio a decisão de que o pedido de adiamento não impediria que os demais ministros votassem. Dois argumentos pesaram: o processo está no STF há mais de três anos e o novo atraso poderia gerar conflitos entre índios e arroteiros.

O julgamento foi retomado. Só Celso de Mello e o presidente do STF, Gilmar Mendes, decidiram esperar o retorno da discussão para votar, o que deve ocorrer no início do ano que vem, após o recesso do Judiciário.

Lidos os votos, o ministro Carlos Ayres Britto, relator da ação, pediu a cassação da liminar que permite que arroteiros permaneçam na região. Mendes não atendeu. Disse que a liminar só poderia ser cassada se o julgamento fosse concluído. “Indagaria a Vossa Excelência se o plenário ainda é um colegiado”, reagiu Marco Aurélio. “Seria um pedido para cassar a vista que eu pedi?” Britto reiterou que a liminar poderia ser cassada, com maioria de votos. Marco Aurélio rebateu: “Após 30 anos de colegiado, estou aprendendo com vossa excelência.” Mendes manteve o adiamento.

CLIMA - Do lado de fora do STF, cerca de 40 índios acompanhavam com rezas e pajelanças a votação. De quando em quando, a líder da causa, Joênia Batista de Carvalho, primeira índia advogada a subir à tribuna do STF, repassava os informes.

O grupo viajou para Brasília sob o patrocínio do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), da Igreja Católica e de ONGs. Cerca de 150 policiais militares fizeram a segurança do STF, mas não houve incidentes e as poucas situações mais tensas foram contornadas.

Índios comemoram com dança da vitória – Roldão Arruda e Loide Gomes – Estado de São Paulo – Nacional – 11/12/2008

Na Vila Surumu, o principal foco das recentes tensões envolvendo a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, os índios comemoraram com danças a vitória obtida ontem no Supremo Tribunal Federal (STF). O temor de novos conflitos não se confirmou e o que mais chamou a atenção na região foi justamente o clima de tranquilidade.

“Vamos lembrar esse dia 10 de dezembro como uma data histórica”, disse o líder indígena Cristóvão Galvão Barbosa. Os índios acompanharam, por meio de telefonemas, cada um dos oito votos proferidos ontem pelos ministros do STF. A cada decisão, o resultado era anunciado ao microfone na quadra de esportes localizada no centro da vila.

Quando o placar fechou em oito votos a favor da demarcação contínua, eles fizeram a tradicional dança do parixara e tomaram caxiri, bebida de teor alcoólico feita a partir da mandioca.

Os índios já avaliam o que fazer nas terras ocupadas por arroteiros. O Conselho Indigenista de Roraima quer ajuda de organizações não governamentais, da Embrapa e do Ministério do Meio Ambiente para que parte da área irrigada seja usada para a piscicultura e outra para a recuperação ecológica.

Em Boa Vista, os índios também dançaram em praça pública para comemorar a vitória esperada por mais de 30 anos. Desde o início da manhã, um grupo de cerca de

200 macuxis, uapixanas e ianomâmis se reuniu na Praça do Centro Cívico, onde fica a sede dos três Poderes. Pintados de branco, preto e vermelho, eles assistiram ao julgamento em um aparelho de televisão instalado ali mesmo.

Governador vê 'equivoco' em decisão do Supremo – Loide Gomes – Estado de São Paulo – Nacional – 11/12/2008

O governador de Roraima, José de Anchieta Júnior (PSDB), considerou um “equivoco” a decisão do Supremo Tribunal Federal, que por oito votos decidiu ontem pela demarcação contínua da terra indígena Raposa Serra do Sol.

Ele evitou classificar a decisão como derrota, mas disse que o resultado compromete Roraima e o Brasil, porque prevaleceu o laudo antropológico “duvidoso” que fundamentou a demarcação de 1,7 milhão de hectares para cerca de 19 mil índios de cinco etnias ao Norte do Estado.

O governador manifestou preocupação com a manutenção da reserva na fronteira com a Venezuela e a Guiana. Ele anunciou que apoiará os arroteiros e não-índios obrigados a deixar a reserva. “Vamos criar nova infra-estrutura, com estrada e energia elétrica, para viabilizar a produção em outras áreas.” Anchieta, porém, não soube dizer onde os arroteiros poderão ser reinstalados.

Maioria do STF vota para tirar arroteiros de reserva – Felipe Seligman e Hudson Corrêa – Folha de São Paulo – Brasil - 11/12/2008

A maioria dos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) votou ontem pela manutenção da demarcação contínua da reserva indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, e pela retirada dos produtores de arroz que ocupam a área. Mas em 7 dos 8 votos que seguiram essa linha foram incluídas 18 condições sobre as quais a própria Funai (Fundação Nacional do Índio) afirmou ainda não ter idéia do impacto que isso pode representar nas áreas indígenas do país. O órgão disse que buscará um entendimento jurídico, pois as regras que foram sugeridas ontem deverão servir como parâmetro para as demarcações em curso no país. A desocupação da reserva somente deverá ser oficializada no início de 2009, por conta de um pedido de vista do ministro Marco Aurélio Mello. Ele disse estar preocupado com a informação que leu em reportagem da **Folha** de ontem de que o resultado do julgamento poderia ameaçar 227 áreas indígenas que ainda estão sob análise. Oito dos 11 ministros votaram ontem, sendo que 6 deles o fizeram mesmo após o pedido de vista de Marco Aurélio. Todos os que votaram decidiram seguir o relator, ministro Carlos Ayres Britto, mas indicaram algumas "condições", sugeridas por Carlos Alberto Direito. Ele foi o primeiro a pedir vista, em agosto deste ano. Entre as ressalvas está a limitação da entrada de índios em reserva ambiental no interior da terra indígena, que deverá se adequar a regras estabelecidas pelo Instituto Chico Mendes, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente.

Os ministros também afirmaram que o usufruto da terra pelos índios não abrange os seguintes pontos: a exploração de recursos hídricos e potenciais energéticos -"que dependerá sempre da autorização do Congresso"- e a garimpagem. Adversário da demarcação contínua, o governador de Roraima, José de Anchieta Júnior (PSDB), disse que as condições propostas pelos ministros são um avanço, pois abrem a possibilidade de o Estado investir em projetos na área com autorização do Congresso. O uso da terra pelos índios também fica condicionado ao "interesse da Política de Defesa Nacional". "A instalação de bases, unidades e postos militares e demais intervenções militares, a expansão estratégica da malha viária, a exploração de alternativas energéticas de cunho estratégico e o resguardo das riquezas de cunho estratégico a critério dos órgãos competentes (Ministério da Defesa, Conselho de Defesa Nacional) serão implementados independentemente de consulta a comunidades indígenas envolvidas e à Funai", afirmou Direito.

Ele também deixou claro que a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal na área fica garantida independentemente de consulta aos índios. O voto de Direito foi acompanhado por Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Eros Grau, Cezar Peluso e Ellen Gracie. O próprio Ayres Britto mudou o seu voto e acompanhou as ressalvas explicitadas por Direito. O ministro Joaquim Barbosa, por sua vez, seguiu o voto inicial do relator.

Durante o julgamento, quando grande parte dos ministros já havia se manifestado a favor da manutenção da área contínua, Ayres Britto propôs cassar uma liminar concedida em abril pelo próprio STF, que suspendeu a operação da Polícia Federal de retirada dos arroteiros da reserva indígena.

Seis ministros acataram a idéia do relator, mas Marco Aurélio novamente pediu vista e acabou se desentendendo com Britto. O relator afirmou que já havia maioria para cassar a decisão e que o pedido de vista do colega não teria efeito. Marco Aurélio rebateu: "Eu pergunto se o plenário ainda é um colegiado? Seria o caso de cassar o pedido de vista? Vossa excelência chega a esse ponto, a essa teratologia [estudo de monstruosidades]?".

Britto respondeu que não seria certo pedir vista em questão liminar, ao afirmar que a antecipação já era "irreversível". Ele recebeu o apoio do ministro Lewandowski. O presidente Gilmar Mendes, porém, aceitou o pedido de vista de Marco Aurélio Mello e afirmou que a liminar só será derrubada com o pronunciamento final do Supremo. Se a liminar fosse cassada ontem, os arroteiros deveriam sair agora da região. Os ministros também afirmaram que a expulsão de não-índios só vale para aqueles que de alguma forma exploram a região ou mantêm conflitos com a população indígena. Ou seja, somente os arroteiros serão retirados da reserva.

Em tese, os ministros poderão voltar atrás, a depender dos argumentos do voto-vista de Marco Aurélio, que abertamente se opõe à forma contínua de demarcação e faz críticas ao "aculturamento" dos indígenas lá presentes.

Tal hipótese, no entanto, tem pouca probabilidade de se concretizar, já que a maioria dos ministros decidiu não esperar pelo voto do colega e adiantou sua posição. Os únicos que não votaram, além de Marco Aurélio, foram Celso de Mello e Gilmar Mendes, os dois que votariam depois do colega.

Apesar de criar ressalvas, os ministros afirmaram que não existiram vícios legais no processo demarcatório da reserva e defenderam o "usufruto exclusivo" das terras pelos índios. Também rechaçaram os argumentos de que sua localização -fronteira do

Brasil com Venezuela e Guiana- colocaria em risco a soberania nacional.

STF: terra é de índios, sem fazendeiros – O Globo – Capa – 11/12/2008

Dos 11 ministros do Supremo Tribunal Federal, oito votaram pela demarcação contínua da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, e decidiram que os não índios, entre eles os produtores de arroz, terão de deixar as terras. Mas o julgamento foi interrompido por um pedido de vista do ministro Marco Aurélio e só será concluído em 2009. Enquanto os índios comemoravam, os rizicultores avisaram que recorrerão à Justiça, contestando o valor das indenizações.

Páginas 3 e 4

Placar do STF é favorável a índios - Carolina Brígido e Jailton de Carvalho – O Globo – O País – 11/12/2008

Oito dos 11 ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) votaram ontem pela demarcação contínua do 1,74 milhão de hectares da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, como reivindica boa parte dos índios. Apesar de o julgamento ainda não ter sido concluído, o resultado é praticamente irreversível e porá um ponto final numa polêmica que se arrasta há mais de uma década. Os mesmos ministros também defenderam a cassação de uma liminar concedida pelo STF que garante a permanência de arroteiros na região, protagonistas de conflitos constantes com os índios. As duas questões só serão resolvidas definitivamente em 2009, quando o tribunal retomará a discussão.

O julgamento foi adiado por um pedido de vista do ministro Marco Aurélio Mello. Além dele, outros dois integrantes da Corte — Celso de Mello e Gilmar Mendes, o presidente do tribunal — ainda vão se manifestar.

Quando isso acontecer, será oficial o resultado favorável aos índios, e os não índios serão obrigados a deixar o local imediatamente.

O julgamento começou em agosto, quando o relator, Carlos Ayres Britto, votou pela demarcação contínua e descartou a proposta do governo do estado de fatiar a reserva em “ilhas”. Carlos Alberto Direito interrompeu a discussão com um pedido de vista.

Ontem, na retomada do julgamento, Direito concordou com o relator. Argumentou que, quando a Constituição de 1988 previu o direito dos índios às terras, eles já estavam no local. Entretanto, o ministro listou atividades que não podem ser realizadas na reserva.

A sugestão foi aceita por outros sete ministros — o relator, inclusive.

Garimpo e pedágios seriam proibidos

Direito sugeriu que os índios fiquem impedidos de explorar recursos energéticos, garimpar a terra, cobrar pedágio em estradas que cortam a reserva e arrendar áreas. Também propôs que a União fique livre para explorar riquezas do subsolo e recursos hídricos, se considerar de interesse nacional e estratégico. O ministro também ressaltou que, por ser uma região de fronteira, as Forças Armadas e a Polícia

Federal poderão entrar na reserva para garantir a segurança nacional a qualquer momento.

Ele sugeriu, ainda, que a área de preservação ambiental que ocupa 6,7% da reserva seja administrada pelo Instituto Chico Mendes, ligado ao Ministério do Meio Ambiente. A gestão respeitaria a cultura e os hábitos dos índios e permitiria o livre trânsito das etnias no local. Nessa área está o Monte Roraima, local considerado sagrado pelos índios.

— À nação interessa a preservação das terras indígenas, mas também a proteção do meio ambiente e das fronteiras — argumentou o ministro.

Direito ponderou que nãoiacute;ndios instalados na reserva poderiam continuar no local, de acordo com condições preestabelecidas pela Funai. O ministro afirmou, no entanto, que essas pessoas ficariam proibidas de pescar, caçar ou realizar atividade agropecuária — o que comprometeria a permanência de arroteiros na região.

Os ministros consideraram que o julgamento servirá de parâmetro para outras demarcações de terras indígenas no país. Alguns integrantes do tribunal afirmaram que é importante, além da criação dessas regras, que o poder público dê mais atenção às comunidades indígenas.

Para o relator, mesmo sem a conclusão, o julgamento foi emblemático: — Estamos produzindo uma decisão que faz a mais avançada democracia racial com o mais depurado humanismo. É muito mais fácil desintegrar um átomo do que desfazer um preconceito. Nós aqui estamos desfazendo um preconceito multissecular.

O Brasil, a partir de agora, tem sobradas razões para se dizer um Brasil fraterno, sem preconceitos. Apesar de ter defendido a demarcação contínua, Direito criticou a forma como foi delimitada a reserva. Para ele, os limites não poderiam ter sido fixados com base no trabalho de apenas um antropólogo, como foi feito.

— A metodologia usada pela Funai pode e deve ser aperfeiçoada. A identificação da terra indígena não pode ser feita solitariamente, sob apenas um ponto de vista.

No fim da sessão, Ayres Britto criticou Marco Aurélio por ter pedido vista da discussão sobre se os arroteiros deveriam deixar imediatamente a região. O relator insistiu para que pelo menos essa questão fosse resolvida ontem. Marco Aurélio se irritou: — Indagaria a Vossa Excelência se o plenário seria ainda um colegiado.

Seria um pedido para cassar a vista que eu pedi? A ação foi proposta pelos senadores Augusto Botelho (PT) e Mozarildo Cavalcanti (PTB), que são contra a demarcação contínua, argumentando que fere o princípio federativo.

Arroteiros dizem que vão recorrer para contestar valor de indenizações - Carolina Brígido e Gerson Camarotti – O Globo – O País – 11/12/2008

BRASÍLIA. Diante da iminente derrota no Supremo Tribunal Federal (STF), os arroteiros liderados pelo prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero, deverão recorrer à Justiça para contestar os valores das indenizações que a Funai tem a pagar por benfeitorias feitas nas fazendas abertas na Raposa Serra do Sol. Quartiero quer R\$ 53 milhões por benfeitorias pelas quais a Funai quer pagar pouco mais de R\$ 1 milhão.

A estratégia é provocar novos conflitos jurídicos e, com isso, estender a permanência na reserva por, pelo menos, mais quatro anos, mesmo que o STF casse, já no início de 2009, a liminar que proíbe a expulsão dos nãoiacute;ndios da área.

— Os valores das indenizações vão ter que ser discutidos.

Não é a Funai quem determina os valores que devem ser pagos, mas a Justiça — afirmou Luiz Valdemar Albrecht, advogado dos fazendeiros.

“É possível que haja alguma manifestação violenta”

Ao fim da sessão, arroteiros, políticos e empresários, que até então tentavam manter uma aparente indiferença, não conseguiram disfarçar a irritação. Segundo o secretário de Comunicação do governo de Roraima, Rui Figueiredo, uma eventual expulsão dos índios da reserva vai resultar em reação: — É possível que haja alguma manifestação violenta. Os insatisfeitos podem reagir e querer permanecer na área.

Como é área federal, a responsabilidade da segurança no local é do governo federal.

Para Quartiero, a decisão do STF, ainda que parcial, é uma violência contra os arroteiros. Ele disse que os ministros não deram atenção aos argumentos apresentados pelos produtores.

Quartiero também atacou o governo federal. O decreto de homologação da reserva em terras contínuas foi assinado pelo presidente Lula em 2005: — O governo vendeu a Amazônia e agora está se preparando para entregar a região aos estrangeiros.

O advogado-geral da União, José Antônio Toffoli, reconheceu o risco de violência. Mas disse que o governo está preparado para conter qualquer excesso e que, se necessário, será reforçado o contingente da Polícia Federal. Toffoli afirmou que a tentativa dos arroteiros de entrar na Justiça da reserva é inútil.

Segundo ele, com a decisão do STF, o governo poderá recorrer à PF para expulsá-los. O presidente da Funai, Márcio Meira, disse que dificilmente os arroteiros terão sucesso, caso questionem os valores na Justiça: — Vamos pagar pelas benfeitorias que fizeram antes da demarcação da reserva.

Tudo que fizeram depois, e fizeram muito, foi de má-fé. E isso não terá acolhida na Justiça. Após o julgamento, a avaliação do Palácio do Planalto é de que as terras são dos índios, mas que não existe um Estado indígena dentro do Brasil. A interpretação é de nada impedirá a atuação do governo dentro da reserva.

Na reserva, índios mantêm apreensão - Evandro Éboli – O Globo – O País –
11/12/2008

VILA SURUMU (RR). Os índios ligados ao Conselho Indígena de Roraima (CIR) comemoram de forma tímida, com alguns fogos de artifício, o resultado parcial do julgamento do STF. Os líderes indígenas estão preocupados com o futuro da reserva. O coordenador do CIR, o tuxaua Walter Oliveira, pediu que o contingente da Força Nacional permaneça na área. Ele disse que tem receio das conseqüências da decisão do Supremo: — Eles (os arroteiros) não vão deixar barato. Quem perdeu está revoltado.

Já o índio José Brasão de Braga, funcionário de Paulo César Quartiero, disse que não haverá reação violenta. Segundo ele, com o pedido de vista do ministro Marco Aurélio, eles terão condições de apresentar mais documentos para provar que a demarcação foi ilegal: — Acho que nem tudo está perdido e que é possível mudar essa situação. Os ministros do Supremo não têm conhecimento dos fatos, da verdade. Teremos tempo para mostrar a eles que a demarcação contínua é um erro e uma ilegalidade.

Os indígenas, na maioria da etnia macuxi, não assistiram ao julgamento pela TV, mas recebiam informes do CIR.

— Continuaremos aguardando a Justiça — disse Martinho Macuxi Souza, do CIR.

Movimentos sociais e governo discutem agenda comum para FSM – Agência Carta
Maior – Clarissa Pont - 12/12/2008

BELÉM - O próximo Fórum Social Mundial, em Belém, pretende ser um evento dos movimentos sociais que celebre a diversidade e discuta temas fundamentais como a crise econômica mundial e as mudanças climáticas. Para pensar alternativas a estas questões e discutir uma agenda local comum, o governo do Estado esteve reunido esta semana com representantes dos movimentos sociais. O encontro reuniu mais de 170 pessoas representando cerca de 60 entidades de todo o Estado do Pará.

Uma das mais belas casas de Belém, a antiga casa do Governador do Estado na esquina das ruas Magalhães Barata e Três de Maio, foi palco do encontro entre o Governo do Pará e movimentos como o Sindicato dos Urbanistas, Fórum de Moradia, Movimentos de Rádios Comunitárias, Fórum Paraense de Cultura, União Nacional dos Estudantes, Central Única dos Trabalhadores e Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos. Ali estão reunidos teatro, produtos culturais regionais, comidas típicas, galeria de arte, um orquidário e o antigo vagão de trem do governador que foi transformada em uma sorveteria regional. Ali circularam os mais de 200 participantes que acompanharam desde cedo mesas e debates.

Claudio Puty, chefe da Casa Civil, destacou a importância do canal de diálogo entre governo e movimentos sociais representado pelo encontro. “Nós pensamos que é fundamental reforçar as organizações daqueles que independentemente de governo tem algo a dizer, criticar e debater. Então esse espaço se afirma como de um diálogo qualificado com os movimentos sociais organizados”, disse durante a mesa de abertura “Governo Popular no Estado do Pará: Balanço e Perspectivas”. Puty ainda ressaltou a

recente crise do capitalismo, representada pela quebra do setor imobiliário nos Estados Unidos. “Eu acredito que essa crise não vai chegar ao Brasil com tanta força, mas obviamente vamos enfrentar períodos mais difíceis”, afirmou o secretário.

Durante o debate, o governo foi elogiado pela abertura de um canal de diálogo inédito com a população. “Esse encontro é de fundamental importância para todos os movimentos sociais do Pará, mas a gente quer que essas demandas se efetivem. O Governo Ana Júlia entende a importância desse diálogo, mesmo que muitos movimentos sociais vejam aí contradições que precisam ser superadas”, avaliou Érico Albuquerque, secretário geral da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.

“Na minha avaliação, esse não é um momento para falar bem ou mal do governo. É um momento de dialogar com o Governo, até porque é a primeira vez que a gente é chamado para a conversa. O movimento de rádios comunitárias conquistou avanços desde o início deste mandato, enquanto companheiros chegaram a perder a vida nos anteriores governos tucanos”, contou Francisco Canuto, militante do Movimento de Rádios Comunitárias.

Célia Regina Neves, liderança do Conselho Nacional de Seringueiros, considera que o Pará vive “um momento ímpar na construção da democracia”. Ela vem da Região do Salgado, costa paraense, “local que também ajudou a eleger o atual governo. Aliás, mais de 40% dos votos que elegeram Ana Júlia vieram da minha comunidade. Agora, estamos conquistando um marco legal dos povos extrativistas da floresta, temos a demarcação territorial marítima para realizar nosso trabalho”.

O diretor da Agência Carta Maior, Joaquim Palhares também esteve presente no evento e saudou o governo pelo encontro e “o interesse e a grandeza do movimento social em vir a esse espaço fazer a pressão necessária para a construção da democracia”. Palhares apontou a atuação da mídia como um dos pontos fundamentais da crise do capitalismo e ressaltou a necessidade de pautar na mídia os interesses dos movimentos sociais. “A Carta Maior está à inteira disposição para repercutir todo o debate que vocês tenham interesse”, anunciou.

A pautas como estas, somam-se a questão da reforma agrária, da regularização fundiária e dos assentamentos estaduais. A criminalização dos movimentos sociais, que cada vez mais parece ser um problema que se repete em diversos estados brasileiros, foi ponto recorrente entre as falas do encontro. Para o Governo, é justamente o coletivo de movimentos sociais o grande responsável pela legitimidade do FSM.

“Nós estabelecemos esta relação porque essa era uma vontade política. Isso aqui faz parte de um dos instrumentos de controle social, porque é isso que garante a sociedade controlar os serviços públicos. A participação popular é um processo que nós vamos aperfeiçoando. Todos aqui percebem que estamos fazendo um elemento de disputa na sociedade, uma disputa de modelo de desenvolvimento, de controle social. Por conta deste diálogo podemos estar orgulhosos por, no primeiro ano de mandato, sairmos do triste título de campeão de morte no campo para o campeão nacional de diminuição de morte no campo”, sublinhou a Governadora Ana Júlia Carepa.

Breve histórico do FSM - O século 21 mal tinha começado quando foi realizada a primeira edição do Fórum Social Mundial (FSM), em Porto Alegre (RS), entre os dias

25 e 30 de janeiro de 2001, com a presença de cerca de 20 mil pessoas. A idéia era apresentar um contraponto ao Fórum Econômico Mundial, realizado na cidade de Davos, Suíça, num contexto de fortalecimento dos movimentos sociais. Desde 2001, outros seis encontros internacionais foram feitos. Em 2002 e 2003, ainda na capital gaúcha. A edição de 2004 foi realizada em Mumbai, na Índia. A seguinte foi em 2005, novamente em Porto Alegre. Em 2006, Caracas, na Venezuela. Em 2007 foi a vez de Nairóbi, capital do Quênia, sediar o Fórum.

Este ano, as organizações que integram o FSM decidiram não realizar uma edição centralizada em um local específico, mas sim promover debates e manifestações em várias regiões do mundo. Agora, em janeiro de 2009, Belém receberá o movimento altermundista no momento em que o modelo de Davos, em relação ao qual o FSM surgiu como contraponto em 2001, se esfarela em uma crise de graves proporções.

A sensata decisão do Supremo – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 12/12/2008

Pelo voto de 8 dos seus 11 ministros, o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve a demarcação contínua da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, mas sob 18 condições que, em essência, vedam a formação de um Estado indígena dentro do Estado nacional. Esse, sem dúvida, é o aspecto mais importante de uma decisão que abre caminho para o fim de um conflito de três décadas entre os nativos e os arroteiros que se instalaram na região. Vivem na reserva de 1,7 milhão de hectares, na fronteira com a Guiana e a Venezuela, cerca de 19 mil índios pertencentes a cinco etnias. A área foi demarcada em 1998 pelo presidente Fernando Henrique. Em 2005, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva homologou a reserva em terra contínua, obrigando a saída dos não-índios. À época, agricultores do Sul, atraídos por incentivos fiscais, já haviam formado nessas terras públicas “ilhas” de cultivo de arroz. Outros se fixaram ali mesmo depois da demarcação. A sua atividade representa 6% do PIB estadual.

Uma escalada de protestos contra a demarcação transformou aquele território do nordeste de Roraima numa arena de conflagração. No ano passado, a Polícia Federal se preparou para retirar os arroteiros, mas a operação foi suspensa depois que o STF concedeu uma liminar garantindo a permanência dos plantadores - acusados, de resto, de delitos ambientais, como desflorestamento ilegal e contaminação dos rios por agrotóxicos. O Supremo também foi acionado por dois senadores do Estado para que considerasse inconstitucional o decreto homologatório do presidente Lula por atentar contra o regime federativo.

A questão de fundo, de todo modo, era a da pertinência da cessão de extensas áreas contínuas a populações aculturadas que já não dependem do nomadismo dos seus ancestrais para sobreviver - e a exclusão potencial dos poderes públicos dessas regiões, à exceção da Funai, com implicações óbvias para a segurança nacional. São 734 as terras indígenas no País, das quais 402 já regularizadas, correspondendo a cerca de 13% do território brasileiro.

O STF começou a se manifestar sobre a matéria em agosto último, quando o relator, Carlos Ayres Brito, votou pela demarcação contínua da reserva Raposa Serra do Sol, descartando o seu fatiamento. Um pedido de vistas do ministro Carlos Alberto Direito suspendeu o julgamento. Na quarta-feira, ao proferir o seu voto, acompanhando o relator, ele apresentou como que uma proposta de regulamentação da reserva, acolhida por outros 7 ministros, entre eles Ayres Brito. (Um novo pedido de vistas, desta feita do ministro Marco Aurélio Mello, adiou para 2009 a consumação do julgamento, embora o veredicto, em favor da demarcação contínua regulamentada, já esteja assegurado, mesmo que Mello e os outros dois ministros que ainda não votaram discordem da posição assumida pela maioria.) O resultado é o melhor possível, ainda que isso não aplaque o ânimo dos fazendeiros, apoiados pelo governo estadual, que cedo ou tarde terão de deixar a reserva.

As regras aprovadas até aqui no STF são de uma sensatez evidente. Os indígenas não poderão explorar recursos energéticos, garimpar, cobrar pedágios nas estradas da região, arrendar terras - ou impedir a permanência de não-índios, desde que se conduzam conforme as normas da Funai. E eles ficarão proibidos de caçar, pescar ou criar gado nas áreas de reserva florestal. O mais relevante é que “o usufruto do índio sobre a terra indígena estará sujeito sempre a restrições, toda vez que o interesse público e a segurança nacional estejam em jogo”, nas palavras do ministro Direito. Isso significa que as Forças Armadas e a Polícia Federal poderão atuar ali a qualquer momento, sem depender de autorização da Funai. A União também estará livre para expandir a malha rodoviária local, explorar fontes de energia e resguardar riquezas estratégicas na área. O Estado, em suma, não abrirá mão de suas atribuições institucionais para afirmar a soberania do País sobre qualquer parte do território.

“Eu não posso conceber”, disse o ministro Cezar Peluso, “que as preocupações, sobretudo das Forças Armadas, sejam consideradas como fantasias ou paranóia.” E o Supremo buscou harmonizar essas preocupações com o resguardo da integridade física e cultural das comunidades indígenas.

Decisão do STF deve acelerar demarcação de mais 4 reservas – Felipe Recondo – Estado de São Paulo – Nacional – 12/12/2008

Os oito votos dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) favoráveis à demarcação contínua da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, vão repercutir na solução de outros quatro casos emblemáticos em que índios e fazendeiros disputam a posse de terras na Justiça. Se não nas instâncias inferiores, certamente quando chegarem ao plenário da corte.

Os argumentos dos ministros em favor da demarcação contínua e de terras indígenas em áreas de fronteira podem acelerar o julgamento de ações que contestem decisões da Fundação Nacional do Índio (Funai) nesses pontos específicos. “Minha expectativa é de que a decisão do Supremo possa balizar os demais processos. Todas as ações, por exemplo, que contestem o fato de a demarcação ser contínua ficam superadas com essa decisão. Espero que isso desafogue os processos judicializados”, afirmou o presidente da Funai, Márcio Meira.

O mais antigo desses casos, que tramita no STF há 26 anos, contesta a demarcação da reserva dos pataxós hã-hã-hães, no sul da Bahia. Fazendeiros ocupam a área delimitada pela Funai, amparados por títulos de terra legalmente concedidos aos produtores antes da identificação da reserva. A Funai tenta, desde 1982, anular esses títulos.

A ação começou a ser julgada no mês passado, mas o ministro Carlos Alberto Direito pediu vista do processo para que o Supremo concluísse primeiro a análise da demarcação da Raposa Serra do Sol. Com o resultado praticamente definido e a confirmação de que o direito dos índios se sobrepõe a esses títulos, a questão pode se resolver mais facilmente.

Caso semelhante envolve os guarani-caiuás, em Mato Grosso do Sul. O governo estadual concedeu títulos de posse para que fazendeiros se estabelecessem na região. Estudos feitos pela Funai demonstram que aquela área pertenceria aos índios.

O impasse ainda não foi resolvido e é considerado pelo presidente da Funai como o caso mais urgente, porque os índios estariam passando fome por não terem terra para plantar. “Precisamos encontrar uma solução pacífica, pactuada, serena, porque os índios não podem continuar vivendo naquele nível de precariedade e ao mesmo tempo os não-índios não podem ser tratados como grileiros ou invasores, porque foi o Estado que os levou para lá na década de 40”, afirmou Meira.

PENDENTES - Segundo dados da Funai, a demarcação de 227 terras indígenas, num total de 9 milhões de hectares, ainda está sob sua análise. A avaliação e as recomendações feitas pelo Supremo dão segurança ao órgão de que o processo de demarcação é correto. “Espero que aqueles que querem usurpar os direitos dos índios de forma violenta, inclusive, tenham percebido nessa decisão uma postura do Estado brasileiro. Mas acho que isso não vai resolver os conflitos. Haverá situações que precisarão ser resolvidas caso a caso”, disse Meira.

ONU comemora, mas pede qualidade de vida para índios – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Nacional – 12/12/2008

O relator da ONU para os direitos dos povos indígenas, o americano James Anaya, comemorou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a reserva Raposa Serra do Sol. Ele pediu, entretanto, que o julgamento sirva a partir de agora como uma “força para harmonizar a relação entre os povos indígenas e as autoridades”. Em entrevista ao Estado, Anaya insiste que o governo precisa fazer “todo o esforço possível” para garantir uma melhor qualidade de vida para a população indígena no País.

“A decisão foi um passo na direção certa”, afirmou Anaya, que no início do ano esteve no local e, em seu relatório enviado à Assembléia Geral da ONU, alertou que o Brasil precisava tomar medidas concretas para reconhecer os direitos dos indígenas. “Todo índio que eu encontrei em minha visita ao Brasil deixou claro que não se recusa a ser brasileiro. Pelo contrário. O que eles querem é ser brasileiros plenos, com serviços e atendimento. Mas querem que sua cultura e sua região sejam preservadas”, completou.

Ativistas internacionais também comemoraram a decisão. Mas alertaram que o Estado terá de tomar medidas concretas para expulsar fazendeiros. “Essa é uma grande notícia para os povos indígenas”, disse o diretor da Survival, Stephen Corry. A Survival é considerada a principal ONG europeia de defesa dos interesses indígenas.

Lula promete doar terras da União para Roraima – Leonencio Nossa – Estado de São Paulo – Nacional – 12/12/2008

Um dia depois de o Supremo Tribunal Federal (STF) praticamente decidir pela manutenção em terra contínua da reserva indígena Raposa Serra do Sol, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva começou a discutir compensações para empresários e políticos afetados pela decisão. Em encontro no Palácio do Planalto, no início da noite de ontem, Lula disse que vai repassar 6 milhões de hectares de terras da União para o governo de Roraima, segundo o senador Romero Jucá (PMDB-RR), um dos aliados dos arroteiros que ocupam terras da reserva.

O governador de Roraima, José Anchieta Júnior (PSDB), ao deixar o gabinete do presidente, disse que não se considera um derrotado com a decisão do Supremo. Mas, visivelmente abatido, Anchieta disse que não era “governador de arroteiros”. “Sou governador do Estado de Roraima”, afirmou.

Indagado se estava tomando medidas para evitar distúrbios entre índios e arroteiros diante da decisão, ele respondeu: “Os arroteiros não causam problemas. Se houver esse tipo de problema será entre os índios”, afirmou. “A criação de uma reserva contínua não é apoiada por todos os índios.”

Presidente da Funai de 1986 a 1988, Jucá não escondeu a decepção com a derrota dos arroteiros no STF. “Infelizmente a decisão foi essa”, disse. “Agora, precisamos tratar do futuro de Roraima.”

DECRETO - O senador informou que no dia 28 de janeiro Lula assinará decreto que repassa terras da União para o Estado. Ele avaliou que não se trata de compensação, mas um direito que Roraima tem desde que deixou de ser território federal.

Jucá disse que o presidente pretende visitar o Estado logo depois de assinar o decreto. O Palácio do Planalto ainda não confirmou a viagem. Desde que Lula assumiu o poder em 2003, Roraima é o único Estado que ele não visitou oficialmente. Segundo assessores do Planalto, o conflito entre índios e arroteiros, que se arrasta desde o início de seu governo, impediu essa visita ao Estado.

Após decisão do STF, índios mudam de comportamento – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 12/12/2008

Os índios já começaram a mudar seu comportamento na área da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Na quarta-feira, eles dançaram e deram muitas entrevistas aos jornalistas que foram até Roraima para acompanhá-los durante o julgamento, no STF, da demarcação daquele território. Ontem, porém, não quiseram falar e chegaram a utilizar a Polícia Federal para afastar os jornalistas da Vila Surumu, onde ficaram três dias concentrados por causa do julgamento.

No início a tarde, quando a reportagem do Estado visitou a vila, como havia feito no dia anterior, foi recebida por um representante da Fundação Nacional do Índio (Funai) que avisou logo: os líderes indígenas estavam descontentes com a cobertura dada pela mídia ao julgamento no STF e não pretendiam falar. O repórter insistiu para conversar com o líder do grupo. Minutos depois ele apareceu e disse que ninguém iria falar, porque tudo já havia sido dito e os índios já estavam de partida para outros locais.

Quando o repórter já saía, foi chamado por uma moradora, que é contrária à demarcação, com quem começou a falar. A conversa não durou nem dois minutos: a mando do representante da Funai, um grupo de cinco policiais federais cercou o repórter, dizendo que deveria deixar a área imediatamente.

A reportagem do Estado não foi a única a ter a entrada vetada. Um pouco antes, uma equipe da TV Record também foi impedida de entrar. Para grupos críticos à demarcação, essa atitude é um prenúncio do controle que os índios pretendem estabelecer na área da reserva - o que pode causar transtornos, uma vez que boa parte dos habitantes da região mantém relações com indígenas que vivem na área demarcada.

COLHEITA - Apesar da mudança de atitude dos índios, o clima na região era de tranquilidade. O Estado visitou a Fazenda Depósito, do arroteiro Paulo César Quartiero, que havia prometido resistir a qualquer tentativa de invasão dos índios. O trabalho prosseguia normalmente, com preparativos para a colheita de arroz, que começa dentro de uma semana.

Do lado de fora, os índios retornavam tranquilamente para suas aldeias. O esquema montado pela Polícia Federal e pela Força de Segurança Nacional, com quase 300 homens, para conter confrontos entre arroteiros e índios foi completamente desmobilizado. As ambulâncias que haviam sido levadas até as imediações da Vila Surumu, para atender possíveis feridos, foram recolhidas.

A sensação por toda parte é de que arroteiros e índios apregoaram a existência de um clima de violência muito maior do que se via na prática. Embora Quartiero tenha dito que um grupo de índios estava acampado ao lado da cerca de sua fazenda, com intenção de invadi-la, e que seus homens tinham ordens para resistir, o tal acampamento não chegou a se formar.

Não foram só os índios da Vila Surumu que demonstraram desinteresse pelo trabalho da imprensa. Na Funai, que só permitia a entrada de jornalistas na terra indígena após obterem autorizações assinadas por seus representantes locais, o descaso era visível. Alguns jornalistas chegaram a esperar dois dias para receber a autorização.

'Sem a terra não há possibilidade de sobrevivência' – Felipe Recondo – Estado de São Paulo – Nacional – 12/12/2008

A decisão já tomada pela maioria do Supremo Tribunal Federal (STF) é vista pelo presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Márcio Meira, como o reconhecimento da política de demarcação contínua das terras indígenas. Ele contesta, no entanto, as críticas feitas por ministros de que o órgão tem superpoderes.

A Funai vai rever sua política de demarcações? Não. A Funai continuará demarcando as terras que forem adequadas e necessárias à sobrevivência física e cultural dos índios. A Funai conseguiu fazer, nos últimos anos, as demarcações como devem ser, identificando o tamanho da terra indígena que é necessária para a sobrevivência física e cultural dos índios. É o que determina a Constituição.

Mas há críticas de que os índios não ocupam integralmente as áreas demarcadas. Tem áreas realmente em que não mora ninguém. Por exemplo, o Monte Roraima (área de conservação ambiental dentro da reserva). Lá, não mora ninguém. Assim como não mora ninguém num templo religioso. É como na Catedral Notre-Dame de Paris. Não mora ninguém lá, mas nem por isso ela deixa de ser fundamental para a civilização ocidental.

Basta terra ampla para garantir a qualidade de vida dos índios? Não. Não basta. Mas sem a terra não há possibilidade de sobrevivência física e cultural dos índios. A terra não é suficiente, mas é condição sine qua non para o índio ter possibilidade real de sobrevivência física e cultural. O Estado brasileiro tem de estar presente para garantir educação de qualidade diferenciada, saúde de qualidade diferenciada, uma política de meio ambiente específica. O Estado brasileiro tem de fazer isso. Mas tudo isso depende da condição básica que é a regulação fundiária dessas terras.

Houve críticas entre ministros do STF de que a Funai tem poder demais. Não concordo com isso. O que a Funai faz emana da Constituição. A Funai cumpre um papel técnico. Não cabe dizer que a Funai tem superpoder. Ela apenas cumpre a legislação.

O sr. espera maior resistência a demarcações extensas a partir de agora? A Funai passa a ter mais tranquilidade, porque alguns pontos fundamentais ficaram consagrados nos votos dos ministros. Primeiro: terra indígena é contínua. Não existe terra indígena em formato de ilhas. Outro ponto: a definição da terra indígena se dá com base no conhecimento antropológico. Não é ninguém mais além dos antropólogos. Terceiro: terra indígena em faixa de fronteira não é ameaça à soberania nacional.

Os brasileiros não-índios têm menos direito que os brasileiros índios? Todos somos brasileiros. Só há uma diferença: eles estavam aqui antes de o Estado brasileiro existir. Eles têm um direito originário, que é o direito à terra tradicionalmente ocupada. Eles não têm mais direitos, eles têm o direito originário por estarem aqui antes de nós.

'Vou continuar plantando e produzindo' – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 12/12/2008

O arrozeiro Paulo César Quartiero, de Roraima, ainda não jogou a toalha. Sem explicar quais os motivos de suas convicções, ele acredita que será possível reverter a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e permanecer em suas terras: uma fatia da Terra Indígena Raposa Serra do Sol coberta de vistosos arrozais. “A crise econômica está chegando ao Brasil e vai desmascarar o desgoverno Lula, a política antinacional dos setores ambientalistas, os xiitas do governo da área fundiária”, diz.

Como o sr. viu o resultado da votação no STF, na quarta-feira? Lutamos para que a questão da demarcação fosse judicializada e para que fosse interrompida a Operação Upatakon 3, conduzida pela Polícia Federal, com a meta de retirar os arroteiros das áreas demarcadas. Conseguimos essa vitória e fomos ao STF. Mas o resultado não foi o que esperávamos. O voto dos ministros foi um voto rancoroso, contra os produtores, contra os proprietários rurais, o Estado de Roraima. Foi um voto ideológico, com os ministros mais preocupados com questões politicamente corretas do que com os fatos.

O que deve acontecer agora? A crise econômica está chegando ao Brasil e vai desmascarar o desgoverno Lula, a política antinacional dos setores ambientalistas, os xiitas do governo da área fundiária. Por outro lado, a crise vai provocar uma seca nas fontes de recursos para ONGs que hoje brigam pela desnacionalização do Brasil. Não podemos continuar com situações tão vexaminosas, como ir ao STF para ser acusado de invasor, matador de índio, destruidor da natureza.

Pelo que o sr. disse, a decisão do STF afeta não apenas os arroteiros, mas também Roraima. Ao atirar contra os produtores de arroz de Roraima, o STF atingiu o setor mais emblemático da economia do Estado - não tanto por sua participação no PIB local, mas por ser um dos mais organizados, um dos poucos que estão dando certo, garantindo emprego a 6 mil pessoas. Aqui não se produz quase nada. As populações indígenas vivem de cesta básica, aposentadorias, Bolsa-Família. O Estado terá mais miséria e mais fome.

O sr. jogou a toalha? Não. Não perdi as esperanças. Vou começar a colheita do arroz no dia 20 e vou continuar plantando e produzindo. Por enquanto só penso em sobreviver. Mas sei que a realidade muda, as políticas mudam.

O sr. não se considera um invasor? Não. Quando mudei para Roraima, em 1976, a população girava em torno de 40 mil habitantes. Não havia uma estrada que ligasse Boa Vista a Manaus. Não existia nem meia dúzia de carros na capital. Eu comecei a trabalhar e a produzir numa região despovoada. Como posso ser invasor?

O sr. não se sente inseguro? Várias vezes já pensei em mudar para outro país. Digo aos produtores que os problemas nunca vão acabar se não reagirmos. Hoje são os índios. Amanhã virão os quilombolas, os ribeirinhos e outros. Mas eu não desisto nunca.

Voz vencida – Dora Kramer – Estado de São Paulo – Nacional – 12/12/2008

A insistência no pedido de vista depois de a questão formalmente resolvida não deixa dúvida quanto à posição do ministro Marco Aurélio Mello sobre a reserva Raposa Serra do Sol. É contra, claro, a decisão dos oito ministros do Supremo Tribunal Federal, que, na essência, aprovaram a demarcação tal como foi homologada pelo Executivo: em terras contínuas.

Antes do início da apresentação dos votos, Marco Aurélio anunciou que pediria vista na esperança de que o colegiado aguardasse o arrazoado dele para se pronunciar. “A turma antiga teria feito isso.”

Mas oito deles anteciparam os votos e o deixaram, além de vencido por antecipação, algo doído com o que interpretou como uma “maneira de demonstrar que meus argumentos não teriam peso, que não estavam interessados neles”. Achou uma descortesia, “para não falar em quebra de ética, aliás, condizente com esses tempos muito estranhos que vivemos”. Considerou ainda mais inusitada a tentativa no final da sessão de anulação do pedido de vista.

Na hora, Marco Aurélio perguntou ao presidente do STF, Gilmar Mendes, se o colegiado estava, então, extinto. “Sim, porque se os casos se dão por encerrados quando se alcança a maioria, isso significa que não há mais sentido em se continuar colhendo votos.”

Ontem, Marco Aurélio cuidava de outros processos, pois deixará para preparar sua fundamentação sobre a reserva indígena durante o mês de janeiro. Posição tomada ele já tem. Poderia até ter dispensado o pedido de vista e apresentado seu voto de improviso na sessão de quarta-feira. No ponto de vista do juiz não o fez porque “o caso é tão simbólico e servirá de parâmetro para outras demarcações, que preferi preparar um voto para deixar registrado nos anais do tribunal”.

Sob a ótica do caso em si, o ministro Marco Aurélio acha que a suspensão dá tempo para todas as partes envolvidas aprimorarem o entendimento sobre toda a extensão das posições externadas no STF, abre um período de cerca de dois meses para

a decisão ser posta em prática “com serenidade” e impede a explosão imediata de um conflito entre índios, agricultores e polícia.

Por esta última razão, pediu também vista da liminar que garantia a presença dos arroteiros nas terras indígenas. “Se não fosse isso cassariam a liminar e a Polícia Federal estaria hoje lá desalojando os não-índios, o que certamente geraria uma grave conturbação, inclusive porque a outra parte (os arroteiros) contava com outra decisão.”

O ministro não antecipa a fundamentação do voto que dará após o recesso do Judiciário quando for retomado o julgamento. Mas faz as considerações de ordem geral que o fazem discordar da maioria.

Na opinião de Marco Aurélio Mello, a demarcação tal como foi feita contraria os preceitos da política indigenista de integração à comunidade, para obedecer a uma “visão romântica” e adotar o conceito do isolamento, quando “boa parte dos índios ali é aculturada”. “Tenho preocupação quanto à unidade do território nacional, pois há evidente cobiça sobre a Amazônia. Basta ver que lá estão instaladas mais de mil ONGs estrangeiras, enquanto no Nordeste são pouquíssimas e desarticuladas.”

O ministro acha que a continuidade das terras demarcadas contraria a Constituição, que assegura o direito sobre terras ocupadas anteriormente a 1988. “Aqui estamos falando de terras até hoje desocupadas.”

O próprio ato original, baseado no laudo de um antropólogo, na visão do ministro é passível de contestação. “Roraima perderá 46% de sua área. Como fica a Federação se o Estado não participa da elaboração do ato demarcatório?”

As ressalvas de procedimentos dentro da reserva, impostas no voto do ministro Carlos Alberto Direito, na opinião de Marco Aurélio Mello atendem às suas preocupações, mas apenas parcialmente. “Ele levou em conta a União, mas não considerou a circunstância estadual nem os interesses privados que não podem ser ignorados e precisam ser acomodados.” Inês, porém, é morta, pois não? “Em tese pode haver mudança, mas a atual conformação do tribunal é a de um colegiado com resistência a dar a mão à palmatória.”

Marola - Se não há crise, se as agruras internacionais não atingem o Brasil, se os alertas partem da torcida contra, em que dados concretos se baseou o governo para baixar as medidas? Daí o pacote dizer mais respeito à política que à economia.

Fora da lei - A quem interessar possa no Ministério da Justiça: a empresa de TV a cabo NET não está cumprindo as novas determinações sobre o atendimento de call centers. O consumidor consegue ultrapassar com rapidez as etapas intermediárias ao atendente. Mas daí em diante tudo ocorre como Dante em inferno que nada tem de comédia muito menos divina. Agora o espetáculo da espera interminável se dá na etapa que seria a final.

O SUPREMO Tribunal Federal enfim chegou a uma decisão sobre a Terra Indígena Raposa/Serra do Sol, área litigiosa no nordeste de Roraima, divisa com Venezuela e Guiana. Maioria de oito votos já pronunciados reafirma a legalidade do processo de identificação, demarcação e homologação da área contínua de 17 mil km² concluído em 2005.

Rizicultores ali instalados terão de deixar a área, mas por ora continua tudo como está. O STF interrompeu o julgamento mais uma vez, por um novo pedido de vista, desta feita do ministro Marco Aurélio de Mello. Postergou-se para 2009, assim, a conclusão sobre o mérito da liminar que ora impede a Polícia Federal de retirar fazendeiros da área. Formada maioria tão clara, seria recomendável proceder logo ao seu cumprimento. Quanto mais pronta e serenamente se materializarem as decisões judiciais, maior será a segurança jurídica no país. Neste caso, contudo, Mello e o presidente do STF, Gilmar Mendes, entenderam que há espaço para contribuições adicionais à decisão final do colegiado, além das já explicitadas nos votos de seus pares.

A nova prorrogação da sentença poderá, por via paradoxal, colaborar para a pacificação da região. Para tanto, o tempo ganho precisaria ser aproveitado para negociar uma saída organizada dos rizicultores. Tal ânimo conciliador nem sempre transparece de declarações dos fazendeiros afetados -o que até certo ponto é compreensível, ainda que inaceitável- e de autoridades estaduais, o que preocupa.

Tão significativas quanto a decisão central do Supremo foram as condições limitantes estipuladas pela maioria dos ministros, acompanhando o voto de Carlos Alberto Direito, responsável pelo pedido anterior de vista. Direito se manifestou a favor da homologação contínua, mas ajudou, com suas ressalvas, a limitar o arbítrio da Funai no tema da demarcação e da administração das terras indígenas.

Muitas das 18 exigências apenas reafirmam obviedades que, infelizmente, nem sempre têm sido observadas. É o caso da garantia de acesso de agentes do Estado à área indígena e das Forças Armadas à faixa de fronteira. Trata-se de princípios já inscritos na Carta ou na legislação infraconstitucional. Mal não há, contudo, em clarificar que o usufruto da terra reconhecido aos índios não implica margem nenhuma de soberania perante outras instituições nacionais.

Resta por melhor esclarecer a penúltima condição estipulada por Direito: "É vedada a ampliação da terra indígena já demarcada". Em seu laconismo, ela não permite atinar de imediato com a relação que possa guardar com o objeto do julgamento. Não se cogita ampliação da já avantajada Terra Indígena Raposa/Serra do Sol. Tampouco está claro que efeitos possa trazer para novas demarcações e o próximo litígio em gestação, envolvendo áreas em Mato Grosso do Sul. Apesar de ter avançado bastante na sessão de quarta, o STF ainda não liquidou o assunto. Quanto mais cedo completar o julgamento, melhor para todos.

Arrozeiros vão manter plantações em reserva – Sílvia Freire e João Carlos Magalhães - Folha de São Paulo – Brasil - 12/12/2008

Um dia após ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) terem votado a favor da retirada dos produtores de arroz da reserva indígena Raposa/ Serra do Sol, em Roraima, os fazendeiros afirmaram que vão continuar plantando.

A **Folha** falou ontem com quatro dos sete rizicultores que deverão deixar a terra indígena se a votação for mantida. Todos disseram que continuarão a produzir enquanto puderem. O arroz plantado agora poderá ser colhido a partir de abril. "Eu vou plantar. Tenho funcionário que trabalha comigo há dez anos. Vou fazer o quê? Mandar todos embora? E a família desse povo faz o quê?", disse o gaúcho Ivo Barili, que está em Roraima há 28 anos.

Ele disse empregar atualmente cerca de 40 pessoas. Anteontem, 8 dos 11 ministros votaram pela manutenção da demarcação contínua da terra indígena com ressalvas. O julgamento foi suspenso com o pedido de vista do ministro Marco Aurélio Mello e deve ser concluído no início de 2009. A reação dos produtores à votação no STF é de revolta e de indignação. Alguns têm esperança de que os ministros mudem seus votos quando o julgamento for retomado. "Vamos pensar no que fazer, mas, a princípio, não vamos sair. Só aqui em Roraima que não se tem direito à propriedade, pois foi o Incra que vendeu esta área. Você viu alguém mencionar isso ontem [anteontem, no julgamento]?", questionou Ivalcir Centenaro, que está em Roraima há 28 anos. "Pagamos impostos todos os anos e agora somos chamados de invasores."

O paranaense Nelson Itikawa, que preside a associação dos arroteiros e também está há mais de 28 anos no Estado, disse esperar mudança nos votos. "O ministro Marco Aurélio vai aprofundar [o estudo do caso] e deve expor a realidade do Estado. Os ministros que já votaram podem modificar seus votos. Nada é impossível." O gaúcho Paulo César Quartiero, que está em Roraima há 32 anos, disse que está terminando o plantio na próxima semana. "Estamos plantando e vamos colher. Até maio, temos 500 mil sacos para retirar."

A reportagem percorreu ontem a lavoura de arroz da fazenda Depósito, uma das duas propriedades de Quartiero dentro da terra indígena. Na área -a mesma onde dez indígenas foram feridos em maio deste ano após invadi-la- a plantação se estende por centenas de metros, como um grande tapete verde. Parte deve começar a ser colhida em cerca 20 dias. Outras áreas foram semeadas recentemente.

Os funcionários da fazenda estão proibidos de dar declarações pelo rizicultor. Um deles afirmou, no entanto, que, depois da votação de anteontem, já espera ser demitido. "Nem sei o que vou fazer", disse.

Os produtores esperam também o julgamento de uma ação sobre o valor pago pelo governo como indenização. Eles querem acima de R\$ 90 milhões, segundo avaliações de peritos contratados por eles. A Funai (Fundação Nacional do Índio) pagou R\$ 2,2 milhões, já depositados na Justiça, pelas benfeitorias instaladas na área.

*Colaborou **MARLENE BERGAMO**, enviada, especial à reserva Raposa/Serra do Sol.

PF suspeita de mineração ilegal na área – João Carlos Magalhães e Marlene Bergamo
– Folha de São Paulo – Brasil - 12/12/2008

A Polícia Federal em Roraima investiga denúncias de que índios e não-índios estejam explorando ilegalmente os recursos minerais da terra indígena Raposa/ Serra do Sol.

A Funai (Fundação Nacional do Índio) confirmou que, apesar de isoladas e de terem diminuído desde 2005, quando houve a homologação da reserva, as tentativas para retirar minerais continuam.

Três ações da PF nos últimos 30 dias aumentaram as suspeitas sobre a atividade mineradora ilegal. Há cerca de 20 dias, dois cidadãos norte-americanos foram detidos portando equipamentos para pesquisa mineral. Eles alegaram ser missionários religiosos e foram liberados.

As outras duas ações apuravam denúncias contra indígenas. Em uma delas, a PF deteve um homem carregando combustível que seria usado por balsas de garimpos, o que não se confirmou. Em outra, a polícia foi até um local suspeito de ter máquinas para garimpar, mas não encontrou nada.

Pela Constituição, esse tipo de exploração só pode ser autorizado pelo Congresso. **(JOÃO CARLOS MAGALHÃES e MARLENE BERGAMO)**

Raposa: arroteiros ainda colherão nova safra - Evandro Éboli – O Globo – O País – 12/12/2008

BOA VISTA (RR) e BRASÍLIA. Ao deixar para 2009 o desfecho do caso Raposa Serra do Sol, o ministro Marco Aurélio Mello adiou a saída de sete grandes arroteiros da reserva por pelo menos mais quatro meses, prazo que garantirá o resultado de mais uma safra da produção de arroz. A colheita acontece entre dezembro e maio, e a expectativa dos rizicultores é faturar cerca de R\$ 50 milhões com as 70 mil toneladas do grão que plantam dentro da área indígena. Os sete produtores respondem por 60% da produção de arroz de Roraima. Um dos principais plantadores da reserva, Paulo César Quartiero, retornou ontem de Brasília, onde acompanhou o julgamento no STF. Suas duas propriedades em Raposa somam 9,2 mil hectares.

Quartiero elogiou a decisão de Marco Aurélio: — Foi sensata. Agora ele é o Santo Marco Aurélio. Quartiero estima colher 500 mil sacas de arroz, avaliadas em R\$ 20 milhões. Ao desembarcar em Boa Vista, o produtor adotou um discurso menos agressivo e disse que decisão judicial se cumpre — uma frase incomum para ele, habituado a declarações que desqualificam medidas judiciais.

— Vamos aguardar e cumprir, caso seja a decisão final.

Sei que poucas opções nos restam, mas não me aflijo.

O presidente da Associação dos Arroteiros de Roraima, Nelson Itikawa, disse que os sete fazendeiros têm 25 mil hectares de terras plantadas com arroz na reserva. Ele é dono de onze mil hectares em Raposa Serra do Sol e acompanhou a votação em Brasília. Itikawa estava indignado com o resultado.

Não foram consideradas todas as provas. A guerra continua. Temos provas de que nem toda a área de Raposa sempre foi indígena. Quem sabe o ministro (Marco Aurélio) faça os outros verem que estão errados.

O deputado Francisco Rodrigues (DEM), de Roraima, criticou a decisão: — Está aberto o flanco para a ONU criar a nação indígena.

O governo federal está preocupado com a segurança durante os quase dois meses em que os arroteiros permanecerão na reserva. Em Brasília, Marco Aurélio Mello disse acreditar que, sabendo da tendência do STF de expulsá-los, os produtores sairão espontaneamente, sem necessidade de força policial, antes da retomada do julgamento, prevista para fevereiro.— É melhor assim. Se a decisão fosse agora, a Polícia Federal estaria lá, expulsando todo mundo às vésperas do Natal. Vai haver tempo para eles arrumarem a mudança. Eles sabem que a ótica do tribunal é essa (pela expulsão) e terão cerca de 50 dias para deixar o local espontaneamente.

Oito dos onze ministros votaram pela manutenção dos limites da reserva e pela retirada dos não indígenas do local. O julgamento foi interrompido por Marco Aurélio, que pediu vista.

O ministro da Justiça, Tarso Genro, elogiou o STF, afirmando que a decisão mantém a tradição nacional de proteção às comunidades indígenas, e confirma a visão do governo federal de que as terras indígenas são de propriedade da União. Disse que o governo não aceitará a provocação dos ruralistas. — Não adianta provocar, dizer que vai haver conflito

COLABORARAM: Carolina Brígido e Isabel Braga. O GLOBO NA INTERNET ÁUDIO Tarso e Gilmar Mendes dizem não temer conflitos

Avança desapropriação inédita de terra por interesse social – Sítio Eletrônico do MST – 12/12/2008

Mais um passo acaba de ser dado para que a primeira desapropriação do país por descumprimento de função social da terra seja concluída. O juiz Carlos Henrique Borlido Haddad, da Vara Federal de Marabá (PA), confirmou a concessão de posse da Fazenda Cabaceiras ao Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). O Cartório de Imóveis e a Vara Agrária local já receberam notificações sobre o feito; o Estado do Pará também enviou petição e indicou assistente técnico para colaborar no caso.

O grupo móvel do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) flagrou a exploração de trabalho escravo na Fazenda e Castanhal Cabaceiras por três vezes - 22 pessoas foram libertadas em agosto de 2002, 47 foram encontradas em situação semelhante em setembro de 2003 e outras 13 ganharam a liberdade em fevereiro de 2004. A área que faz parte do conjunto de terras da família Mutran permanece desde 2003 na "lista suja" do trabalho escravo, relação de infratores mantida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Para que a propriedade de 9,9 mil hectares seja definitivamente destinada à reforma agrária, falta ainda resolver o imbróglio do valor a ser pago à empresa Jorge Mutran Exportação e Importação Ltda., antiga dona da fazenda, ocupada desde 1999 por famílias do MST que fundaram no local o Acampamento 26 de Março. O Incra já ofertou e disponibilizou em juízo R\$ 8,7 milhões para esse fim. Desse total, R\$ 2,8 milhões seriam pagos em espécie por conta das benfeitorias e o restante seria quitado com TDAs (Títulos da Dívida Agrária).

A empresa recorreu da oferta do Incra e uma perita foi designada pelo juiz para apresentar parecer técnico sobre o valor final. A assessoria de imprensa do Incra lembra, porém, que a aceitação do valor proposto pelo órgão federal implicaria na redução dos prazos de resgate dos TDAs, ou seja, no recebimento mais imediato dos recursos. A empresa Jorge Mutran, por seu turno, alega no recurso que a Fazenda Cabaceiras vale mais, entre outros motivos por estar localizada a 53 km do núcleo urbano de Marabá.

Em 2004, o governo federal publicou um decreto que determinava a desapropriação-sanção da área por desrespeito à legislação trabalhista. Foi a primeira vez que o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e o Incra conseguiram efetivar os dispositivos da Constituição de 1988 e da Lei Agrária (nº 8.629/93), considerando a violação da função social da terra num processo de desapropriação. A empresa entrou com um mandado de segurança no STF (Supremo Tribunal Federal) contra o decreto em fevereiro de 2005. Sepúlveda Pertence foi nomeado relator e deu liminar favorável à empresa Jorge Mutran até o julgamento do mérito da questão.

"No início do ano que vem, completaremos dez anos de luta na Fazenda Cabaceiras", conta Charles Trocate, uma das lideranças do MST na região. Ele conta que o movimento fez questão de se manter na área e aguardava pacientemente o desfecho da disputa jurídica por dois motivos. Primeiro, os sem terra não concordavam com o pagamento dos mais de R\$ 30 milhões que os donos queriam pela terra. Segundo, apostavam que uma possível decisão do STF favorável à desapropriação por interesse social poderia se tornar um exemplo para que outras fazendas na mesma condição também fossem destinadas à reforma agrária.

No dia 1º de abril deste ano, porém, a Jorge Mutran Exportação e Importação Ltda. encaminhou um fax comunicando a desistência da pendenga judicial, que já estava sob responsabilidade do ministro Carlos Alberto Menezes Direito. Com a desistência, o processo passou a se concentrar na Vara Federal de Marabá. De início, o juiz Carlos Henrique optou por não dar a imissão (concessão da posse) imediatamente porque o Incra não tinha liberado as TDAs de outras áreas que já tinham sido desapropriadas.

Em resposta, o Incra pediu reconsideração por meio da comprovação da reserva de recursos e entrou com um embargo declaratório acusando omissão do juiz. Diante disso, o magistrado acabou concedendo a posse no último dia 26 de novembro. Nessa fase do processo, apenas o valor a ser pago está em discussão - e não mais o mérito da desapropriação. Se não for detectado nenhum vício, em breve o juiz Carlos Henrique deve confirmar definitivamente na Justiça a desapropriação da Fazenda Cabaceiras.

Significado simbólico - Charles Trocate, do MST, conta que a organização já mantém na prática um assentamento com mais de 200 famílias, por conta própria, há cerca de três anos. A empreitada dos Sem Terra foi batizada de 26 de março em homenagem a duas lideranças do movimento na região - Onalício Araújo Barros (Fusquinha) e Valentim Serra (Doutor) - que foram assassinados nesta data, no ano de 1998. Um ano depois, em 26 de março de 1999, integrantes do MST ocuparam o escritório do Incra em Marabá.

O plano original era manter o protesto em acampamento na Fazenda Goiás II, em Parauapebas (PA), onde Fusquinha e Doutor tombaram. Depois de negociações com o órgão federal, decidiram ocupar a Fazenda e Castanhal Cabaceiras, da poderosa família Mutran - acusada de participação em execuções e de ocultamento de corpos no passado, com forte atuação na produção de castanhas e bem articulada nos círculos políticos locais e regionais. Depois de três ocupações apenas em 1999 e apesar dos despejos violentos e das ameaças de pistoleiros, o grupo de sem terra conseguiu se firmar na área. Em 2003, os proprietários se comprometeram a retirar pistoleiros da região e, em 2004, o Incra deu início ao processo de desapropriação da Fazenda Cabaceiras.

Membros do MST relatam que centenas de famílias deixaram o Acampamento 26 de março ao longo dos anos em consequência do medo de represálias. "Acabamos assumindo a gestão da área, mesmo sem a oficialização do assentamento", conta Charles Trocate. Mesmo sem o julgamento do mérito da questão no STF, a notícia da aceleração do processo de desapropriação da Cabaceiras é bem-vinda para o movimento.

Segundo Charles, o ato oficial tem um significado simbólico, pois a propriedade abrigará a Escola Agrotécnica Federal de Marabá, para formação de técnicos em cursos profissionalizantes, uma reivindicação histórica do Fórum Regional de Educação no Campo, que reúne movimentos sociais e poder público. Airton Pereira, da CPT (Comissão Pastoral da Terra) de Marabá, ressalta que a escola faz parte de uma série de iniciativas como a inauguração de diversos cursos no ensino superior - Agronomia, Letras e Educação do Campo - em parceria com a UFPA (Universidade Federal do Pará), além da Escola Família Agrícola de Marabá, experiência que conta com a participação ativa de entidades como a Fetragi (Federal Estadual dos Trabalhadores na Agricultura).

O Incra estima que 150 hectares serão reservados para a construção da escola agrotécnica. "A escola pode ajudar a mudar o tipo de agricultura praticada na Amazônia. Pode fortalecer um cultivo mais diversificado, com base na produção numa matriz mais coletiva", prevê Charles, do MST, que já mantém aulas regulares de ensino básico no acampamento.

Para o integrante do MST, a desapropriação é um "grande ato pedagógico". Primeiramente, por ser um estímulo para a luta pelo direito às terras que não cumprem a sua função social. Uma das formas que o dirigente destaca para estruturar ainda mais essa tese pode se dar com a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 438/2001, que determina o confisco da terra onde houver trabalho escravo (veja especial e abaixo-assinado).

O MST mantém outros acampamentos em fazendas da região com histórico de conflitos e ligação com crimes (exploração de mão-de-obra escrava, ilícitos ambientais e suspeitas de lavagem de dinheiro). Outras propriedades da própria família Mutran - como a Fazenda Peruano, de Evandro Mutran (hoje à frente da Jorge Mutran Exportação e Importação Ltda.), flagrada em dezembro de 2001 com 54 escravos - fazem parte dessa categoria.

Posição da empresa - Em entrevista à Repórter Brasil por telefone, Evandro Mutran sustenta que, a despeito dos três casos seguidos de mão-de-obra escrava, "a função social da Fazenda Cabaceiras estava sendo cumprida". De acordo com ele, a justificativa de desapropriação com base em interesse social tinha "dados falsos" e foi "derrubada na Justiça" com a decisão liminar de Sepúlveda Pertence, do STF. Evandro sustenta que o processo só avançou porque a empresa desistiu de seus direitos para dar uma solução ao problema. Em 2004, a família já havia sido condenada pela 2ª Vara da Justiça do Trabalho de Marabá em R\$ 1,35 milhão por ter mantido trabalhadores em condições análogas à escravidão.

"Se não abrissemos mão dos nossos direitos [de propriedade], essa desapropriação não sairia nunca", declara. "A justificativa do interesse social está abaixo do direito de propriedade", completa Evandro. Para justificar a sua tese, ele cita a Medida Provisória (MP) 2.027-38/2000, assinada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que proíbe a vistoria de fazendas ocupadas "por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo" durante um período de dois anos, proibição essa que pode chegar até quatro anos em caso de reincidência. E emenda: "Na Justiça, nós ganharíamos".

Na visão dele, as fiscalizações do MTE foram forjadas. "Tudo foi montado para que houvesse a desapropriação. Fazenda nossa não precisa de trabalho escravo para lucrar. Trouxeram gente de fora para fazer o flagrante. Foi armação", acusa. A Fazenda Cabaceiras, adiciona, era "altamente produtiva". "Hoje já não produz mais nada", provoca. "Mas agora a Justiça federal determinará. Queremos apenas que seja pago o valor real das coisas".

A família Mutran tem uma longa tradição de poder na região. Nada menos que três gerações da família já ocuparam a Prefeitura de Marabá - o patriarca Nagib Mutran (que também foi deputado estadual e recebeu concessões de serviço de transmissão de TV na região), seu filho Osvaldo dos Reis, o Vavá (que também foi deputado estadual), e Nagib Neto, ex-prefeito e vereador eleito nas últimas eleições de outubro deste ano. Outro filho de Vavá, Osvaldo Júnior, também foi vereador da cidade. Cristina Mutran, mulher de Nagib Neto, também foi deputada estadual. São dois os irmãos de Vavá: Guido - pai de Guido Filho, outro que foi vereador - e Aziz. Todos eles pelo PMDB.

O patriarca Nagib também tem dois irmãos - Jorge e Benedito. Jorge Mutran teve três herdeiros (Délío, Celso e Evandro, principal responsável pela Jorge Mutran Exportação e Importação Ltda.). A parte da família de Benedito Mutran, pai de Benedito Filho, toca outra grande empresa agrícola da região, a Benedito Mutran & Cia, que exporta castanhas-do-pará e pimenta-do-reino. Segundo dados da CPT em Marabá, quase metade dos registros de conflito de terra na região entre 1976 e 1984 envolvem a família.

O dinheiro da desapropriação, promete Evandro, não será reinvestido em outras propriedades rurais. Ele teme novas ocupações dos sem terra. "Aqui no Pará não tem lei. O direito só existe no papel. Talvez no Rio Grande do Sul ou em São Paulo seja diferente", comenta. Enquanto isso, a assessoria do Incra confirma que pretende utilizar a justificativa de descumprimento da função social para novas desapropriações.

Segundo o órgão, esse expediente só não é mais utilizado com mais frequência "porque os juízes só têm dado imissão na posse quando a área é improdutiva".

Índios isolados apóiam saída de arroteiros – João Carlos Magalhães e Marlene Bergamo – Folha de São Paulo – Brasil - 14/12/2008

No interior dos 1,7 milhão de hectares da terra indígena Raposa/Serra do Sol (RR), onde o STF (Supremo Tribunal Federal) deve decidir no ano que vem pela retirada da população não-índia, índios macuxis que já passaram a viver em isolamento aprovam a experiência.

A polêmica sobre a retirada dos não-índios se concentra na Vila Surumu, onde estão as propriedades de rizicultores como Paulo César Quartiero. Mas em quase todo o resto da Raposa/Serra do Sol o "homem branco" já foi embora -debandada que começou com a demarcação da terra, em 1998 . E, nas comunidades por onde a Folha passou, algumas a cerca de 200 km de estradas de terras de Pacaraima (RR), aqueles que os índios chamam de "invasores" não deixaram boas lembranças.

Mesmo morando nos casebres que sobraram dos antigos fazendeiros, com suas vias de acesso em péssimo estado e apenas com o atendimento mais básico de saúde, todos os índios entrevistados (sem a mediação de líderes envolvidos na disputa) se disseram felizes com o isolamento étnico.

Eles vivem da mandioca e do milho que plantam, do gado que criam -já são cerca de 40 mil cabeças, segundo a Funai- e do diamante e do ouro que conseguem garimpar ilegalmente (leia texto nesta página).

Segundo disseram, só vendem o boi para fora quando precisam pagar dívidas. "Ah, melhorou quase 100%", disse Danilo de Souza, 38, morador da Vila Socó, na região próxima à fronteira com a Guiana. "Antes, eles [os não-índios] não deixavam a gente ter nossa roça, batiam na gente. Foram passando cercas, tirando a gente da nossa terra."

Marcado a ferro - Outras pessoas também relataram agressões na época da presença de não-índios. De acordo com um agente da Funai na região, há até um homem ainda vivo que, antes da demarcação, foi marcado a ferro por um proprietário rural.

Segundo Souza, os índios eram empregados pelos fazendeiros. Mas recebiam muito pouco ou eram pagos com cachaça, popularizada pelas dezenas de garimpeiros que atuavam ali na década de 1980. "Trabalhei dois anos para eles e ganhei só um bezerrinho."

O processo de saída do "homem branco", afirmou Souza, só foi possível quando os índios da vila criaram um grupo apelidado de "Vai ou Racha", com apoio de missionários católicos que atuam na reserva.

Eles impediram os índios de beber e forçaram os fazendeiros a aceitar suas criações e lavouras. Até hoje o álcool está banido da comunidade.

Arco e flecha - Em direção ao norte, encontram-se índios com pouco contato com outras culturas, que falam suas línguas originais e ainda caçam e pescam com arco e flecha, algo impensável quando se vê os moradores da Surumu, onde muitos usam

celular, tocadores de MP3 e roupas de marca -falsificadas. "Comecei a aprender a atirar flecha há 11 anos", afirmou Maique José, 28, da comunidade Caxirimã, enquanto manejava seu arco. Quando adolescente, ele chegou a trabalhar em fazenda, só para aprender a criar gado sozinho.

Mas a retomada das tradições produtivas indígenas, que incluem o trabalho e o consumo coletivo, ainda sofre alguma resistência dentro das comunidades. "Tem pessoa que fica com frescura, não quer participar", disse Nunes da Silva, 24, também morador da Vila Socó.

Vila dentro de reserva está "uma tristeza só" com saída de fazendeiros, diz índia – Folha de São Paulo – Brasil - 14/12/2008

Para a índia macuxi Erotéia Mota (DEM), 35, secretária de Administração e Planejamento de Pacaraima (RR), cidade que tem como prefeito o arroteiro Paulo César Quartiero (DEM), a Vila Socó, visitada na sexta-feira pela reportagem da Folha, virou "uma tristeza só" com a saída dos fazendeiros.

Ligada à Sodiurr (Sociedade em Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima), ela ficou conhecida em maio quando ameaçou se explodir -com um colete que supostamente tinha bombas- em protesto contra a operação da Polícia Federal para retirar os não-índios. "[Quando] tiraram os fazendeiros dali [Vila Socó], acabou tudo, as casas, as estradas." Ela, que nasceu na vila, saiu de lá ainda criança e é mal vista pelos índios que ainda moram no local, pois, para eles, traiu suas origens. Erotéia disse que o mesmo vai ocorrer com a Vila Surumu se os ministros do STF não mudarem seus votos e os fazendeiros forem obrigados a sair. "Ninguém vai querer morar num lugar onde não tem nada." Ela afirmou que o governo não vai ser capaz de dotar a área com infra-estrutura necessária para manter a população no local. Além disso, disse, movimentos como o CIR (Conselho Indígena de Roraima), que ajudam a organizar a reserva, vão perder poder e se esvaziar com o possível fim da disputa no ano que vem.

Garimpo é antigo dentro de terra, dizem indígenas – Folha de São Paulo – Brasil - 14/12/2008

Se para a Polícia Federal e para a Funai os garimpos ilegais na Raposa/ Serra do Sol são ações isoladas, para índios ouvidos pela reportagem são um meio antigo de sobrevivência, apesar de não tornarem nenhum indígena rico. "Eles [garimpos] estão todos na beira do rio, [fazemos] com peneira mesmo. Mas é só para comprar uma roupa, uma rede para nós", disse Audésio Lima Pereira, 21, que até dois anos atrás também tentava, manualmente, achar pepitas de ouro ou pequenas pedras de diamante. Desistiu porque, afirmou, não dava muito dinheiro. Segundo o IBGE, apenas de ouro há 26 locais de exploração, que, diz a Constituição, só pode ser feita em terras indígenas com autorização do Congresso. Lima e outros dois índios garimpeiros disseram que a prática, segundo seus familiares

mais velhos, remonta ao começo do século 20, quando os não-índios começaram a chegar em maior número à região. "Tinha tanto ouro que o pessoal usava para fazer bala para espingarda", afirmou Edilson da Silva, 42, lembrando que seus antepassados não tinham noção do valor.

Hoje, quando um índio consegue achar algum mineral de valor em um dos rios da reserva, tentam revender em cidades próximas, como Uiramutã, Pacaraima ou Boa Vista.

"Se for ouro, vende em qualquer lugar. Se for diamante, precisa conhecer alguém", disse Silva, que não soube dizer quanto se ganha em média por mês com a exploração. Segundo a Funai, os próprios índios avisam a fundação quando vêem alguém garimpando, já que boa parte das comunidades tem estação de rádio. Isso, dizem os índios, não impede que "homem branco" entre na reserva para a atividade. "Mas antes da homologação era pior, porque não deixavam a gente nem chegar perto [do garimpo]", disse Lima.

Índios querem varrer o arroz de suas terras – O Globo – Capa – 14/12/2008

Os índios da reserva Raposa Serra do Sol já decidiram que, após a expulsão dos arrozeiros, prevista para 2009, vão eliminar as grandes plantações e manter sua tradição de agricultura de subsistência. Páginas 8 e 9

Raposa: índios pretendem eliminar plantações de arroz - Evandro Éboli – O Globo – O País – 14/12/2008

Sem a prática da produção em grande escala, donos da reserva falam em manter apenas agricultura de subsistência; projetos turísticos podem ser desenvolvidos

Enviado especial

BOA VISTA. Futuros donos da imensa área da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, os índios ligados ao Conselho Indígena de Roraima (CIR) já decidiram que o plantio de arroz será mantido apenas para subsistência.

Eles pretendem acabar com os imensos campos de arroz dos nãoíndios que serão obrigados a deixar a reserva. No lugar, vão replantar árvores e usar as florestas para caça e pesca, mantendo costumes que os acompanham há séculos.

Segundo o coordenador-geral do CIR, Dionito José de Souza, não há interesse em continuar com as plantações de arroz porque os indígenas não têm prática de produção agrícola em grande escala:

— Não é porque dá muito dinheiro que vamos continuar com aqueles arrozais. Aquele plantio destruiu o meio ambiente, acabou com a floresta e matou animais. Não temos interesse nessas práticas. No máximo, vamos plantar para nós mesmos, para consumo interno.

Os quase 17 mil índios macuxi, taurepang, wapichana, pantamona e ingaricó, portanto, não darão continuidade à exploração comercial do produto, que dá milhões de reais aos fazendeiros. Os nãoíndios cultivam apenas 27 mil hectares dentro da área de 1,7 milhão de hectares da reserva.

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que deve ser confirmada em 2009, é de homologar Raposa Serra do Sol em área contínua, o que obrigará os fazendeiros a sair da terra. O julgamento foi suspenso esta semana por um pedido de vista do ministro Marco Aurélio Mello, e só volta à pauta ano que vem. Mas oito dos 11 ministros já se manifestaram a favor dos índios e contra a presença dos arroteiros.

Índios acham viável a exploração turística Dionito Souza disse que eles pensam em explorar comercialmente a reserva, mas desde que haja um projeto de desenvolvimento sustentável. Ele citou como exemplo o turismo, uma atividade que pode ser desenvolvida na reserva:

— Temos parques, matas, cachoeiras.

Toda uma beleza natural que pode atrair turistas, desde que entrem legalmente, com autorização. Nada de clandestinos na Raposa, nunca mais. Isso vai acabar.

Os índios pretendem usar as áreas hoje em poder dos grandes arroteiros para caçar animais como paca, tatu e capivara. Querem também pescar curimatã, tambaqui e jacaré. Dionito disse que já iniciou contatos com técnicos da Embrapa para que eles ajudem no plantio correto de verduras, frutas, legumes e cereais: — Não queremos agrotóxico e vamos produzir de forma manual mesmo.

Já temos índios formados como técnicos, e eles poderão nos ajudar.

Para replantar os arrozeais, os índios da Raposa deverão contar com apoio de técnicos do Ibama.

Algumas fazendas, como a do líder dos arroteiros, Paulo César Quartiero, já foram autuadas várias vezes pelo Ibama por cometer ilegalidades como o desvio de um rio para o cultivo do arroz.

Para os empresários, a saída dos arroteiros é um risco para a economia do estado. O presidente da Federação das Indústrias de Roraima (Fier), Rivaldo Fernandes Neves, defendeu a manutenção das áreas produtivas na reserva e afirmou que a decisão do STF é uma agressão aos princípios de justiça e igualdade: — A retirada dos arroteiros de Raposa Serra do Sol vai bloquear o desenvolvimento econômico do estado por vários motivos, entre os quais a perda dos investimentos feitos pelos agricultores.

Eles levarão muito tempo até se instalar em outra área, o que exigirá novos esforços e investimentos financeiros.

O presidente da Fier disse que a indústria arroteira representa 13% do PIB de Roraima, e que a produção abastece não só o mercado local mas também Amazonas, Pará e Amapá. Segundo Neves, a indústria do arroz cria cerca de sete mil empregos diretos e indiretos em Roraima.

— Com a homologação, teremos sete mil pessoas desempregadas em menos de um ano.

Grupo se recusa a aceitar propostas de indenização – O Globo – O País –
14/02/2008

BOA VISTA. Os arroteiros não são os únicos brancos — ou nãoíndios — que resistem em deixar Raposa Serra do Sol. De um total de 311 ocupantes ilegais da reserva, que estavam na área no início deste ano, 51 pessoas não aceitam negociar com o governo e se recusam a receber as indenizações propostas pela Fundação Nacional do

Índio (Funai). O órgão indigenista depositou em juízo cerca de R\$ 5 milhões para esse grupo. Mas eles querem mais, muito mais, para deixar Raposa.

Dona de uma mercearia na Vila Surumu, no centro de Raposa, a comerciante Alaíde Rebouças diz que não sai da área por menos de R\$ 100 mil. A Funai ofereceu a ela R\$ 25 mil.

— Levo uma vida tranqüila, não incomodo ninguém, e minha família há décadas está na reserva. Antes mesmo de muitos índios. É segregação racial.

Se querem me tirar, que paguem decentemente — disse Alaíde.

O desempregado Antônio Almeida Lima é dono de uma pequena casa e de um quiosque na vila e também de uma história inusitada. No início do ano, foi preso por vender bebida alcoólica — cerveja Polar, da Venezuela — na reserva. Ficou nove meses numa penitenciária de Boa Vista.

O bar funcionava no quiosque onde hoje está o posto de vigilância da Polícia Federal e da Força Nacional na vila. Quando ele saiu da prisão, os policiais já estavam lá. Para evitar problema e como ainda responde ao processo, resolveu não implicar com o quiosque. Pela casa, a Funai ofereceu R\$ 15 mil.

Quer cinco vezes mais.

“Se tiver que sair, será uma grande discriminação” O pastor Oséas Ribeiro diz que a Funai ofereceu R\$ 20 mil pelo prédio de sua igreja, a Assembléia de Deus.

— A partir de R\$ 60 mil dá para conversar — disse o pastor.

Oséas é um indígena e casado com uma nãoíndia. Casais como eles existem vários na reserva.

Todos temem ser obrigados a deixar a reserva quando se consumir a decisão do STF. Nilo Carlos Coelho, que é branco, é casado com a macuxi Aldenora dos Santos. Eles têm dois filhos, e Aldenora está grávida de mais um. Nilo é funcionário do arrozeiro Paulo César Quartiero, onde trabalha como tratorista.

— Se tiver que sair daqui, será uma grande discriminação.

Vim buscar uma mulher indígena, me apaixonei, casei e tive meus filhos. Será que isso não prova que estou integrado a esse povo? — questiona ele.

Clóvis Pereira Costa, nãoíndio, é casado com a professora macuxi Maria Cecy Costa. Eles têm três filhos. Cecy teme até perder o marido, que poderia ser expulso da reserva.

— O que Deus uniu no casamento o Lula agora quer separar — disse Maria Cecy, que culpa o presidente da República pela situação. (Evandro Éboli)

Sem mudar leis, regularização de lotes no AM levará mais de mil anos – João Domingos – Estado de São Paulo – Nacional – 15/12/2008

O governo concluiu que o cipoal de leis e decretos que regulamentam a questão fundiária na Amazônia tornou impossível a regularização das terras na região, o primeiro e mais importante passo para o controle do desmatamento e início do processo de desenvolvimento sustentável. A legislação é tão confusa que a Lei 6.383/76 (das terras devolutas) condiciona a regularização de uma área à ausência de problemas em toda a gleba onde essa propriedade está inserida. Ou seja, dentro de um mesmo loteamento, se o vizinho cometer uma irregularidade, o morador ao lado não conseguirá retificar a sua situação.

As exigências são muitas: é necessário certificar toda a gleba, levantando o histórico dos remanescentes naturais e georreferenciamento por satélite com precisão de 50 centímetros. Exigiria, portanto, um trabalho de campo inviável. Nesse trabalho, se for descoberto dentro da gleba um morador que não tenha respeitado a preservação de 80% da reserva florestal ou não tenha tornado sua área produtiva, após um ano ali, nenhum loteamento do conjunto poderá sair da ilegalidade.

Nesse ritmo e cenário jurídico, segundo estimativas oficiais, só para regularizar as terras no Pará, seriam necessários 286 anos, levando-se em conta o número de servidores dos órgãos ambientais existentes. No Amazonas, não dá nem para saber se a Floresta Amazônica ainda estará de pé quando o trabalho for concluído. Calcula-se que serão necessários 1.372 anos para que seja feita a varredura em todo o Estado, conclui um estudo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Diante de tal realidade, a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, fez o que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sempre faz quando está diante de um impasse: montou um grupo de trabalho para tratar do tema. Esse grupo é chefiado por Dilma, com participação dos ministérios do Desenvolvimento Agrário, Meio Ambiente, Agricultura, Minas e Energia, Integração Nacional e Assuntos Estratégicos. Deverá apresentar as soluções para que as terras da Amazônia Legal - hoje só 10% são posses legais - sejam regularizadas num curto espaço de tempo.

PACOTE JURÍDICO - O grupo de trabalho já chegou a algumas conclusões. A principal é que a maçaroca legal inviabiliza qualquer plano para a regularização das terras na Amazônia. Portanto, no mínimo nove leis e três decretos referentes à região terão de ser modificados para que as regras sejam simplificadas. Uma medida provisória já está sendo escrita para as alterações legais, visto que o governo considera que o assunto é de extrema urgência.

“Não tem regularização fundiária na Amazônia porque a lei não permite que seja feita”, chega a dizer o ministro de Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel. “Com a legislação atual, podemos criar dez órgãos, chamar o Exército, que não regularizamos.”

Exagero à parte de Cassel, a participação do Exército tem mostrado que, mesmo com a legislação tão criticada, é possível fazer um trabalho de regularização na Amazônia, embora lento. Hoje, 56 militares trabalham junto com 45 técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) numa área de 8.174,26

hectares na tentativa de regularização das terras que margeiam a BR-163, a Cuiabá-Santarém.

Conforme um levantamento dos técnicos que integram o grupo de trabalho comandado por Dilma, dos 502,2 milhões de hectares da Amazônia Legal (61% de todo o território brasileiro), 120 milhões são de terras indígenas, 67 milhões estão disponíveis para destinação a agricultores, 38 milhões foram transformados em assentamentos, 66 milhões são de áreas de conservação federal, 57 milhões de conservação estadual, 50 milhões do Instituto de Terras do Amazonas (Iteam), 15 milhões repassados pela União ao Estado de Rondônia, 7 milhões das Forças Armadas e 81,9 milhões com outras ocupações, como cidades.

Busca de solução acaba em disputa entre ministros – João Domingos – Estado de São Paulo – Nacional – 15/12/2008

Além da confusão das normas legais sobre a questão fundiária da Amazônia Legal, é grande a discórdia no governo a respeito do que deve ser feito para buscar a regularização das terras da região. Diante da grande encrenca, o grupo de trabalho liderado pela ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, deve apresentar as soluções no início do ano que vem.

O ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, no entanto, não concorda com o grupo de trabalho. Falou disso com o colega Guilherme Cassel, do Desenvolvimento Agrário, que respondeu: “Mas é assim que o governo trabalha. Seu ministério está representado lá no grupo.”

Mangabeira é reticente quanto à eficiência dos grupos de trabalho. Como é o chefe do Plano Amazônia Sustentável (PAS), continua fazendo projetos. Até preparou uma medida provisória que cria a Agência Executiva de Regularização Fundiária da Amazônia, afastando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) do processo.

A decisão causou confusão no governo. Cassel foi a Dilma pedir que a MP não seja editada. Ela respondeu que aguarda conclusões do grupo de trabalho.

Busca de solução acaba em disputa entre ministros – João Domingos – Estado de São Paulo – Nacional – 15/12/2008

Além da confusão das normas legais sobre a questão fundiária da Amazônia Legal, é grande a discórdia no governo a respeito do que deve ser feito para buscar a regularização das terras da região. Diante da grande encrenca, o grupo de trabalho liderado pela ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, deve apresentar as soluções no início do ano que vem.

O ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, no entanto, não concorda com o grupo de trabalho. Falou disso com o colega Guilherme Cassel, do Desenvolvimento Agrário, que respondeu: “Mas é assim que o governo trabalha. Seu ministério está representado lá no grupo.”

Mangabeira é reticente quanto à eficiência dos grupos de trabalho. Como é o chefe do Plano Amazônia Sustentável (PAS), continua fazendo projetos. Até preparou uma medida provisória que cria a Agência Executiva de Regularização Fundiária da Amazônia, afastando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) do processo.

A decisão causou confusão no governo. Cassel foi a Dilma pedir que a MP não seja editada. Ela respondeu que aguarda conclusões do grupo de trabalho.

Em RR, problema é queda-de-braço com União – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 15/12/2008

Não é só o emaranhado de leis que dificulta a legalização das terras na Amazônia. Em algumas áreas, verifica-se uma queda-de-braço entre os governos federal e estadual para ver quem controla as áreas não tituladas. “Atualmente, os grandes problemas de grilagem e conflitos de terra ocorrem em territórios pertencentes à União, que não tem competência para controlá-los e se recusa a repassá-los para os Estados”, diz Aurelina Medeiros, estudiosa da questão, especialista em planejamento agrícola e deputada estadual de Roraima pelo PSDB.

Ela mora no Estado há 30 anos. Foi uma das fundadoras do Instituto de Terras daquele Estado, chefiou em duas ocasiões a Secretaria da Agricultura e, na Assembléia, dedica-se ao debate sobre questões fundiárias. Ela recorda que desde a criação do Estado de Roraima, com a Constituinte de 1988, discute-se a transferências das terras do antigo território para o controle do Estado. Até hoje, porém, nenhum passo importante foi dado nessa direção.

Em 2001, por iniciativa da então senadora Marluce Pinto, foi aprovada a Lei 10.304, que determinava a transferência das terras para Roraima. Fixava um prazo de seis meses, a partir dali, para que fosse regulamentado o processo de transferência. “Até hoje não aconteceu nada.”

Mais tarde, entre 2006 e 2007, um grupo interministerial, do qual Aurelina fez parte, trabalhou na ante-sala do gabinete da Presidência, com o objetivo de preparar o decreto de regulamentação. “Fizemos um bom relatório, muito elogiado, mas o decreto não saiu.”

Na opinião de Marluce, o principal foco de resistência está no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que prefere estocar terras para possíveis assentamentos, e em instituições ligadas à defesa dos interesses indígenas. “Uma vez que o processo de demarcação de territórios indígenas está chegando ao final no Estado, como sinalizaram os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), o maior ponto de resistência passa a ser o Incra.”

SEM ACESSO - A deputada salienta que, dos 22,4 milhões de hectares do território estadual, apenas 1 milhão está devidamente titulado. “E esses hectares legalizados são quase todos ocupados por projetos de assentamentos do Incra”, afirma. No conjunto, são 32 projetos do instituto no Estado, sendo que a maioria fracassou.

A reportagem do Estado visitou projetos onde não existem sequer vias de acesso. Chega-se aos lotes por trilhas na mata. Em outro, observa-se um grande número de lotes abandonados. “Vende-se muita ilusão”, diz a deputada.

Outra questão que a especialista enfatiza: a área reivindicada pelo Estado é uma pequena fatia do que sobrou após a demarcação de terras indígenas, áreas de preservação ambiental, terras do Exército. “Estamos discutindo apenas os direitos sobre 20% do território, o que equivale a 5,1 milhões de hectares. Se você considerar a lei de preservação ambiental, que determina que 80% de cada propriedade permaneça intocada, como reserva legal, estamos falando de 1,1 milhão de hectares.”

Aurelina vê também incompetência do governo federal para administrar as áreas que mantém sob a sua tutela, alegando que são verdadeiros “depósitos de terras improdutivas”.

Por conta da ineficiência do governo federal e dos Estados, as novas exigências ambientais para a criação de assentamentos rurais têm travado a meta de reforma agrária. Há atualmente no país ao menos 12 mil famílias à espera de licenças prévias para que projetos de assentamento sejam criados -e elas, assentadas. Dos 189 imóveis rurais adquiridos ou desapropriados neste ano pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), apenas 10% (19) tiveram as licenças prévias expedidas pelos órgãos ambientais dos Estados, de acordo com documento da Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento do órgão. O Incra, porém, fez a solicitação de apenas 135 (71%) dessas áreas, num sinal de que a lentidão não está apenas na estrutura dos governos estaduais. A licença prévia se tornou de um ano para cá um passo obrigatório para a criação de projetos de assentamento, divisão dos lotes e distribuição dos créditos aos trabalhadores rurais, muito disso por conta da pressão do TCU (Tribunal de Contas da União). Um acórdão do tribunal reforçou uma resolução do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) de dezembro de 2006. Segundo texto do conselho, a licença prévia deve ser expedida "na fase preliminar do planejamento" do projeto de assentamento, ou seja, entre a desapropriação da área e o assentamento das famílias. O Conama diz ainda que "o órgão ambiental competente deverá conferir prioridade na análise e concessão da licença ambiental dos projetos de assentamentos de reforma agrária, tendo em vista a sua urgência e relevância social". O governo da Bahia, por exemplo, admite que uma solicitação de licença prévia feita pelo Incra somente é expedida seis meses depois. A falta de licença e de planejamento sobre o uso sustentável dessas áreas rurais tem servido de combustível para críticas aos assentamentos da reforma agrária localizados na Amazônia Legal. Neste ano, o Ministério do Meio Ambiente divulgou uma lista na qual inclui assentamentos no topo do ranking de maiores desmatadores do país.

Meta - De acordo com documento do Incra obtido pela reportagem, dos 6.326 projetos de assentamento do país, apenas 1.690 (26%) tiveram suas licenças prévias ambientais solicitadas pelo órgão -sendo apenas 780 (12%) expedidas. Neste ano, o índice de licenças expedidas é de 10%. Entre as regiões, os piores índices estão no Norte (0%), Centro-Oeste (6%) e Sudeste (8%). Na Bahia, por exemplo, dos 22 imóveis rurais comprados ou desapropriados neste ano, nenhum foi licenciado, assim como os 16 do Maranhão e os 26 do Distrito Federal. Para 2008, a meta do Ministério do Desenvolvimento Agrário, ao qual o Incra é subordinado, é assentar 100 mil famílias. Mas, até a semana passada, cerca de 40 mil haviam sido beneficiadas. O governo já admite que a meta deste ano mais uma vez não será atingida, assim como já ocorrera nos anos de 2003, 2004, 2006 e 2007.

Impacto - "O impacto [pela não expedição das licenças] são essas cerca de 12 mil famílias. Elas poderiam estar sendo contabilizadas como meta, mas não podemos. Eu tenho a impressão muito ruim de que não sairão mais licenças prévias neste ano", afirma o presidente do Incra, Rolf Hackbart. A falta de licenças prévias, obrigatórias para o Incra a partir deste ano, é apenas uma das causas para o fracasso do programa de reforma agrária do governo. Entre outras, estão a incapacidade operacional do Incra, a valorização do preço da terra e o fato de o governo manter na gaveta do Planalto a

proposta de atualização dos índices de produtividade (utilizados por técnicos do Incra na avaliação de uma área que pode ser desapropriada).

Incra diz que licença "trava" reforma agrária – Folha de São Paulo – Brasil - 15/12/2008

O presidente do Incra, Rolf Hackbart, disse que a exigência de licença prévia ambiental para a criação de novos projetos de assentamento "trava" a meta de reforma agrária. "Isso é um problema? É. Travou a meta? Impacta na meta? Sim." Segundo ele, porém, a licença deve ser obrigatória e é importante para a sustentabilidade. "Não quero passar a impressão de que isso atrapalhe a meta", completa. A **Folha** procurou os órgãos ambientais dos governos tucano de Minas Gerais e petista da Bahia.

O Incra diz que fez 20 solicitações de licença prévia ao governo baiano, mas nenhuma foi expedida. Em nota, a Secretaria do Meio Ambiente da Bahia afirma que "o Estado vem dando prioridade à ação, promovendo a celeridade na tramitação" e que vem "investindo no reforço dos quadros".

No caso de Minas, onde o Incra diz ter recebido uma licença de nove pedidas, o secretário-adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Shelley de Souza Carneiro, disse que, para agilizar o processo, é necessária a integração do Incra com os técnicos estaduais.

Antropólogo vê Raposa como marco político – Folha de São Paulo – Brasil - 15/12/2008

O antropólogo Paulo Santilli, 50, afirma que o entendimento do STF sobre a Raposa/Serra do Sol consagra a política indigenista desenvolvida pela Funai há décadas. Coordenador de Identificação e Delimitação do órgão, ele diz que essa linha do Supremo "vira" uma página no processo de reconhecimento dos "direitos territoriais indígenas". (LUCAS FERRAZ)

FOLHA - Mesmo com as 18 ressalvas feitas, o indicativo do STF é uma vitória para a política indigenista da Funai?
PAULO SANTILLI - Consolida um longo processo de regularização fundiária que vem sendo desenvolvida há décadas.

FOLHA - O entendimento vira uma página da história da política indigenista?
SANTILLI - Vira a página do processo de reconhecimento oficial dos direitos territoriais indígenas, dos povos que vivem nessa área.

FOLHA - O caso da Raposa parece ter se tornado um dos mais emblemáticos da Funai.

SANTILLI - Se tornou emblemático, passou a simbolizar toda a política indigenista, condensou as várias ações em âmbito administrativo, judicial, político, na mídia.

FOLHA - E deixa alguma lição?
SANTILLI - Da persistência dos índios em busca do reconhecimento. Eles se esmeraram na interlocução com o Estado e se fizeram compreendidos.

Para ruralista, reserva deixa fronteira frágil – Folha de São Paulo – Brasil - 15/12/2008

Para o presidente da SRB (Sociedade Rural Brasileira), Cesário Ramalho, o indicativo do STF de manter a demarcação contínua da Raposa/Serra do Sol e retirar os arrozeiros da área é um exemplo de como, ao longo da história, "produtor rural vem sendo traído" por causa da política indigenista.

FOLHA - O que o sr. achou do indicativo do STF?
CESÁRIO RAMALHO - O caso era estratégico, muito além da agropecuária. Traz vulnerabilidade às fronteiras.

FOLHA - Roraima tem a reserva dos Ianomâmi, na fronteira com a Venezuela, que nunca foi apontada como uma ameaça à soberania nacional.
CESÁRIO - Esta já está estabelecida. O que está em debate é a Raposa/ Serra do Sol. Não é adequado estabelecer uma reserva em região de fronteira. Deveria ser intermediária.

FOLHA - A demarcação contínua recebeu oito votos favoráveis, mas a decisão final ficará para 2009. Ainda é possível mudar?
CESÁRIO - Dificilmente. O Carlos Alberto Direito preservou o país.

FOLHA - Como?
CESÁRIO - Os índios cobravam pedágio, dificultando ou impedindo a entrada da PF e do Exército. Agora, os produtores devem ser indenizados. O produtor rural vem sendo traído, ao longo da história, por causa dessa questão de terras indígenas.

"Amazônia é vulnerável com ou sem índio", diz professora – Breno Costa – Folha de São Paulo – Brasil - 15/12/2008

Não importa se a terra é ocupada por índios ou por fazendeiros: toda a faixa de fronteira da Amazônia brasileira é vulnerável. A análise é da coordenadora do curso de relações internacionais da Universidade Federal de Roraima, Marcelle Ivie da Costa Silva, 28, que pesquisa as questões de segurança nas fronteiras brasileiras e está concluindo doutorado em ciência política pela Unicamp com a tese "Raposa/Serra do Sol: agentes políticos, conflitos e interesses internacionais na Amazônia brasileira". Ela diz que há "maniqueísmo" nas análises sobre a disputa na Raposa e que a Polícia Federal e a Funai não têm condições de saber se não-índios entram em áreas indígenas.

FOLHA - Como vigiar uma área de 1,7 milhão de hectares, em região de fronteira?

MARCELLE IVIE DA COSTA SILVA - Não é possível vigiar a Amazônia. É um problema geral, não uma questão dessa reserva. O fato de ser faixa de fronteira não vejo como sendo uma ameaça especial. É uma ameaça presente em outras faixas de fronteira, sendo área indígena ou não. Existe legislação específica que prevê a entrada das Forças Armadas em caso de ameaça.

A gente não pode esquecer que a terra indígena Ianomâmi [na fronteira com a Venezuela] é mais extensa que a Raposa. As políticas públicas são feitas para a Amazônia, mas há várias amazônias. Dependendo do local, há particularidades que não são levadas em conta. Falta sentar com essas comunidades, ouvir o que precisam. Não basta demarcar e não dar condição para as populações se estabelecerem com qualidade de vida.

FOLHA - A Funai cumpre seu papel?

MARCELLE - O problema da Funai não é só a política indigenista, a qual tenho críticas, mas também as condições que o Estado dá ao órgão. Você vai lá, demarca. É um processo lento. Na Raposa, culminou no que a gente está vendo: demarca e depois deixa as populações com pouca salvaguarda. Tem muita área demarcada onde as pessoas estão morrendo de fome.

A Funai falha aí. Não por falta de vontade, mas por falta de recurso. Acho a política da Funai, de tutela do indígena, totalmente inadequada. Tem que capacitar populações para que se auto-sustentem.

FOLHA - Qual o controle do acesso de não-índios a terras indígenas?

MARCELLE - Qualquer pessoa que vá a uma terra indígena precisa de autorização da Funai. Mas aí esbarra na burocracia. Às vezes, tem que esperar seis meses para uma autorização. O que as pessoas fazem? Vão sem, porque a burocracia é enorme. No mês passado, dois americanos foram pegos dentro da Raposa. Um era internacionalista e outro trabalhava para uma empresa de prospecção de petróleo. Mas é muito raro a Polícia Federal pegar alguém na Raposa sem autorização. Não tenho como provar, mas a gente sabe que há entrada de estrangeiros até porque a fronteira é vulnerável. A melhor maneira de fazer o controle é treinar a comunidade para fazê-lo.

FOLHA - Um dos argumentos centrais dos opositores à demarcação em área

continua é a ameaça à soberania nacional. Faz diferença se a terra é indígena ou não?

MARCELLE - Não basta garantir uma soberania no âmbito do território. Não adianta ter uma presença enorme das Forças Armadas, seja ela terra privada ou da União, se você não tem forma de garantir que o conhecimento ou a ciência que pode ser gerada nessa área tão rica seja administrada pela comunidade científica do Brasil. A facilidade de transporte de informações hoje é incrível. Não precisa levar plantas, você faz pesquisa e leva informações em microchip. A riqueza não é necessariamente diamante ou ouro. Você pode ter uma mina de diamante que não vale nada perante a possibilidade de desenvolvimento da indústria farmacêutica, por exemplo.

FOLHA - O que o prolongamento do impasse na Raposa/Serra do Sol pode acarretar à região?

MARCELLE - Há muito maniqueísmo. Por causa dessa polarização, um novo adiamento do julgamento traz mais ansiedade. Isso é um problema que vem há 30 anos. A Raposa virou um símbolo, mas temos outras questões indígenas para resolver. O caminho que se tomar tende a ficar como marco para futuras decisões. Um confronto direto pode acontecer? Pode. Mas não gostaria de colocar isso em tom alarmista porque as partes sabem que partir para a violência é muito prejudicial.

Carta dos Povos e Comunidades Tradicionais do Semi-Árido – Sítio Eletrônico da CPT – 15/12/2008

Nós Povos Indígenas de diversas Etnias, Povos de Terreiros, Comunidade de Pescadores Artesanais, Comunidades Quilombolas, reunidos no Encontro de Pesquisadores, Povos e Comunidades Tradicionais do Semi-Árido nos dias 8 a 12 de Dezembro de 2008 na UNEB – Universidade Estadual da Bahia em Paulo Afonso (BA), em parceria com diversos grupos, entidades, pastorais, ONGs, Movimentos Sociais, Estudantes, Professores, vimos através desta, reafirmar a nossa Identidade, nossa Resistência e nossos Direitos.

Vimos afirmar e reafirmar que a floresta, a água e a terra é a nossa vida. E tudo que tem na Natureza quando são destruídos, poluídos, desmatados, queimados ou derrubados é um espírito que desaparece, é um espírito que se enfraquece e é um espírito que morre. Quando desmatam nossas matas, os pássaros que trazem alegrias e encantos, desaparecem e junto deles todos os outros animais se entristecem.

Estão destruindo a Natureza, estão nos expulsando dos nossos territórios para fazer grandes obras, com isso, estão destruindo e matando nossos espíritos e junto com eles nós vamos se enfraquecendo e morrendo aos pouquinhos. É da terra que matamos nossa fome e da água que matamos nossa sede, por isso, temos que ter consciência de

como tiramos o nosso sustento, para que a terra, a água e a floresta como bens preciosos possa dar todo tempo os seus frutos. É preciso zelar, cuidar da Natureza para garantir a sustentabilidade de toda a vida. É a Natureza o nosso bem maior, razão de nossa existência e vivemos em função dela.

Nós Povos de Terreiros não cultuamos o diabólico. O Candomblé, a Umbanda é uma tradição antiga, é a religião da Natureza, os Orixás são os guardiões, defensores e protetores dessa Natureza e cada um exerce sua função. Esses fazem parte de nossa cultura. Por isso, conclamamos a todos a conhecer e respeitar nossos ritos, nossa cultura, nossas tradições.

Nós Pescadores Artesanais não somos preguiçosos, nem mentirosos como a sociedade nos acusa. Somos os guardiões das águas, artesãos da pesca artesanal, é nas águas que tiramos nosso sustento. Tiramos somente o que a Natureza nos permite para a sobrevivência das nossas famílias. Temos direitos aos nossos territórios pesqueiros e os direitos as condições adequadas da vida.

Nós Comunidades Quilombolas carregamos a herança de nossos antepassados que sofreram a escravidão. Reafirmamo-nos na resistência e na busca dos direitos fundamentais para continuar a viver. Conclamamos a todos a quebrarem as correntes do preconceito e da discriminação.

Nós Povos Indígenas, somos os primeiros desta terra. Temos os nossos rituais, nossa identidade, nosso jeito de viver. Precisamos continuar existindo na terra, é ela que nos sustenta, nos alimenta e nos dar força. Nosso lugar é o lugar da nossa existência. As matas, as águas e a terra é o lugar dos encantados de luz. Respeitem e deixe-nos em Paz!

Exigimos proteção às matas, a terra, os rios, nascentes e aos animais, para que a gente não se acabe. Conclamamos a Sociedade, Conclamamos os Governos que nos reconheçam e respeitem as nossas culturas e nossas diferenças. Respeitem nossos valores para continuarmos a existir.

Exigimos que seja feita uma profunda Revitalização do Rio São Francisco e do Semi-Árido brasileiro. Revitalização das nascentes, das aguadas, das terras de beira rio e da caatinga. Uma Revitalização dos seres humanos, para que o respeito a todos os Povos nos der condições de viver com alegria. Para tanto, precisamos de saneamento básico, moradia adequada, alimento saudável, acesso a saúde com qualidade, energia elétrica, água tratada, orientação técnica para nossos cultivos, tecnologias de convivência com o semi-árido (cisternas de captação de chuva, barramentos, poços,

criação de pequenos animais, etc.), exigimos o repovoamento do rio com pescado nativo, ordenamento pesqueiro, água livres e acesso aos territórios pesqueiros.

Queremos educação com qualidade e diferenciada para os diversos povos e comunidades com suas culturas e modos variados de vida e toda estrutura necessária para construção dos conhecimentos. Queremos também as condições para exercer nossa própria organização.

Mais que isso, queremos nossos Territórios Livres, demarcados, titularizados, reconhecidos para os Pescadores Artesanais, Quilombolas, Povos Indígenas, Povos de Terreiros e tantos outros. É o território o lugar de comunhão e reunião da comunidade para viver a religião, a festa, a organização, a resistência. É o lugar da terra e da água onde a vida se reproduz, é o lugar de nossa existência e de nossa afirmação identitária.

É a nossa afirmação identitária como Povo e Comunidade Tradicional que convidamos toda a sociedade a acabar com o preconceito, a discriminação, a perseguição e todas as formas de violência contra o Povo e a Natureza.

Somos todos doutores e doutoras. Uns tem os saberes dos livros, outros tem o saber das águas, outros os saberes da terra, outros tem os saberes das tradições, dos ritos e das festas, outros os saberes dos encantos, da cura. Mas, nesta sabedoria de todos nós com respeito e dignidade e as diferenças, podemos compartilhar os conhecimentos e aprender juntos.

Nos orgulhamos de sermos o que somos. Somos felizes como somos. Nos faltam muitas coisas. Mas, temos o saber dos nossos antepassados, por isso, somos todos aprendizes do conhecimento para aprender a lutar a respeitar e ser respeitados. Somos todos e todas seres humanos e queremos viver em Paz!

SE A TERRA É NOSSA MÃE, A AGUA É NOSSO LEITE E NÓS SOMOS OS FILHOS DA TERRA!

Saudações, Axé, Nakea-Nakeô (Novo Reinado Chegou), Nguunzu, Auwê, Olorum Kosifió, Nzambi, Toondele, `Nkisi, Vodum, Amém.

Justiça manda Funai proteger índios juma – Estado de São Paulo – Nacional – 17/12/2008

A Justiça Federal deu 90 dias para a Funai promover o retorno de 4 índios da etnia juma às suas terras de origem - Canutama (a 610 km de Manaus). A juíza federal Maria Lúcia Gomes ordenou ainda que lhes sejam dadas garantias, como visitas de agentes da Fundação Nacional de Saúde e recursos necessários à sua sobrevivência.

Sem-terra invadem sede da Petrobrás no Rio - Kelly Lima, Nicola Pamplona e Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 18/12/2008

Portando faixas com os dizeres “o petróleo é nosso” e espalhando adesivos do Movimento dos Sem-Terra (MST) pelas paredes, cerca de 150 pessoas ocuparam ontem o salão de entrada do edifício-sede da Petrobrás, no Rio. Protestavam contra a realização da 10ª Rodada de Licitações de áreas exploratórias de petróleo e gás natural, que deve ser realizada a partir de hoje pela Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Os manifestantes, vestindo camisetas vermelhas, passaram o dia no local, anunciando que montariam uma vigília no local, só devendo sair após o cancelamento da rodada. No início da noite, porém, o juiz Leonardo de Castro Gomes, da 17ª Vara Cível do Rio, determinou que deixassem o edifício, pois estavam atrapalhando as atividades da estatal. Eles saíram pacificamente.

Segundo o diretor da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Francisco Soriano, o objetivo principal do ato seria proteger as riquezas brasileiras: “O governo já entregou muito de nossas reservas para estrangeiros a preço de banana.”

O ato teve o apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do MST, sindicatos, entidades estudantis e outras organizações que integram a chamada campanha O Petróleo Tem Que Ser Nosso.

A direção da Petrobrás não recebeu os manifestantes e observou que a responsabilidade pelo leilão cabe à ANP. Para garantir o acesso dos funcionários à sede, a direção desviou o tráfego para os elevadores ao fundo do prédio. Ao mesmo tempo, policiais militares foram chamados para impedir a invasão de outras áreas do edifício.

O 10.º Leilão, com 130 áreas em bacias terrestres, teve 47 empresas inscritas, sendo que 17 são estrangeiras.

Destacavam-se no protesto os representantes do MST, organização cujo leque de ações se expande cada vez mais. Neste ano, seus militantes já participaram de protestos contra a reunião do G-20 e contra o banqueiro Daniel Dantas, acusado de corrupção. Também já invadiram agências bancárias, paralisaram linhas de trens, bloquearam postos de cobrança de pedágio em rodovias e ocuparam instalações de usinas hidrelétricas.

Os bancos poderão dispor, em breve, de mais R\$ 95 bilhões para financiar empresas e consumidores e ajudar a reativação dos negócios. A liberação desse dinheiro, decidida na quarta-feira pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), é a primeira grande ação anticrise depois do pacote de estímulos fiscais anunciado há uma semana. Também na quarta-feira o governo autorizou a Caixa Econômica Federal a financiar o comércio exterior e decidiu reduzir o IPI cobrado na venda de caminhões. A tributação dos automóveis e utilitários havia sido reduzida no pacote de benefícios do dia 11.

Com as novas medidas, o governo intensifica o esforço para impedir o agravamento da crise. Formalmente, o empenho das autoridades financeiras é para garantir um crescimento econômico de 4% em 2009, mas o objetivo mais importante, nesta altura, é impedir uma maior contração da atividade no primeiro trimestre do ano.

A maior parte dos fundos agora liberados - cerca de R\$ 88 bilhões - ficará disponível para os dez maiores bancos do País a partir de uma alteração nos critérios de segurança bancária. O Banco Central (BC) e o CMN decidiram reduzir o montante de capital exigido como garantia dos chamados créditos tributários.

A questão é tecnicamente complexa, mas a consequência da mudança é facilmente resumível: os bancos poderão elevar a proporção entre o volume de empréstimos e seu capital de referência. No jargão financeiro, poderão aumentar sua alavancagem. As normas de segurança adotadas no Brasil são mais severas que as do Acordo de Basileia 2, padrão internacional de segurança financeira. Por isso as autoridades podem abrandá-las sem comprometer a qualidade da regulação bancária. A relativa imunidade dos bancos brasileiros à crise originada nos Estados Unidos e difundida pela maior parte da Europa é atribuível em boa parte ao padrão nacional de regulação.

Outros R\$ 6,7 bilhões ficarão disponíveis para financiamentos graças a alterações nas normas do Fundo Garantidor de Crédito (FGC), criado há alguns anos para dar segurança aos depositantes. O FGC poderá emprestar dinheiro aos bancos pequenos e médios atingidos pela crise para ampliarem seus empréstimos. Depois, o próprio fundo poderá comprar essas carteiras, empregando em operações desse tipo até 50% de seu patrimônio líquido. Antes, o limite de aplicação era 20%. As carteiras compradas não poderão valer mais que 50% do patrimônio de referência de cada banco.

Os efeitos da crise internacional na economia brasileira ficaram mais sensíveis a partir de outubro. O crédito secou no mercado externo e, em seguida, os financiamentos no País tornaram-se mais escassos e mais caros. O BC enfrentou a nova situação liberando depósitos compulsórios mantidos pelos bancos. Os grandes foram estimulados a comprar carteiras dos menores. Além disso, grandes volumes de reservas cambiais foram postas à disposição do mercado, para facilitar a atividade dos exportadores. A última iniciativa importante, nessa área, foi a decisão do BC de financiar as empresas com dificuldades para rolar créditos em dólares no próximo ano.

As iniciativas na área financeira proporcionaram algum resultado. Nenhuma instituição quebrou e as compras de carteiras tornaram mais confortável a situação dos bancos pequenos e médios.

Mas o financiamento ao consumo e à produção continuou escasso, apesar dos esforços das autoridades. De todos os setores da produção e do comércio surgem reclamações sobre a falta de crédito. O problema é especialmente grave na área rural, segundo representantes do agronegócio. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem-se queixado, também, da escassez e do alto custo do crédito e prometeu a empresários, numa reunião em Brasília, agir para destravar os financiamentos.

O problema não será resolvido apenas com a redução da taxa básica de juros na próxima reunião do Copom. Essa será uma providência bem-vinda, mas não será suficiente para reduzir a insegurança no mercado financeiro e recriar as condições para a movimentação da economia. Cabe ao Executivo criar os estímulos principais, elevando seus gastos produtivos, contendo o desperdício e aliviando a carga fiscal.

Em um ano, avança 66% área de floresta amazônica degradada - Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 19/12/2008

A área de floresta degradada por atividades humanas na Amazônia em 2008 foi 66% maior do que em 2007, apesar de a área desmatada ter sido praticamente igual nos dois anos, segundo os cálculos de um novo sistema de monitoramento via satélite lançado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Os números, obtidos pelo Estado, são alerta de que o desmatamento poderá crescer em 2009, caso o governo não reforce as medidas de proteção da floresta.

O desmatamento na Amazônia é feito em etapas. A floresta degradada, ou parcialmente explorada, é considerada “meio caminho andado” para o chamado corte raso, quando a mata é completamente derrubada. “É muito mais provável que o corte raso ocorra nas áreas já degradadas do que nas áreas de floresta intacta”, disse ao Estado o diretor do Inpe, Gilberto Câmara. “Por isso estamos fornecendo mais essa ferramenta de planejamento, para que o processo de degradação possa ser interrompido o quanto antes.”

O novo sistema, chamado Degrad, utiliza as mesmas imagens de satélite do Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal (Prodes), que desde 1988 calcula as taxas anuais de desmatamento na região. A diferença é que o Prodes contabiliza apenas as áreas de corte raso, enquanto o Degrad contabilizará só as áreas de floresta degradada. “É uma informação que achávamos que estava faltando no sistema”, disse Câmara, que apresentou os primeiros resultados do Degrad ontem, em uma reunião técnica em Brasília.

Em 2008, o Degrad identificou 24.932 quilômetros quadrados de floresta degradada, comparado a 14.915 quilômetros quadrados em 2007. “Este dado precisa ser melhor estudado nos próximos anos, mas indica um agravamento do quadro e aumento do ‘estoque’ de florestas que podem ser convertidas em corte raso rapidamente”,

avaliou João Paulo Capobianco, secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente na gestão da ministra Marina Silva, que veio dos Estados Unidos (onde é professor-visitante na Universidade Columbia, em Nova York) para participar da reunião.

Segundo Câmara, dos 15 mil km² que estavam degradados em 2007, cerca de 1.500 km² já viraram corte raso em 2008. O restante permaneceu na conta como floresta degradada. O calendário usado para o cálculo do Degrad é o mesmo do Prodes: de 1º de agosto de um ano a 31 de julho do ano seguinte. O sistema identifica vários níveis de degradação, com base na avaliação visual que os técnicos fazem das imagens de satélite. “Podemos ver desde uma exploração leve, com retirada de poucas árvores, até áreas de exploração moderada e alta, onde se vê claramente a perda do dossel, com uma paisagem mesclada de árvores mortas e vivas”, explica Câmara.

Segundo ele, os dados do Degrad são compatíveis com os dados do Prodes, apresentados no mês passado. O Prodes mostrou que o desmatamento (corte raso) em 2008 foi estatisticamente igual ao de 2007: cerca de 12 mil km². O número de focos de calor (queimadas), porém, aumentou 48% no mesmo período - um claro indício de degradação em curso. Depois que as árvores maiores e de madeira nobre são retiradas, a floresta é quase sempre queimada diversas vezes antes de ser derrubada por completo. O fogo serve para “limpar” a área, reduzindo a quantidade de vegetação que precisa ser retirada para abertura de pastos e lavouras.

O Estado com a maior área de floresta degradada em 2008 foi Mato Grosso, com 12.534 km², seguido do Pará, com 7.708 km². No início do ano, o governo de Mato Grosso contestou os dados sobre desmatamento do Inpe, alegando que muitas das áreas computadas como “desmatadas” ainda tinham floresta. Uma avaliação de campo mostrou que a diferença referia-se, justamente, a áreas de degradação.

Inkra desapropria 1ª fazenda por escravidão – Thiago Reis e João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 18/12/2008

Pela primeira vez no país, o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) conseguiu concretizar a desapropriação de uma área sob o argumento de que nela foi realizada a prática de trabalho análogo à escravidão.

A fazenda Cabaceiras, que tem 10 mil hectares, fica em Marabá (PA) e é da família Mutran, tradicional no meio rural paraense. Entre 2002 e 2004, três ações do grupo móvel do Ministério do Trabalho resgataram 82 trabalhadores em situação tida como degradante.

Segundo proposta do Incra, os Mutran irão receber ao menos R\$ 21 milhões de indenização. Renata Dávila, subprocuradora-chefe do instituto, disse que o ideal seria a expropriação da terra (sem indenização). O valor ainda será alvo de negociação na Justiça.

Apesar de a decisão da Justiça Federal ser considerada por entidades que defendem os direitos humanos uma vitória histórica, a emissão de posse em favor do

Inkra só ocorreu após os Mutran terem desistido de um mandado de segurança deferido pelo STF (Supremo Tribunal Federal). O mandado suspendia os efeitos de um decreto presidencial de 2004 que ordenava a desapropriação.

Segundo Délio Mutran, um dos donos, a família desistiu da ação porque a fazenda está invadida há cerca de dez anos pelo MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Como já havia o decreto, criou-se um impasse jurídico, que impedia a reintegração de posse.

"Não queríamos [desistir]. Lá tem estrada, rio, nascentes, é uma terra fértil. Mas fazer o quê? O MST radicalizou", disse. Refutou a existência de trabalho degradante na área e disse que houve "exagero" nas blitze.

Contribuíram para a decisão da Justiça danos ambientais e a conclusão de que a terra era improdutiva -mesmo havendo, diz Délio Mutran, milhares de cabeças de gado e plantações de castanhas e seringueiras.

O Incra argumentou que a fazenda não cumpria sua função social, obrigação prevista na Constituição. O MST chamou a desapropriação de "conquista". José Batista, advogado da Comissão Pastoral da Terra, disse se tratar de "marco histórico".

Para família, valor de indenização é "ridículo" – Folha de São Paulo – Brasil – 18/12/2008

A indenização que será dada aos Mutran é alvo de polêmica. Para a família, o valor é "ridículo". Para os movimentos sociais, é um "prêmio" injusto.

Segundo Délio Mutran, os R\$ 21 milhões propostos pelo Incra são "ridículos".

Para ele, o que piora a situação é que, do total, R\$ 12 milhões serão descontados como compensação pelo desmatamento ilegal de uma área da propriedade. "As benfeitorias ali valem pelo menos três vezes isso", afirmou. "O dinheiro da indenização deveria dar, teoricamente, para comprar outra fazenda como a Cabaceiras. Onde vou fazer isso, com R\$ 9 milhões [valor já com o desconto]?", questionou Mutran.

Um perito contratado pela família Mutran tentará, no curso do processo, demonstrar que as casas, cercas e currais valem mais do que o proposto. Maria Raimunda César, da coordenação do MST no Pará, disse que, de qualquer forma, a indenização será um "prêmio".

"Foi constatado trabalho escravo, crime ambiental. Houve apropriação indevida de área da União e não foi cumprida a função social. Com tudo isso, a indenização termina sendo um prêmio para a família."

Para ela, o "governo brasileiro está pagando por uma terra que já é do povo brasileiro". O fato de os Mutran pedirem o triplo, disse Maria Raimunda, "mostra a postura de exploração [adotada pela família]".

Apesar de considerar que a família não devia "receber nada", ela disse que no acampamento 26 de março, montado na área, "o clima é de festa". "Mostra que valeu a pena. Foi construído um território de resistência, que acabou denunciando a problemática do trabalho escravo na região."

Agora, a invasão deve se tornar um assentamento. Amanhã, uma cerimônia na Cabaceiras com presença do presidente do Incra, Rolf Hackbart, e da governadora Ana Júlia Carepa (PT) lançará também a "pedra fundamental" de uma escola agrotécnica federal no local. **(JCM e TR)**

Crédito Fundiário é consolidado como política de acesso a terra – Sítio Eletrônico do MDA – 18/12/2008

Cerca de 3 mil famílias de agricultores familiares de Minas Gerais (MG) devem ser beneficiadas, em 2009, pelas ações do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). A estimativa é baseada nas quase mil propostas apresentadas no estado e que aguardam análise para obtenção de recursos do programa. O PNCF foi consolidado como mecanismo de acesso a terra, no início desse mês de dezembro, por meio de Decreto-lei assinado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Como estabelece o Decreto-lei, o PNCF, que complementa as ações de Reforma Agrária, passa a ser instrumento de política pública. Em 2008, 131 operações do Programa foram contratadas em MG. Esse número é quase o dobro das operações realizadas em 2007. Neste ano, mais de R\$ 7,4 milhões beneficiaram 216 famílias de trabalhadores rurais do estado. Desde o início das operações do PNCF em MG, em 2003, mais de 1,8 mil famílias foram contempladas, com investimentos da ordem de R\$ 37 milhões.

Antes do Programa, os empréstimos a trabalhadores rurais para investimento em infra-estrutura eram feitos com verbas do Banco Mundial, por meio de parceria firmada entre essa instituição e o Governo Federal. A nova medida determina que esses recursos sejam disponibilizados pelo Tesouro Nacional, assim como já acontecia com os empréstimos disponibilizados pelo Governo para aquisição de terras.

De acordo com o consultor do PNCF em MG, Juarez Lopes Pereira, um dos fatores positivos dessa decisão presidencial é o fato de o Programa deixar de ser um mecanismo provisório para funcionar como instrumento de política pública permanente. "Outra implicação, importante para o cenário nacional, é a demonstração de que o Brasil está se tornando autônomo", completa. O País passa, assim, a depender cada vez menos das instituições financeiras internacionais, como o próprio Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Sobre o PNCF - O Programa Nacional de Crédito Fundiário tem como foco as camadas mais necessitadas da população rural localizadas em bolsões de pobreza. A ação é direcionada a produtores rurais com acesso precário à terra e proprietários de minifúndios, organizados em associações legalmente constituídas, com renda familiar

anual inferior a R\$ 5,8 mil e patrimônio familiar inferior a R\$ 10 mil reais (sem considerar moradia).

As famílias beneficiárias recebem recursos reembolsáveis para aquisição de imóveis rurais e, concomitantemente, recursos não reembolsáveis para investimentos comunitários. O objetivo é apoiar a instalação das famílias, a implantação de infraestrutura comunitária e a capacitação dos beneficiários, com vistas a consolidação social e produtiva dos assentamentos, mediante a contratação direta de serviços e aquisição de bens, o que possibilita a sua rápida implementação.

O valor total que uma família pode receber varia de R\$ 12 mil a R\$ 40 mil, com base nas características do mercado de terras de cada microrregião. Adicionais e condições especiais são disponibilizados, ainda, para trabalhadores rurais do Semi-árido e para associações de jovens e mulheres. Outras informações no site www.creditofundiario.org.br.

“Frente à crise, nós vamos mostrar o novo modelo de desenvolvimento da Amazônia” – Agência Carta Maior – Clarissa Pont e Mauricio Thuswohl - 19/12/2008

BELÉM – A petista Ana Júlia de Vasconcelos Carepa começou na política como líder estudantil, na Universidade Federal do Pará. Arquiteta, passou a atuar no movimento sindical. Foi funcionária de carreira do Banco do Brasil e representante dos trabalhadores no Conselho Nacional da instituição. Em 1992, elegeu-se vereadora em Belém e quatro anos depois chegou à Câmara dos Deputados. Foi vice-prefeita de Belém do Pará em 1997 e depois deputada federal. Nas últimas eleições, Ana Júlia foi eleita governadora do Estado do Pará, depois de uma disputa acirrada. O Pará foi um dos Estados que recebeu auxílio de tropas federais para garantir a segurança da votação. Na última semana, surgiram denúncias de apreensão de cerca de 9.000 jornais apócrifos contra Ana Júlia, material que teria sido produzido pelo PSDB.

A algumas semanas da realização do Fórum Social Mundial 2009, na capital paraense, *Carta Maior* esteve em Belém e conversou com Ana Júlia. Para ela, a realização desta edição do encontro em um dos estados da Amazônia é “provar a sociedade que é possível sim um mundo mais justo, onde as pessoas possam realmente usufruir do produto da riqueza dos recursos naturais, mas sem precisar destruir o meio ambiente. Que a população possa se apropriar das nossas riquezas, até porque elas até então foram apropriadas por poucos”.

Carta Maior – *Qual a importância do Fórum Social Mundial na visibilidade das políticas públicas realizadas pelo Governo do Pará?*

Ana Júlia Carepa – Para nós, o Fórum é importante principalmente nesse momento em que se discute uma crise que tem origem exatamente nos países desenvolvidos. Para mostrar que é possível um novo modelo de desenvolvimento que nós, como governo, estamos fomentando na Amazônia. No estado mais populoso da Amazônia. Nós entendemos a importância de demonstrar nossas políticas públicas, mas sabemos que é mais importante fortalecer essa discussão dos movimentos sociais, de organização, de escolha de modelos de sociedade que queremos. Frente à crise, é importante discutir isso em plena Amazônia. O Fórum é fundamental politicamente também, porque nós

sabemos que existe essa disputa de visão, principalmente para o governo que tem que trabalhar com toda a sociedade.

Muitas vezes nós sofremos críticas porque trabalhamos especialmente pra uma parcela da sociedade. Para que essa parcela tenha acesso a políticas públicas que faltaram durante muitos anos, e também para que essa parcela possa ter acesso à informação e conhecimento da melhor qualidade. Para fazer essa disputa em termos de modelo é importante que os movimentos sociais estejam organizados e fortaleçam essa visão. Para provar à sociedade que é possível sim um mundo mais justo, onde as pessoas possam realmente usufruir do produto da riqueza dos recursos naturais, mas sem precisar destruir o meio ambiente. Que a população possa se apropriar das nossas riquezas, até porque elas, até então, foram apropriadas por poucos.

As nossas políticas públicas vão aparecer, como o Navega Pará, o Bolsa Trabalho que já recebeu prêmio como uma das melhores práticas em relação a nossa juventude. Segundo o Banco Mundial, é o melhor programa de capacitação de jovens em execução na América Latina. Nossa meta é atingir 120 mil jovens até 2010.

E o outro aspecto é o de receber as milhares de pessoas que poderão conhecer as belezas da Amazônia. O turismo que ajuda a gerar emprego e a distribuir renda será importante também. Nós vamos mostrar que não vai ser um caos, que vamos ter uma cidade com segurança. Belém não vai, em dois anos, conseguir superar todas as carências históricas que ela tem nem, mas o Governo do Estado deu passos significativos para que todos os investimentos que estamos fazendo possam ser apropriados pelas pessoas.

CM – *Em Porto Alegre, o Orçamento Participativo sempre foi um tema muito caro às discussões do Fórum. Quais experiências de democracia participativa o Pará tem para mostrar e debater durante este FSM?*

Ana Júlia – O Pará vai demonstrar o Planejamento Territorial Participativo (PTP), que é uma iniciativa semelhante ao Orçamento Participativo, mas é uma realização característica aqui do nosso estado, com uma forma diferenciada. Até porque a participação popular é um processo que se aperfeiçoa e se adapta à realidade de um local. Aqui, nós fomos aos 143 municípios do Estado do Pará e decidimos prioridades para o Plano Plurianual, que vão ser feitas ao longo de todo governo. Foram eleitos conselheiros em todas as regiões, nós temos 12 conselhos regionais e um estadual. Esses encontros dentro do PTP que vão fortalecer a participação popular e o controle social, que é uma coisa na qual a gente acredita muito, na participação democrática da sociedade na definição dos rumos da gestão.

CM – *Nas edições anteriores do FSM, em Porto Alegre, contou-se com o apoio da Prefeitura e, no primeiro ano, também do governo do Estado. Na Venezuela, o apoio era federal. Aqui, a realidade é nova. Como se dá essa relação entre o governo estadual, o governo federal e as outras prefeituras paraenses?*

Ana Júlia – A relação com o governo federal é excelente, foi nosso parceiro na organização e na concepção dos projetos necessários para que a cidade tivesse condições de receber o Fórum e de que ele acontecesse da forma mais bem estruturada possível. Com os municípios, eu diria que não foi tão simples. Eu espero que aconteça um empenho maior da Prefeitura de Belém, principalmente nas ações para a realização do Fórum. O que eu acho importante, e isso eu ouvi de uma das pessoas do Comitê Internacional, é que esse Fórum tem uma característica fundamental. Reconhece-se todo

o esforço feito em Porto Alegre, outros lugares do mundo não deram apoio nenhum. Na Venezuela, já foi o contrário, por pouco não se perde a autonomia. E o Comitê reconhece que aqui no Pará essa relação com os governos federal e estadual foi muito boa. Lógico, algumas tensões sempre acontecem, mas aqui existe um apoio sem necessariamente substituir a coordenação, até porque esse não é o nosso papel.

Nós vamos participar do Fórum de Autoridades Locais e não abrimos mão de mostrar as políticas públicas do nosso governo como uma alternativa. O Fórum chegou num momento decisivo, inclusive da existência dele. O encontro precisa dizer a que veio, mostrar para a sociedade como as coisas acontecem de forma concreta, as propostas de rumos, de como nós achamos que a sociedade deve se organizar, como o Fórum pensa as políticas públicas. Nós queremos fazer uma demonstração clara das nossas políticas públicas.

O nosso Um Bilhão de Árvores, por exemplo, é o maior programa de reflorestamento e recomposição florestal do planeta. Mostrar que é possível agregarmos valor aos nossos recursos naturais, como queremos fazer com o nosso minério, transformando nosso ferro em emprego, em desenvolvimento, em distribuição de renda. Nós somos a maior província mineral do mundo, produzimos ferro, mas esses empregos são gerados em outros países. Ora, é mais do que justo fazer com que esses empregos sejam gerados aqui no Estado do Pará. Nós não vamos abrir mão de mostrar isso pro Brasil e pro mundo. Pro mundo todo e pro Brasil.

CM – *Uma das grandes bandeiras deste governo é promover este desenvolvimento diferenciado. Como essa idéia se estrutura dentro das discussões do Fórum, ainda mais se pensarmos que a crise econômica será tema constante do encontro?*

Ana Júlia – Isso reforça a nossa política, a nossa visão de sociedade e o que nós incentivamos de desenvolvimento. Um desenvolvimento que depende menos dos centros financeiros do mundo, que funciona a partir dos nossos recursos naturais e da valorização deles. É isso que temos que mostrar ao mundo. Eu particularmente já estive na Inglaterra, a convite do Príncipe Charles e nos Estados Unidos a convite do governador da Califórnia, Arnold Schwarzenegger, para mostrar que é necessário aprovar uma compensação para que a população aqui possa fazer com que o desmatamento seja evitado. É a compensação pelo desmatamento evitado e isso é justo e legítimo. Porque as pessoas aqui precisam viver e precisam viver com dignidade, ter acesso à água, à habitação, saúde e moradia digna.

É mais do que justo que para que a floresta seja mantida em pé, as pessoas que vivem na floresta recebam por isso. Eles estão cuidando de um patrimônio que beneficia não só o povo do Pará, mas o povo do mundo. Nós estamos fomentando esse novo modelo de desenvolvimento, sabemos que precisamos ter muitos investimentos na área de infra-estrutura, transporte, saneamento e abastecimento de água. Mas não temos dúvida de que o caminho para termos um desenvolvimento com sustentabilidade social e ambiental é o melhor. A marca do nosso governo é a inclusão social. Estamos transformando esperanças e sonhos em realidade. Isso é fundamental e vamos mostrar que é possível.

CM – *Nesse sentido, qual a importância do Fórum de Autoridades Locais?*

Ana Júlia – A importância está na direção do próprio Fórum. Você realiza um evento como esse onde você traz autoridades municipais, estaduais, mas também do mundo

inteiro. E essa troca de experiências entre quem tem identidade com os princípios do Fórum é ótima, porque o mundo precisa conhecer coisas positivas. É importante que a gente fomente isso no imaginário da população, que a gente ganhe corações e mentes para mostrar que é possível um novo mundo. Que não é só essa governadora mulher, ousada, do PT que está fazendo isso, são pessoas pelo mundo inteiro. E o Fórum de Autoridades Locais vai ajudar na troca de experiências de participação popular e de democracia que podem avançar mais ainda na execução das políticas públicas.

CM – A imprensa tem publicado críticas sobre a organização do Fórum aqui. Alguns veículos da grande imprensa dizem, por exemplo, que o Governo Federal estaria “enterrando dinheiro” no Estado do Pará, como se o Fórum fosse um evento sem importância. O que a senhora pensa sobre a herança do FSM para a cidade?

Ana Júlia – Olha, dos R\$ 129 milhões, grande parte disso é do Governo Federal. Deste total, um volume de apenas R\$ 6 milhões não resultará em benefício direto para a população. São aqueles recursos para montar palco, fazer iluminação, ou seja, é uma parcela muito pequena. Todo o restante vai ficar para o povo do Pará e para a população que mais precisa. Talvez essa imprensa maledicente ache que não haja necessidade de investir no povo pobre. Para que enterrar dinheiro no Estado do Pará? Essa é uma concepção preconceituosa mesmo. Todo esse recurso vai ficar como saneamento, drenagem, pavimentação, iluminação pública, habitação. É um benefício imenso para a sociedade do entorno. Isso só o investimento direto no Fórum. Os recursos do PAC no entorno chega a R\$ 368 milhões que vão mudar a vida de todas as pessoas que moram nessa região. Eu quero dizer que o povo do Pará agradece esses recursos e nós vamos mostrar ao Brasil e ao mundo como isso vai ser benéfico para a população que mais precisa.

Sob fogo amigo e inimigo, Incra perde poder - Roldão Arruda – Estado de São Paulo
– Nacional – 21/12/2008

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) está fechando o ano numa área de sombras. De um lado deve registrar um baixo índice de assentamentos - provavelmente o pior dos seis anos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. De outro, contabiliza um altíssimo índice de ataques e críticas.

O fogo parte tanto de dentro do governo - o chamado fogo amigo - quanto de forças externas. Um exemplo de fogo amigo é a campanha do ministro Mangabeira Unger, da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos, para retirar das asas do Incra todos os assuntos fundiários relativos à região amazônica. O assunto está em pauta desde março, quando se falou na criação do Instituto de Regularização Fundiária da Amazônia; e até hoje o Planalto não o desautorizou completamente. A ministra Dilma Rousseff, que analisa o tema, não descarta a possibilidade de enxugar o Incra.

Um exemplo de fogo inimigo é o que parte da influente Frente Parlamentar Ruralista. Seus integrantes desejam a todo custo empurrar o Incra para fora da questão da demarcação de terras de remanescentes de quilombos. O líder da frente, deputado Valdir Colatto (PMD-SC), já se reuniu mais de uma vez com representantes da Advocacia Geral da União, em busca de uma fórmula que permita afastar o instituto. Ele tenta convencer até o ministro Edson Santos, da Igualdade Racial - que não se nega

a ouvi-lo. “O Incra trata a questão de um ponto de vista puramente ideológico. Só vê um lado da questão”, diz Colatto. “É uma entidade desgovernada, controlada pelo Movimento dos Sem-Terra.”

O MST possui, de fato, influência no Incra. Mas isso não impede seus líderes e representantes intelectuais de também atacarem a instituição. Um desses intelectuais, o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, da USP, tem repetido que o Incra, depois de receber autorização do presidente para titular diretamente, sem licitação, propriedades da Amazônia Legal com até 15 mil hectares, passou a favorecer o que chama de agrobandidismo. “O governo está vendendo ao agronegócio/agrobandidismo mais de 50 milhões de terras públicas do Incra na Amazônia que deveriam ser reservadas para a reforma agrária”, escreveu o professor.

Para escurecer mais o céu do Incra, aumentaram as denúncias de corrupção e de irregularidades no seu interior. Na sexta-feira, após anunciar o desbaratamento de uma quadrilha de fraudadores de processos de desapropriações de terras, instalada no coração da superintendência do Incra do Mato Grosso do Sul, o procurador da República no Estado, Mário Avelar, não conseguiu conter seu desabafo. “Há uma ingovernabilidade caótica na gestão desses assentamentos”, afirmou.

O ministro Guilherme Cassel, titular do Ministério do Desenvolvimento Agrário, ao qual está subordinado o Incra, considera as críticas exageradas ou despropositadas. Por outro lado, acredita que o Incra continuará à frente dos negócios fundiários da Amazônia e da demarcação das terras de quilombolas. “Se o instituto sair, a demarcação pára”, diz ele. Ainda segundo Cassel, todas essas polêmicas estão ajudando a fortalecer o ministério e sua autarquia. “Em todos os momentos o presidente Lula tem nos dado apoio.”

Chico Mendes – Marina Silva - Folha de São Paulo – Opinião – 21/12/2008

VINTE ANOS sem Chico Mendes, assassinado em Xapuri no dia 22 de dezembro de 1988, aos 44 anos. O país, ainda embalado pela Constituição recém-aprovada, primeira a reconhecer a proteção do meio ambiente como dever do Estado e direito e dever dos cidadãos, via repercutir no mundo inteiro a notícia da morte do seringueiro que ousara liderar um movimento para evitar a destruição da Amazônia. Nestes vinte anos, expandiu-se muito o espaço das preocupações ambientais no planeta. Hoje, Chico Mendes seria um entre tantos a enfrentar a resistência dos que teimam em esquivar-se de inescapáveis mudanças no estilo de desenvolvimento predador ainda dominante. E por que Chico foi tão especial? Porque se antecipou ao tempo e deu coordenadas, com clareza e simplicidade, para aspirarmos a uma era de maior convergência entre crescimento econômico, justiça social e respeito a limites no uso dos recursos naturais. Porque foi um líder profundamente comprometido com valores e original na ação.

Há quem esteja tão à frente, pela intuição, pela sabedoria, pela capacidade de se ver em muitos, que vai varando o tempo e alcança o futuro no presente. E aqueles que antecipam o tempo nunca o fazem impunemente. Mandela, Ghandi, Luther King

pagaram o preço. Chico Mendes também pagou. Parece que essa capacidade antecipatória tem sempre efeito avassalador, tanto para provocar incompreensão quanto para despertar consciências ou, ainda, para abreviar a vida de quem se transforma em antena do mundo e da humanidade.

Chico viveu tudo o que suas circunstâncias permitiram e seus ideais pediram. Tinha uma visão horizontal, inclusiva, quase feminina da política. Preferia a negociação à disputa, a conversa ao conflito, a aliança ao protagonismo exclusivista, mas assumiu radicalmente todas as confrontações necessárias, até a final, com a sua própria morte tão anunciada. E ganhou, sobrevivendo a ela. Como diz Lacan, o sentido só aparece depois. No caso de Chico, apareceu plenamente após sua morte, porque a antecipação só pode mesmo ser percebida depois. Pessoas como ele são realizadoras de sonhos, de esperança, alimentadoras de novos processos. Se "tudo que é sólido desmancha no ar", elas nos dizem que tudo que é sólido se sustenta nos sonhos.

Quando vivo, acusavam-no de ser contra o desenvolvimento da Amazônia, de fazer "o jogo dos americanos". Hoje, seu discurso é a sustentação para o discurso de todos, sinceros e insinceros, que tentam seguir carreira política, fazer investimentos ou implantar projetos na região.*contatamarinasilva@uol.com.br

Filha de Chico Mendes vê vitória de desmatadores – Matheus Pichonelli e João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 21/12/2008

Vinte anos após a morte de Chico Mendes, Elenira Mendes, 24, filha do seringueiro, afirma que os desmatadores que patrocinaram o assassinato de seu pai, em 22 de dezembro de 1988, seguem vencendo a "queda de braço" na Amazônia. "Com certeza eles ganharam na época. Hoje o cenário é diferente, mas ainda estamos perdendo a queda de braço", afirma ela. "Foram criadas as reservas [extrativistas], sonho do meu pai, mas esbarramos em outro problema: como, dentro das reservas, pessoas vão sobreviver dignamente sem precisar destruir?", questiona. Elenira tinha quatro anos quando ocorreu o crime, em Xapuri (AC). Hoje, preside a ONG Instituto Chico Mendes e se dedica a projetos de educação ambiental para a região.

A criação de reservas extrativistas, para uso comum na floresta, era defendida por Chico Mendes, que se opunha à divisão das terras em lotes e cercas. "Hoje os bois tomaram conta das reservas", lamenta ela.

Em setembro, a **Folha** revelou que a área desmatada na unidade de conservação federal que leva o nome do seringueiro cresceu 11 vezes desde 1988 e chegou a 6,3% da reserva, que tem atualmente cerca de 10 mil cabeças de gado. Segundo o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), há um plano para que, até 2010, a área seja só extrativista.

Mudança - Em 20 anos, Chico Mendes, que hoje dá nome ao instituto do governo federal responsável pela administração das unidades de conservação

ambientais, já foi tema de livros, teses, filmes e músicas. Elenira diz, porém, que só se deu conta da importância do pai depois dos 18 anos, quando uma tia deu a ela uma foto com uma dedicatória escrita por Mendes: "És a vanguarda da esperança. Elenira, darás continuidade um dia à luta que teu pai não conseguirá vencer".

"Até então, tinha resistência em relação à questão ambiental, uma coisa ligada à morte dele. Mas ler aquilo me fez perceber que precisava me envolver", afirma Elenira, formada em administração e que se especializou em gestão de recursos ambientais. A filha do seringueiro conta que Mendes está prestes a se tornar também personagem de histórias em quadrinhos, o "Chiquinho". Para janeiro, diz, está previsto o lançamento de uma revista de Ziraldo.

Ela diz que Mendes teria hoje "grande projeção política", mas provavelmente estaria filiado ao PV -ele foi fundador do PT no Acre, Estado governado há quase dez anos pela sigla. Neste mês, o ativista foi anistiado pela perseguição sofrida durante o regime militar por conta de suas atividades sindicais, quando foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional por "incitar atentado contra a paz".

A viúva de Mendes recebeu R\$ 337,8 mil de indenização e uma pensão vitalícia de R\$ 3.000. A decisão, em meio às homenagens ao líder, ocorre no momento em que o fazendeiro Darly Alves da Silva, condenado como mandante do assassinato, passou a cumprir pena em regime domiciliar. Elenira diz que a possibilidade de encontrar com Darly causa desconforto, embora a tensão não seja a mesma da vivida pela família em 1988. "Tenho de aprender a conviver com isso."

Condenado por assassinato de Mendes vive drama, diz advogado – Folha de São Paulo – Brasil – 21/12/2008

Condenado a 19 anos de prisão pela morte de Chico Mendes, Darly Alves da Silva, 72, mandante do crime, está rico e fora da prisão, mas vive um drama pessoal, segundo seu advogado, Heitor Andrade Macedo.

O advogado diz que há um mês um filho que Darly teve fora de seus dois casamentos e que morava no Pará entrou em sua fazenda em Xapuri (AC) e matou a atual mulher do pai com um tiro de espingarda. "O menino tinha raiva. Achava que o pai nunca tinha cuidado dele, e viu que o Darly estava muito bem de vida", diz Macedo. O rapaz confessou o crime e está preso em Rio Branco.

Darly, condenado por outros dois crimes que somam 31 anos de prisão, segundo o Tribunal de Justiça do Acre terá direito a cumprir a pena em regime semi-aberto a partir de janeiro.

Já Darci, filho de Darly e condenado pelo assassinato, hoje mora em Medicilândia (PA), onde cuida de outra fazenda do pai. A Folha não o localizou.

Trabalho escravo resiste e Brasil liberta 4.418 pessoas em um ano – Ricardo Brandt
– Estado de São Paulo – Nacional – 22/12/2008

Cinco anos após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançar o primeiro Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo - em que previa acabar com o problema até 2006 -, a exploração da mão-de-obra escrava no campo ainda é uma realidade. Em 2008, foram libertadas no Brasil 4.418 pessoas que eram mantidas em condições de trabalho análogas à escravidão, segundo números fechados na última semana pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Passados 120 anos da abolição da escravatura, os fazendeiros modernos não usam mais correntes, mas continuam escravagistas por cassarem a liberdade dos trabalhadores. O artigo 149 do Código Penal é claro ao definir como condições de trabalho análogas à escravidão aquelas em que a vítima for submetida a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, seja sujeitando-a a condições degradantes de trabalho, seja restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador.

Os números do MTE mostram libertações de pessoas escravizadas em 18 Estados. A maior concentração ocorreu onde houve forte expansão da cultura da cana, como em Goiás e Alagoas, e no Pará, historicamente o maior foco do problema. Em números absolutos, Goiás liderou a lista: foram 867 encontrados, em 7 fazendas. Alagoas, que até então não figurava na relação, ficou em terceiro, com 656 libertados. Nesses Estados, a cultura de cana teve forte expansão, movida pela política de incentivo ao etanol do governo Lula. No Pará, onde a maioria dos casos está relacionada à pecuária e à expansão da fronteira agrícola, foram 703 casos, em 73 propriedades.

Um quadro comparativo produzido pela Divisão de Fiscalização e Erradicação do Trabalho Escravo evidencia como cresceu o percentual de casos nos canaviais, em relação a outras culturas. Em 2003, de 5.223 pessoas resgatadas no País, 11,4% estavam em plantações de cana. Em 2005, a participação foi a 32,7%, mas voltou a cair em 2006, para 8,4%. Em 2007 e 2008, quando ficaram visíveis os primeiros resultados da política de incentivo ao etanol, os casos ultrapassaram 50%, em relação ao quadro geral. Os números são de libertações, desconsiderando a proporção em relação ao total de trabalhadores em cada setor.

A secretária nacional de Inspeção do Trabalho, do MTE, Ruth Villela, responsável pelos Grupos Móveis de Fiscalização, admite que há relação com o avanço da cana. “Como o setor está em fase de expansão, precisamos ver se o Estado não está financiando indiretamente esse tipo de trabalho análogo à escravidão.” Ela, porém, diz que o principal motivo do aumento é outro. Houve “intensificação”, segundo ela, de blitz em canaviais e usinas.

O procurador do Trabalho Jonas Ratier Moreno, coordenador das ações de combate ao trabalho escravo, lembra que o “comportamento ético nas relações de trabalho é uma exigência internacional” e acaba sendo usado em discursos que visam bloquear a entrada de produtos brasileiros no exterior. Em julho, a União Européia tentou condicionar a abertura do mercado ao etanol brasileiro ao compromisso de que a produção é ambientalmente sustentável e não usa trabalho escravo.

COMPARATIVO - Desde 1995, quando foi criado o Grupo Móvel de Fiscalização, 32.185 trabalhadores em condições de escravidão foram resgatados. Em 22.710 autuações, num total de 2.121 fazendas visitadas, foi obtido o pagamento de R\$ 46,4 milhões em indenizações. Os grupos móveis são compostos por auditores fiscais do MTE, procuradores, além de agentes e delegados da Polícia Federal. Existem, hoje, nove grupos.

Em 2008, apesar de o número de operações ter aumento (foram 125), o total de pessoas flagradas em condições de escravidão caiu em relação a 2007, quando a marca atingiu o recorde histórico: 5.999. A retração não significa queda dos casos. Nem o aumento das libertações, notado mais claramente a partir de 2003, indica maior incidência de casos. “Não podemos usar o número de libertações como parâmetro. Eles estão relacionados ao número de operações e descobertas de casos”, diz Ruth Villela. “Eu, particularmente, ainda acredito que seja possível acabar definitivamente com o trabalho escravo no Brasil”, diz a secretária. Tanto ela, como especialistas e procuradores ressaltam, porém, que sem punições mais severas e investimentos em educação e combate à miséria, o problema não vai acabar. “Daqui a 15 anos ainda teremos esses números, se não atacarmos a origem do problema”, diz Moreno.

Ruralistas negam escravidão e criticam governo - Ricardo Brandt – Estado de São Paulo – Nacional – 22/12/2008

Representante dos ruralistas e das usinas de cana do País criticaram a atuação do Grupo Móvel de Fiscalização e disseram que o trabalho nas fazendas “radicaliza” e transforma “meras falhas trabalhistas em crime”. O presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antonio Nabhan Garcia, afirmou que “alguns setores do governo Lula têm ódio dos setores produtivos”. “Pode ser que alguns casos existam irregularidades trabalhistas, mas essa coisa de escravo não existe.” O diretor de comunicação da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica), Adhemar Altieri, disse que o trabalho do Grupo Móvel transforma as operações em “espetáculos, condenando inocentes”. Segundo ele, a cana emprega 900 mil pessoas no País e os problemas foram identificados em 0,2%. “É uma farsa dizer que a cana é o maior problema. Eles focam as operações no setor”.

Sem punição a infratores, situação não irá melhorar, apontam especialistas – Ricardo Brandt – Estado de São Paulo – Nacional – 22/12/2008

Especialistas e autoridades que atuam no combate ao trabalho escravo apontam que, sem punição aos exploradores desse tipo de mão-de-obra, não haverá redução dos casos. Atualmente, as penas aplicadas aos infratores são baseadas no artigo 149 do Código Penal, que prevê de um a três anos de prisão, e na “lista suja”, do Ministério do Trabalho e Emprego, que pune exploradores reincidentes com restrições de crédito.

A peça fundamental para punir os exploradores está prevista Proposta de Emenda Constitucional 438/2001, conhecida como PEC do Trabalho Escravo, que está

parada desde 2004 na Câmara. Apresentada em 1999 pelo então senador Ademir Andrade (PSB-PA), ela altera o artigo 243 da Constituição, prevendo o confisco de propriedades, sem direito à indenização, em casos de exploração de mão-de-obra escrava.

A proposta, que gerou a criação de uma Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, no Congresso, prevê que as propriedades confiscadas serão destinadas à reforma agrária. Em agosto de 2004, 326 deputados aprovaram a PEC em primeiro turno. A aprovação aconteceu em meio a cobranças pelo assassinato de três auditores fiscais e um motorista do Ministério do Trabalho, em Unaí (MG), em janeiro daquele ano.

“A intenção da PEC é atacar esse pilar do sistema capitalista, que é o direito à propriedade. Você pode ser o dono da terra, mas tem que ser responsável pelo que acontece nela”, disse a secretária nacional de Inspeção do Trabalho, Ruth Villela. Mas boa parte dos deputados que votaram a favor da PEC e que integram a “bancada ruralista” tem trabalhado para que a medida não vá novamente a plenário.

O presidente da Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, senador José Nery (PSOL-PA), disse estar ciente das dificuldades. O episódio ocorrido em 2007 na cidade de Ulianópolis (PA) é um exemplo. O Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho libertou 1.064 pessoas submetidas a condições análogas a escravidão em uma fazenda. A operação provocou críticas de senadores que formaram uma comissão para investigar abusos na fiscalização. Em protesto, o grupo suspendeu então suas operações.

Pará tem maior número de casos no País desde 95 – Ricardo Brandt – Estado de São Paulo – Nacional – 22/12/2008

O Pará é o Estado recordista em casos de trabalho escravo. O procurador criminal Ubiratan Cazetta, que tem atuado na área, afirma que a maior parte dos casos está associada à expansão da fronteira agrícola e à ausência do Estado. Dos 32.185 trabalhadores resgatados desde 1995 em condições de escravidão em todo País, 10.669 estavam em propriedades paraense, o equivalente a 33%.

Em 2008, fora apresentadas à Justiça 69 denúncias criminais por trabalho escravo - o município de São Félix do Xingu foi o que teve maior número de denúncias. Em 2007, procuradores denunciaram 58 casos de trabalho escravo.

Há poucos registros de condenação. Uma delas é a do fazendeiro Gilberto Andrade, proprietário de terras entre o Pará e o Maranhão, condenado a 14 anos de prisão. Em uma das mais de quatro vezes que foi flagrado, Andrade foi acusado de torturar um trabalhador com ferro quente de marcar gado para puni-lo por reclamações quanto à qualidade da comida e à falta de pagamento.

Assentamento toma lugar de trabalho escravo no Pará – Sítio Eletrônico do MDA – 22/12/2008

O quilômetro 30 da rodovia PA-150 foi palco de um momento histórico na sexta, 19 de dezembro. Cerca de mil pessoas - entre representantes do Incra e de movimentos sociais, assentados e políticos – testemunharam a criação de um assentamento da reforma agrária em fazenda desapropriada porque mantinha trabalho escravo em pleno século 21. O Assentamento 26 de Março substitui o castanhal Cabaceiras, primeira fazenda do País desapropriada para fins de reforma agrária por trabalho escravo, por ser improdutiva e ainda por não respeitar o meio ambiente.

Agora, os 9.700 hectares da propriedade vão abrigar 200 famílias de agricultores familiares, uma área de preservação ambiental e a Escola Agrotécnica Federal de Marabá. A instituição funcionará em sistema de internato e atenderá os agricultores que vivem no sul e no sudeste do Pará, mas como será uma escola pública federal poderá receber estudantes de todo o Brasil.

A cerimônia de criação do assentamento e lançamento da pedra fundamental da Escola contou com a presença do presidente do Incra, Rolf Hackbart, e da governadora paraense, Ana Júlia Carepa, que assinou o termo de licenciamento ambiental do local. A Licença Prévia, expedida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), aprova a localização, concepção e viabilidade ambiental do projeto.

Aos assentados, Hackbart garantiu que todos os recursos necessários para desenvolver o local estão à disposição: habitação, infra-estrutura, créditos, Ates (assistência técnica) e educação. “Desde que vocês se organizem, desde que discutam o que produzir, como produzir, para quem vender, e desde que o modelo de agricultura que vocês desenvolvam seja o da produção de alimentos limpos. Temos R\$ 5 milhões para este assentamento, vocês topam esse acordo? Então vamos trabalhar”, propôs o presidente diante de uma multidão vibrante.

Os trabalhadores também puderam comemorar a assinatura de um convênio do Incra com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) do Pará. A partir do investimento de R\$ 12 milhões em três anos, 7 mil famílias de 74 assentamentos do sul e sudeste do Pará, vão receber serviços de Assistência Técnica Social e Ambiental, os planos de desenvolvimento e de recuperação dos assentamentos. Assim, poderão planejar a melhor distribuição logística de todos os espaços desses assentamentos; organizar a produção, o escoamento e a venda dos produtos agropecuários; e ainda assegurar a recuperação das áreas degradadas pelos antigos proprietários.

Sobre o lançamento da pedra fundamental da Escola Agrotécnica, o presidente do Incra salientou a importância de se localizar dentro de um assentamento e afirmou que conta com apoio da nova instituição para uma educação voltada à agroecologia e à produção de alimentos limpos. Para Hackbart, a Reforma Agrária é a grande saída para a produção de alimentos. Segundo ele, a direção da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) garantiu a compra de toda a produção dos assentamentos. Desde que seja limpa”, reiterou.

Léguas Patrimoniais - Na mesma solenidade, foi assinado o protocolo de doação de léguas patrimoniais para o município de Canaã dos Carajás. As léguas patrimoniais são terras que a Coroa Portuguesa mantinha quando o Brasil pertencia a Portugal. Com a independência, permaneceram em nome da União e nunca foram destinadas. Agora, os processos de transferência só aguardam a simplificação das leis para que o Incra possa entregar, nos próximos três anos, as léguas patrimoniais de 436 municípios da Amazônia Legal. A doação aos municípios permitirá que as prefeituras cobrem impostos e executem outras ações urbanas, além de abrir caminho para que cada morador obtenha o documento de propriedade. “Tudo isso desde que a prefeitura, a câmara municipal e a comunidade elaborem o Plano Diretor”, alertou Hackbart.

Pronera - À noite, o presidente do Incra participou da colação de grau da primeira turma de engenheiros agrônomos formada pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) no sul e sudeste do Pará. Hackbart pediu aos novos agrônomos que se empenhem na questão agroecológica. Foram 37 formandos de assentamentos do Pará, Maranhão e Tocantins. Três assentados são moradores do Assentamento 26 de Março. As turmas do Pronera se caracterizam por estudarem sob o método da alternância: a cada período de estudos, retornam para seus assentamentos, trabalham no que aprenderam e voltam para um novo período de aprendizado.

Trabalho escravo resiste e Brasil liberta 4.418 pessoas – Sítio Eletrônico do MST – 22/12/2008

Cinco anos após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançar o primeiro Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo - em que previa acabar com o problema até 2006 -, a exploração da mão-de-obra escrava no campo ainda é uma realidade. Em 2008, foram libertadas no Brasil 4.418 pessoas que eram mantidas em condições de trabalho análogas à escravidão, segundo números fechados na última semana pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Passados 120 anos da abolição da escravatura, os fazendeiros modernos não usam mais correntes, mas continuam escravagistas por cassarem a liberdade dos trabalhadores. O artigo 149 do Código Penal é claro ao definir como condições de trabalho análogas à escravidão aquelas em que a vítima for submetida a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, seja sujeitando-a a condições degradantes de trabalho, seja restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador.

Os números do MTE mostram libertações de pessoas escravizadas em 18 Estados. A maior concentração ocorreu onde houve forte expansão da cultura da cana, como em Goiás e Alagoas, e no Pará, historicamente o maior foco do problema. Em números absolutos, Goiás liderou a lista: foram 867 encontrados, em 7 fazendas. Alagoas, que até então não figurava na relação, ficou em terceiro, com 656 libertados. Nesses Estados, a cultura de cana teve forte expansão, movida pela política de incentivo ao etanol do governo Lula. No Pará, onde a maioria dos casos está relacionada à pecuária e à expansão da fronteira agrícola, foram 703 casos, em 73 propriedades.

Um quadro comparativo produzido pela Divisão de Fiscalização e Erradicação do Trabalho Escravo evidencia como cresceu o percentual de casos nos canaviais, em relação a outras culturas. Em 2003, de 5.223 pessoas resgatadas no País, 11,4% estavam

em plantações de cana. Em 2005, a participação foi a 32,7%, mas voltou a cair em 2006, para 8,4%. Em 2007 e 2008, quando ficaram visíveis os primeiros resultados da política de incentivo ao etanol, os casos ultrapassaram 50%, em relação ao quadro geral. Os números são de libertações, desconsiderando a proporção em relação ao total de trabalhadores em cada setor.

A secretária nacional de Inspeção do Trabalho, do MTE, Ruth Villela, responsável pelos Grupos Móveis de Fiscalização, admite que há relação com o avanço da cana. "Como o setor está em fase de expansão, precisamos ver se o Estado não está financiando indiretamente esse tipo de trabalho análogo à escravidão." Ela, porém, diz que o principal motivo do aumento é outro. Houve "intensificação", segundo ela, de blitz em canaviais e usinas.

O procurador do Trabalho Jonas Ratier Moreno, coordenador das ações de combate ao trabalho escravo, lembra que o "comportamento ético nas relações de trabalho é uma exigência internacional" e acaba sendo usado em discursos que visam bloquear a entrada de produtos brasileiros no exterior. Em julho, a União Européia tentou condicionar a abertura do mercado ao etanol brasileiro ao compromisso de que a produção é ambientalmente sustentável e não usa trabalho escravo.

COMPARATIVO - Desde 1995, quando foi criado o Grupo Móvel de Fiscalização, 32.185 trabalhadores em condições de escravidão foram resgatados. Em 22.710 autuações, num total de 2.121 fazendas visitadas, foi obtido o pagamento de R\$ 46,4 milhões em indenizações. Os grupos móveis são compostos por auditores fiscais do MTE, procuradores, além de agentes e delegados da Polícia Federal. Existem, hoje, nove grupos.

Em 2008, apesar de o número de operações ter aumento (foram 125), o total de pessoas flagradas em condições de escravidão caiu em relação a 2007, quando a marca atingiu o recorde histórico: 5.999. A retração não significa queda dos casos. Nem o aumento das libertações, notado mais claramente a partir de 2003, indica maior incidência de casos. "Não podemos usar o número de libertações como parâmetro. Eles estão relacionados ao número de operações e descobertas de casos", diz Ruth Villela.

"Eu, particularmente, ainda acredito que seja possível acabar definitivamente com o trabalho escravo no Brasil", diz a secretária. Tanto ela, como especialistas e procuradores ressaltam, porém, que sem punições mais severas e investimentos em educação e combate à miséria, o problema não vai acabar. "Daqui a 15 anos ainda teremos esses números, se não atacarmos a origem do problema", diz Moreno.

Sem-terra deixam fazenda em Serrana – Estado de São Paulo – Nacional – 23/12/2008

Cerca de 120 policiais militares cumpriram ontem a reintegração de posse de área da Fazenda Martinópolis, em Serrana, região de Ribeirão Preto, ordenada pela Justiça. Cerca de 80 famílias ligadas ao Movimento dos Sem-terra (MST), havia ocupado a área no dia 6, para reivindicá-la para um novo assentamento. O MST entende que a área pertence ao Estado, pois está penhorada desde 1986, e estaria sendo usada irregularmente no plantio de cana-de-açúcar. Não houve resistência dos sem-terra, que deixaram o local no fim da tarde.

Reportagem da nossa edição de segunda-feira dava conta de que, em um ano, 4.418 pessoas que se encontravam em condições consideradas, pelas autoridades, de trabalho escravo foram localizadas e, por assim dizer, “libertadas”.

Desde 2005, quando o presidente Lula lançou o primeiro Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, pretendendo eliminar o problema até 2006, nada menos que 32.185 trabalhadores rurais foram encontrados nessas condições, o que levou a 22.700 autuações, num valor de R\$ 46,4 milhões em indenizações e multas.

Há de se reconhecer aí um anacronismo inteiramente incompatível com a modernização das relações de trabalho no Brasil e que já levou o País ao extraordinário nível de produtividade alcançado, inclusive no agronegócio.

O escravismo “moderno”, vigente 120 anos depois de decretada a Abolição, é definido pelo artigo 149 do Código Penal e se caracteriza por situações em que a pessoa é submetida a trabalhos forçados ou a jornadas exaustivas, a condições degradantes de atividade ou a restrições, por quaisquer meios, no ir-e-vir em razão de dívida contraída com o empregador. É aí que precisamos ponderar se, nas 741 operações de fiscalização realizadas pelo Ministério do Trabalho, não houve qualquer extrapolação do enquadramento legal e criminalização de simples infrações administrativas, de natureza trabalhista. No meio rural a falta de registro em carteira, por exemplo é sem dúvida uma infração trabalhista - mesmo levando em conta as distâncias e as dificuldades em tirar documentação, o que cabe ao próprio trabalhador -, mas nem sempre tem a ver com trabalho escravo ou análogo ao de escravos.

Outra ponderação a fazer é a respeito de uma certa prevenção contra o setor canavieiro. É certo que 29,5% dos trabalhadores que foram encontrados pelas autoridades naquelas condições de trabalho consideradas análogas à dos escravos estavam em lavouras de cana. Também é certo que um quadro comparativo produzido pela Divisão de Fiscalização e Erradicação do Trabalho Escravo evidencia que cresceu o percentual de casos nos canaviais, em relação a outras culturas. Em 2003, 11,4% das 5.223 pessoas ditas “resgatadas” estavam em plantações de cana. Em 2005 esse percentual saltou para 32,7% e em 2007 e 2008, quando se tornaram visíveis os primeiros resultados da política governamental de incentivo ao etanol, os casos ultrapassaram 50% em relação ao quadro geral. Mas, há que se levar em conta que a expansão das lavouras canavieiras nos Estados - e Goiás é um bom exemplo disso - também atraiu um número proporcionalmente maior de operações de fiscalização. Quer dizer, parece que as lavouras canavieiras, na medida em que se tornaram alvos preferenciais dos fiscais, passaram a contribuir com um número maior de casos.

Representantes de entidades ruralistas e das usinas de cana criticam a atuação do Grupo Móvel de Fiscalização, afirmando que este “radicaliza” e “transforma meras falhas trabalhistas em crime”. De outro lado, as autoridades e os especialistas que atuam no combate ao trabalho escravo reclamam porque está parada na Câmara dos Deputados, desde 2004, a Proposta de Emenda Constitucional (chamada PEC do Trabalho Escravo), apresentada em 1999 pelo então senador Ademir Andrade (PSB-PA), que altera o artigo 243 da Constituição, prevendo o confisco de propriedades, sem direito à indenização, em casos de exploração de mão-de-obra escrava. Em agosto de

2004, 326 deputados aprovaram essa PEC em primeiro turno, mas a questão ficou nisso. Infere-se daí que a situação do trabalho escravo no Brasil exige uma punibilidade mais rigorosa e uma definição mais precisa, que ainda não encontram respaldo nas leis.

A questão é polêmica, sem dúvida, e há que se considerar também as dificuldades de fiscalização das propriedades rurais espalhadas pelo imenso território nacional. Mas não é possível aceitar que, de qualquer modo, uma situação de vil exploração da mão-de-obra rural perdure - tanto pela imagem que o Brasil pretende fazer respeitar no exterior quanto pela que temos que ter de nós mesmos.

Uma revolução no campo – Edison Lobão – Folha de São Paulo – Opinião – 26/12/2008

LANÇADO EM novembro de 2003, o programa Luz para Todos tem sido, para milhões de brasileiros, um dos principais instrumentos de inclusão social e conquista de cidadania. Sua meta inicial era promover 2 milhões de ligações no meio rural, beneficiando 10 milhões de pessoas que, segundo o Censo 2000 do IBGE, não dispunham de energia elétrica em suas casas. Tratava-se de famílias constituídas, em média, por cinco pessoas, povoando as regiões mais pobres do país e com renda média de três salários mínimos.

Para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, virou questão de honra levar energia elétrica a esses brasileiros que nem sequer tinham idéia dos benefícios que mudariam radicalmente suas vidas. Hoje, cinco anos depois, o programa Luz para Todos revolucionou a vida de mais de 9 milhões de pessoas no meio rural. Coordenador do programa, o Ministério de Minas e Energia compartilha da felicidade daqueles que, pela primeira vez, podem iluminar suas casas, congelar alimentos e ver televisão, por exemplo.

Os números do programa Luz para Todos são extraordinários. Em outubro deste ano, 90% da meta de 2 milhões de ligações já fora alcançada. No entanto, a cada passo do programa, surgem novas demandas. E o cadastramento de mais 1 milhão de famílias representa um novo desafio.

Para que esses brasileiros também tenham energia elétrica em suas casas, o presidente Lula prorrogou o programa até o final de 2010. A diferença entre o Luz para Todos e os programas anteriores que pretendiam oferecer os mesmos benefícios está no acesso gratuito da energia elétrica. E com um pouco mais. O programa fornece o padrão de entrada da energia, um conjunto interno composto de três lâmpadas e duas tomadas, também sem despesas para o novo consumidor. A família pagará apenas a conta de luz do consumo mensal. Isso porque estamos falando de um programa de eletrificação rural ou, mais que isso, um programa de inclusão social, seguramente o maior de que se tem notícia no mundo.

Hoje, habitantes de antigos quilombos, populações indígenas, moradores de assentamentos, atingidos por barragens e muitos outros brasileiros que antes eram privados de benefícios sociais desfrutam o direito de ter suas residências abastecidas com eletricidade.

O programa Luz para Todos vai além. Tornou-se instrumento de integração social e melhoria econômica das comunidades atendidas. É a revolução virtuosa no campo. Melhora a qualidade de vida das pessoas, oferece confortos até então não experimentados, facilita oportunidades de obtenção de mais saúde e segurança. As oportunidades de trabalho e renda se multiplicam, com agregação de valores na produção, comercialização e conservação dos produtos rurais de origem vegetal e animal.

Pequenas oficinas e indústrias surgem inspiradas por criatividades adormecidas, com o conseqüente uso de equipamentos rurais, como tanques para resfriamento de leite, refrigeradores para conservação de pescados e bombas d'água para irrigação. A informação também avança, com aquisições de televisores e aparelhos de informática. Tudo isso gera desenvolvimento sustentável, induzindo o retorno e a permanência das famílias no campo, com alívio do impacto que o êxodo rural descontrolado causava nos centros urbanos.

Outro aspecto positivo reside na movimentação do segmento industrial de materiais elétricos, na fabricação de postes de sustentação das linhas de transporte de eletricidade, cabos de alumínio e transformadores de tensão da energia conduzida. A economia movimenta-se em toda a cadeia produtiva. Os empregos diretos e indiretos criados para a execução das obras são estimados em 268 mil, para instalar 4,1 milhões de postes e 790 km de cabos, além de 634 mil transformadores. Os efeitos benéficos também se estendem ao setor de bens de consumo duráveis, com registro de aumento de demanda por geladeiras, televisores, entre outros. Segundo pesquisa realizada pelo Ipea, em 2006, após a chegada do programa Luz para Todos, 44% das famílias atendidas compraram pelo menos um aparelho de televisão; 36% adquiriram geladeira e outras realizaram o desejo de ter outros eletrodomésticos em casa, sem esquecer a água encanada de melhor qualidade puxada por bombas. Os números grandiosos do programa Luz para Todos foram alcançados com a disponibilização, pelo governo federal, de R\$ 9,5 bilhões. Desse total, já foram liberados R\$ 6,2 bilhões para as empresas de distribuição de energia elétrica, responsáveis pela execução das obras.

Com o seu encerramento definido para o final de 2010, ao mesmo tempo em que assegura o benefício da eletricidade a todos os brasileiros que ainda vivem na escuridão, o Luz para Todos vai permitir que o governo Lula, como um todo, crie, por seu intermédio, mais postos de trabalho, com conseqüente geração de renda, sinônimo de dignidade e cidadania para a população rural brasileira.

***EDISON LOBÃO** , 72, senador pelo PMDB-MA (licenciado), é o Ministro de Minas e Energia.

Acusado de matar freira é preso sob suspeita de grilagem no Pará – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 27/12/2008/

Regivaldo Pereira Galvão, o Taradão, acusado de ser um dos mandantes do assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, foi preso ontem pela Polícia Federal em Altamira (PA) sob a suspeita de grilagem do mesmo lote de terra pública cuja disputa culminou na morte da religiosa. Taradão, que ainda não foi a júri pela acusação de assassinato, estava, segundo a PF e o Ministério Público Federal no Pará, tentando negociar o lote 55, que ocupa cerca de 3.000 hectares do PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) Esperança, fundado por Stang em Anapu (PA). A missionária Dorothy Stang foi morta em 2005, com seis tiros, em uma estrada vicinal da cidade.

As novas suspeitas vieram à tona em novembro, quando se soube que Taradão havia feito, no final de outubro, uma reunião com lideranças do PDS e com o chefe do Incra (Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária) de Altamira, na qual afirmou ser o dono do lote e disse querer negociá-lo. Ele negou que tivesse se declarado o proprietário, mas testemunhas confirmaram à PF a primeira versão. Além disso, a procuradoria achou documentos fraudados atestando, ilegalmente, que o lote era seu. Durante a investigação pela morte de Stang, ele sempre disse que não poderia ser o mandante do crime, já que não tinha interesse na área. A **Folha** não conseguiu localizar os advogados de Taradão. **(JOÃO CARLOS MAGALHÃES)** Colaborou **BRENO COSTA**, da Agência Folha

Obama e as Américas – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 27/12/2008

A IMAGEM do governo George W. Bush é tão negativa na América Latina que a simples posse de Barack Obama suscita otimismo sobre as relações dos EUA com a região. Energia, clima, comércio, segurança e imigração são os principais temas que devem pautar o diálogo no continente.

Do ponto de vista brasileiro, a promessa de renovação da matriz energética americana é a que desperta maiores expectativas. A redução nas barreiras à importação do álcool produzido no Brasil poderia contribuir para acelerar a transição rumo a fontes renováveis naquele país.

As bases políticas do Partido Democrata, vale lembrar, sempre estiveram associadas a plataformas protecionistas no comércio. A crise, que faz aumentar depressa o desemprego em regiões que apoiaram maciçamente a candidatura Obama, tende a exacerbar esse comportamento.

Apesar disso, o presidente eleito nomeou o democrata Ron Kirk, ex-prefeito de Dallas, para chefiar o escritório encarregado das questões de comércio exterior. Bem-sucedido politicamente no Texas, rincão dos republicanos, Kirk tem um histórico de posições favoráveis à expansão do livre comércio.

A despeito de qual seja a resultante do governo Obama para o comércio, o Brasil dificilmente deixará de receber atenção crescente, na linha do que já ocorre neste segundo mandato da administração Bush.

Além das negociações sobre abertura de mercado, Brasília deverá ser interlocutor importante de Washington na agenda ambiental. A mudança climática, a julgar pelo peso acadêmico e pela biografia da equipe escalada para esse setor do governo Obama, ganhará status de assunto de Estado na Casa Branca. Há fortes indícios, por outro lado, de que uma agenda gradual de distensão com a ditadura cubana esteja nos planos da nova gestão. A superação desse litígio -idealmente com o fim do embargo imposto à ilha e a abertura do regime em Cuba- melhoraria o ambiente para as relações entre países americanos.

Com o fim da Guerra Fria, Cuba perdeu toda a relevância estratégica que possuía no continente. Como seu peso econômico é negligenciável, o conflito só se manteve de pé por uma idiossincrasia da política doméstica americana -a oposição dos cubano-americanos, exilados sobretudo na Flórida, a qualquer concessão ao regime dos Castro.

Uma mudança, contudo, parece ter ocorrido na eleição de 2008: Obama venceu na Flórida sem ter selado compromisso com os cubano-americanos radicais. Se o democrata resolver a pendência com a ilha, a diplomacia americana para o continente estará livre de um fardo que distorce sua atuação regional.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura**

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio

